

**Nº11 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 26 de maio
de 2017. -----**

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves, Sr. Eng. João Adérito Moura Moutinho, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral.

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e quinze minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de vinte e três de maio de dois mil e dezassete. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA. -----

Iniciada a reunião, usou da palavra, o Presidente da Câmara, Senhor Arq. António Cabeleira, dando conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos, relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

- Criação de Escola Superior de Hotelaria e Termalismo - Sobre o presente assunto, o Presidente da Câmara informou, o Executivo Municipal, da reunião de trabalho realizada, em Santiago de Compostela, na passada segunda-feira, no âmbito da Eurocidade, e tendo em vista a ponderação de um projeto centrado na criação de uma Escola Superior de Hotelaria e Termalismo. -----

Tal parceria irá permitir que os cursos ministrados - Licenciaturas - possam ter uma dupla titulação. -----

Este projeto, de relevante interesse municipal, encontra-se numa fase exploratória local, sendo certo que o mesmo irá, subseqüentemente, determinar uma intervenção, ao nível do Governo Português e do Governo Espanhol. -----

- Mercado Abastecedor da Região de Chaves - MARC - Sobre o presente assunto, o Presidente da Câmara informou, o Executivo Municipal, que, no dia de hoje, foi concedido o visto prévio favorável, do Tribunal de Contas, no âmbito do processo administrativo, tendo como objeto o procedimento de internalização da Sociedade "MARC". -----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara deu, ainda, conhecimento, ao Executivo Municipal, da seguinte documentação relacionada com a atividade municipal, a saber: -----

- Plano de Transportes Escolares - Ano letivo 2017/2018. Informação n.º 55/SE N. 31/2017 da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural.

II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, SENHOR DR. FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo solicitado informação, sobre os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal: -----

1 - Sector Agrícola local: - Sobre este assunto, o vereador interveniente, dando sequência às preocupações evidenciadas, na anterior reunião desta Câmara, sobre o setor agrícola, preocupações, diga-se, que foram desvalorizadas, pelo Presidente da Câmara, teve, oportunamente, contactos com alguns produtores locais, nomeadamente, relacionados com o setor da produção da castanha e do leite, tendo estes manifestado a sua vincada preocupação, sobre os níveis de produção agrícola, atualmente, registados. -----

No caso da produção da castanha, registou, nesse setor produtivo, a existência de uma praga que atinge os castanheiros, provocando a queda da produção da castanha, com todos os prejuízos daí decorrentes para os agricultores. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - O Senhor Vereador do Partido Socialista está mal informado, sobre a matéria, em apreciação. -----

2 - De facto, a Autarquia vai promover uma sessão de esclarecimento, sobre a temática relacionada com a praga do Castanheiro, contando, tal fórum técnico, com a participação e/ou orientação científica de um Professor universitário especializado, sobre a matéria. -----

3 - Assim, dizer-se que a autarquia não está atenta a este fenómeno, é uma afirmação que não corresponde à verdade, como o comprova a dinamização da iniciativa, acima, indicada. -----

2 - Cópia da sentença relativa ao dossier "O Feliz" - Sobre este assunto, o vereador interveniente, reiterou o seu pedido, consubstanciado na obtenção de cópia da sentença identificada, em epígrafe. -----

III - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, ENG. JOÃO ADÉRITO MOURA MOUTINHO. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

1- Comemoração do Dia Internacional dos Museus - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, referiu que, há pouco tempo, veio a ser comemorada a efeméride relacionada com o Dia Internacional dos Museus.

2 - Neste contexto, desconhece que tipo de iniciativas foram promovidas, pela Autarquia, para registar esse dia de relevante importância para a divulgação da cultura do Concelho de Chaves. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - O Município de Chaves registou, tal efeméride, com a promoção de dois concertos musicais e, ainda, com abertura gratuita dos seus diversos museus. -----

2 - Tais iniciativas registaram uma adesão interessante dos cidadãos flavienses. -----

2- Aquisição de viaturas elétricas para a autarquia - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, deu nota relacionada com a iniciativa do Governo Português, consubstanciado com o desenvolvimento

de um programa, destinado às Autarquias Locais, tendo como objeto a aquisição de viaturas elétricas, acompanhada do referido financiamento. -----

Neste contexto, solicitou, junto Presidente da Câmara, informação, no sentido de saber se o Município já ponderou a possibilidade de aceder a tal programa de financiamento. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Os serviços técnicos da autarquia já ponderaram, numa lógica de custo/benefício, o recurso a tal programa. -----

2 - No contexto atual, as vantagens do aludido programa, não são, financeiramente, compensatórias, sem menosprezo pelas benfeitorias ambientais dele emergentes. -----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 15 de maio de 2017. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS EM VIATURA PARTICULAR. REQ: AIRES JOSÉ AFONSO RAFAEL. INFORMAÇÃO N.º. 75/DAF/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Pretensão -----

1. Atendendo ao teor do requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos competentes desta Autarquia, sob o n.º318/17, apresentado em nome da Dra. Guilhermina Costa, na qualidade de mandatária do Sr. Aires José Afonso Rafael, veio solicitar ao Município de Chaves, o ressarcimento dos prejuízos causados na viatura - matrícula 01-RS-74, Mercedes - e alegadamente decorrentes do embate num "amontoado de cimento" sem sinalização, no âmbito de um incidente ocorrido no dia 17/10/2016, na estrada municipal 507 - Bustelo, concelho de Chaves. -----

2. O respetivo requerimento inicial encontra-se instruído com a reprodução de duas fotografias, esclarecedoras do local do alegado

acidente, bem assim 2 faturas referentes aos custos associados à reparação de uma viatura, no valor total de 1097,74 (mil e noventa e sete euros e setenta e quatro cêntimos); -----

3. Sobre o assunto, pronunciou-se, a Divisão de Recursos Operacionais, em síntese nos seguintes termos¹: -----

Sobre o incidente em causa não foi apresentado auto de ocorrência emitido pela Guarda Nacional Republicana, atestando o sucedido. -----

A Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais, não teve conhecimento da existência do referido amontoado de cimento na via.--

Porém, após o conhecimento do incidente, os respetivos serviços deslocaram-se ao local, tendo procedido às necessárias limpezas do cimento que se encontrava na via junto à berma. -----

De referir, que a proveniência do betão aí derramado é desconhecida, presumindo-se que poderá ter sido efetuada por um camião betoneira ou veículo idêntico com carga excessiva, que aí circulou, tendo sido procedido às necessárias limpezas. -----

4. Para além da falta do auto da ocorrência produzido pela entidade policial competente, sobre o incidente em causa, o requerente não indicou testemunhas, nem fotografias da viatura acidentada, nem apresentou o título de propriedade da viatura em causa. -----

5. É, pois, no âmbito dos factos acima revisitados que se apresentam, de seguida, as considerações que reputamos de pertinentes no caso individual e concreto em apreciação. -----

II - Do Direito -----

1. A pretensão solicitada, insere-se nas normas da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e das demais Pessoas Coletivas Públicas, cujo regime se enquadra no art.22.º, da Constituição da República Portuguesa e rege-se pela Lei n.º67/2007, de 31 de dezembro e ulteriores alterações, estipulando o art.1.º, desde já o seguinte:

" A responsabilidade civil extracontratual do Estado e das demais pessoas coletivas de direito público por danos resultantes do exercício da função legislativa, jurisdicional e administrativa rege-se pelo disposto na presente lei, em tudo o que não esteja previsto em lei especial." -----

2. Por seu turno o n.º2, do art.1.º, do respetivo diploma legal, dispõe que para os efeitos do artigo anterior, correspondem ao exercício da função administrativa as ações e omissões adotadas no exercício de prerrogativas de poder público ou reguladas por disposições ou princípios de direito administrativo. -----

3. Assim quanto à responsabilidade da função administrativa, podemos individualiza-la em duas modalidades, a responsabilidade por factos ilícitos e a responsabilidade pelo risco, sendo que o caso "sub judice" se reporta à responsabilidade por factos ilícitos. -----

4. Ora, de acordo com o disposto no n.º1, do art. 9.º, do respetivo diploma legal "Consideram-se ilícitas as acções ou omissões dos titulares de órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infringam

¹ O respetivo processo foi remetido à Divisão de Recursos Operacionais, deste Município de Chaves, no sentido de proceder às diligências consideradas necessárias para a instrução do processo, nos termos do Princípio do Inquisitório, determinado pelo art.58.º, do Código de Procedimento Administrativo. -----

Nesta conformidade, os respetivos serviços produziram a Informação n.º 08/Ufro/2017 de 13/01/2017. -----

regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos.”

5. Complementa o n.º2, do art.9.º, que “Também existe ilicitude quando a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos resulte do funcionamento anormal do serviço, segundo o disposto no n.º3, do art.7.º”. -----

6. Neste seguimento, o n.º3, do art.7.º, que “O Estado e as demais pessoas coletivas de direito público são ainda responsáveis quando os danos não tenham resultado do comportamento concreto de um titular de órgão, funcionário ou agente determinado, ou não seja possível provar a autoria pessoal da acção ou omissão, mas devam ser atribuídos a um funcionamento anormal do serviço.” -----

7. E acrescenta o n.º1, do art.7.º, do Decreto Lei n.º67/2007, de 31/12 e ulteriores alterações, “O Estado e as demais pessoas coletivas de direito público são exclusivamente responsáveis pelos danos que resultem de (...) omissões ilícitas, cometidas com culpa leve, (...), no exercício da função administrativa e por causa desse exercício.” ---

8. Sobre a culpa, determina expressamente o n.º3, do art.10.º que “Para além dos demais casos previstos na lei, também se presume a culpa leve, por aplicação dos princípios gerais da responsabilidade civil, sempre que tenha havido incumprimento de deveres de vigilância.” ---

9. O que significa que a culpa não tem que ser avaliada segundo elevados padrões de competência técnica, de profissionalismo ou de eficiência, mas segundo o que seria normalmente exigível, nas circunstâncias do caso, para quem detém a qualidade de titular de órgão administrativo ou de funcionário, conforme o enunciado no n.º1, do art.10.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas. -----

10. Para tanto, a lei prevê mecanismos de presunção de culpa - com a consequente inversão do ónus da prova - no caso de danos derivados da prática de atos jurídicos ilícitos, e de danos causados por omissão dos deveres de vigilância (previstas nos n.ºs 2 e 3, do art.10.º, do respetivo regime, que implica uma remissão para o n.º1, do art.493.º, do Código Civil). -----

11. O que quer dizer que a responsabilidade civil extracontratual das entidades públicas por danos emergentes de facto ilícito, designadamente as resultantes da quebra de vigilância e conservação do pavimento das estradas sob a sua jurisdição, impõe que se verifiquem cumulativamente os seguintes pressupostos civilistas da obrigação de indemnizar, com base no art.483.º, do Código Civil (in acd. STA procº 23963 de 27.01.87 e procº 54272 de 15.02.2000, entre outros): -----

a) O Facto - constituído por comportamento voluntário que pode revestir a forma de acção ou omissão - n.º1, do art.7.º, da Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro e ulteriores alterações -. -----

Na verdade, o facto do agente deve ser controlável pela vontade humana, excluindo-se, portanto, os factos naturais que ocorrem por causas fortuitas -----

b) A ilicitude, o que implica a ofensa de direitos de terceiros ou de disposições legais destinadas a proteção de interesses de terceiros. (n.º1 e n.º2, do art.9.º, do regime). -----

c) A Culpa, imputável ao seu autor a título de dolo ou negligência, que se traduz na omissão de um dever de diligência. O n.º1, do art.7.º e o n.º1, do art.8.º, do RCEE, apelam aos conceitos de culpa leve, culpa grave e dolo: a culpa leve presume-se no caso da ocorrência de danos derivados da prática de atos jurídicos ilícitos e de danos causados por omissão dos deveres de vigilância; a culpa grave corresponde à negligência grosseira, em que só a pessoa extremamente

desleixada poderia incorrer; o dolo tem lugar quando o autor do dano agiu intencionalmente. -----

A culpa dos titulares de órgãos e agentes deve ser apreciada pela diligência e aptidão (de um bom pai de família) que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão ou agente típico zeloso e cumpridor, presumindo-se a existência de culpa leve na prática de atos jurídicos ilícitos ou sempre que tenha havido incumprimento de deveres de vigilância (art.10.º). De acordo com o princípio do ónus da prova a que alude o art.342.º, do Código Civil é ao lesado quem incumbe alegar e demonstrar a culpa do autor da lesão, salvaguardando os casos de existência de presunção legal de culpa. -----

Como é sabido pese embora a existência de uma presunção legal de culpa, estabelecida no n.º1, do art.493.º, do Código Civil, nada obsta a que a mesma possa ser ilidida, e que mais adiante, nos debruçaremos. ---

d) O Dano - traduz-se na lesão causada no interesse juridicamente lesado. -----

A indemnização por factos ilícitos encontra-se prevista no art.562.º e 563.º, do Código Civil, sendo que esta indemnização em sentido rigoroso, compreende apenas as medidas ou providências destinadas a reparar o prejuízo sofrido por outrem. A indemnização em dinheiro tem carácter excecional, de acordo conforme o disposto no art.567.º, do Código Civil. -----

e) O nexo de causalidade entre o facto ilícito e os danos, o que sucede quando estes, os danos, são uma consequência daqueles, do facto ilícito, apurados segundo a teoria da causalidade adequada (art.º 483 e 563 do Código Civil). -----

Enunciados que estão todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual, cabe apurar se estão verificados os pressupostos da responsabilidade civil no caso "sub judice". -----

Assim e entrando na apreciação do caso concreto, temos que: -----

Segundo descrição do requerente, os prejuízos na viatura em causa - veículo Mercedes, com a matrícula 01-RS-74 - foram causados pelo embate num amontoado de cimento, sem sinalização, quando circulava no local supra identificado, originando os seguintes danos: rebentamento do pneu do lado direito da frente e a substituição de um amortecedor e braço em alumínio. -----

De acordo com o teor da Informação n.º 08/UFRO/2017, produzida pela Divisão de Recursos Operacionais, os respetivos serviços não tiveram conhecimento da existência do respetivo amontoado de cimento na via municipal em causa (Estrada Municipal 507). -----

Mais consta do teor da retrocitada informação o que segue: -----

" A proveniência do betão aí derramado é desconhecida, mas, presume-se que poderá ter sido efetuado por camião betoneira ou veículo idêntico com carga excessiva, que aí circulou;" -----

Com efeito, conforme consta da aludida Informação dos serviços internos deste Município, bem como toda a prova carreada para o processo, não é possível assegurar objetivamente que houve um nexo de causalidade entre a conduta e os danos, e como tal afirmar que o pneu do lado direito da viatura rebentou ao passar por cima do referido betão, ou se foi noutro sítio qualquer, bem como e quando tal terá acontecido. -----

Não existe assim prova cabal que os danos na viatura foram consequência direta da passagem do veículo por aquele betão derramado na via, porquanto: -----

- O reclamante não chamou a entidade policial ao local para participar o sinistro, nem tenha feito a participação do incidente junto dessa entidade; -----

- O reclamante não apresenta quaisquer testemunhas; -----

- O reclamante, não apresenta quaisquer fotografias do veículo acidentado, designadamente, danos no pneu. -----

Assim, pelo requerente não é demonstrado, objetivamente como ocorreu o acidente e em que circunstâncias, e, para efeitos de responsabilidade extracontratual, não basta a existência do obstáculo, é necessário também, nos termos da lei, demonstrar e provar inequivocamente a sua ilicitude e esta ser imputável ao seu autor a título de dolo ou negligência. -----

Na verdade, relativamente ao nexo de causalidade entre o facto ilícito e os danos, não nos parece devidamente documentado pelas provas apresentadas pelo requerente, nem comprovado por qualquer meio, que foi o respetivo amontoado de cimento que danificou a viatura, pois, não é revelada a forma como ocorreram os factos, nem as medidas adotadas pelo condutor do veículo, incluindo a velocidade do veículo ou em termos de capacidade do condutor, pois que a entidade policial não presenciou o acidente, nem foram apresentadas testemunhas. -----
Pelo que não está demonstrado objetivamente que foi o facto mencionado, que contribuiu para a produção dos danos alegados, ou seja, o nexo causal. -----

Determina o art.24.º, do Código da Estrada, que o condutor deve regular a velocidade de modo que, atendendo às características e estado da via e do veículo, à carga transportada, às condições meteorológicas ou ambientais e a quaisquer outras circunstâncias relevantes, possa, em condições de segurança, executar as manobras cuja necessidade seja de prever e, especialmente, fazer parar o veículo no espaço livre e visível à sua frente. -----

E que todo e qualquer condutor habilitado, deverá respeitar o disposto no art. 25.º, do Código da Estrada, que estabelece que sem prejuízo dos limites máximos de velocidade fixados, o condutor deve moderar especialmente a velocidade nas condições previstas no respetivo preceito legal². -----

² 1 - Sem prejuízo dos limites máximos de velocidade fixados, O condutor deve moderar especialmente a velocidade: -----

a) À aproximação de passagens assinaladas na faixa de rodagem para a travessia de peões e ou velocípedes; -----

b) À aproximação de escolas, hospitais, creches e estabelecimentos similares, quando devidamente sinalizados; -----

c) Nas localidades ou vias marginadas por edificações; -----

d) Nas zonas de coexistência; -----

e) À aproximação de utilizadores vulneráveis; -----

f) À aproximação de aglomerações de pessoas ou animais; -----

g) Nas descidas de inclinação acentuada; -----

h) Nas curvas, cruzamentos, entroncamentos, rotundas, lombas e outros locais de visibilidade reduzida; -----

i) Nas pontes, túneis e passagens de nível; -----

j) Nos troços de via em mau estado de conservação, molhados, -----
enlameados ou que ofereçam precárias condições de aderência; -----

l) Nos locais assinalados com sinais de perigo; -----

m) Sempre que exista grande intensidade de trânsito. -----

2 - Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de (euro) 120 a (euro) 600. -----

A tudo isto acresce, o facto do betão perto da berma da respetiva estrada, "presume-se que tenha sido derramado por um camião betoneira ou veículo idêntico com carga excessiva que aí circulou;" ----- Assim, pese embora o interessado, Aires José Afonso Rafael, alegue que tenha sido lesado na sua dimensão patrimonial, muito concretamente, mediante os danos provocados na sua viatura, não é menos verdade que não é possível estabelecer um nexo de causal entre tal facto e qualquer conduta ilícita cometida pela Autarquia e que se mostre idónea para provocar tal resultado. -----

Na realidade, o nexo causal carece de sustentação probatória. Até porque a presunção de culpa não equivale à presunção do nexo causal. Ou seja, não é possível transformar a culpa efetiva do Município referente à presença do obstáculo na estrada, ou a presunção dessa culpa, numa presunção do aludido nexo causal - pois este elemento da responsabilidade civil não se presume e tem de ser minimamente demonstrado. -----

Neste âmbito quanto à prova, vigora o art.341.º e 342.º, do Código Civil, que preceitua que, aquele que invocar um direito deve fazer a prova dos factos constitutivos do direito alegado, sendo que, as provas têm como função demonstrar toda a realidade dos factos. "tudo aquilo que não está nos autos não existe no mundo". -----

Assim relativamente à produção da prova, "Cabe ao autor lesado, o ónus da alegação e prova da ocorrência desse facto ilícito, causador dos danos, a qual se constitui como elemento desencadeador da presunção de culpa." -----

De modo que, na falta de satisfação desse ónus, deve ser julgada improcedente a ação, para efetivação da indicada responsabilidade civil, por falta de prova da verificação, quer da culpa, quer da ilicitude (Ac. Do STA, de 26.03.2009 - Proc. 01094/08). -----

Ora, muito embora o requerente afirme, que o dano na sua viatura ocorreu devido ao embate num "amontoado de cimento" existente na respetiva via, a verdade é que não foi produzida prova suficiente, nomeadamente, auto da ocorrência da entidade policial, e/ou prova testemunhal, sendo o pedido sustentado, somente, com base em alegações e fotografias do local do incidente. -----

Tanto mais, que os serviços internos da Autarquia, informaram que o betão existente, junto à berma da referida via, terá sido efetuado por um camião betoneira ou veículo idêntico com carga excessiva, que aí circulou, tendo os serviços de imediato, após a comunicação do sucedido, procedido às necessárias limpezas, dever que não foi negligenciado na situação ora colocada em crise. -----

Logo não se vislumbra que haja sido omitido qualquer dever de cuidado por parte deste Município que permita ao interessado fazer a imputação subjetiva do acidente. -----

Portanto, só um anormal acontecimento, ou qualquer outro facto estranho ao cumprimento dos seus deveres é que veio causar o acidente. Assim, só as particulares circunstâncias do caso concreto, por fortuitas ou absolutamente imprevisíveis, explicam a falta de sinalização da existência do referido betão perto da berma da estrada. Isto é, demonstra-se que a sua conduta não se situava abaixo do nível médio de funcionamento que lhe era exigível. -----

O que quer dizer, que o evento danoso só ocorreu por motivos que lhe escaparam e que não podia controlar - isto é, que o mesmo se deveu a caso fortuito ou de força maior e, por conseguinte, que ele se teria verificado ainda que não houvesse culpa sua-----

Tanto mais que para o Município ser responsabilizado, não basta a confirmação de deficiências na via, uma vez que não constitui, por si

só, base fatural suficiente para a condenação do Município, faltando provar o nexo de causalidade adequada. -----

Nas circunstâncias referidas, não é possível estabelecer um nexo de causalidade adequada entre o facto ilícito invocado pelo requerente - amontoado de cimento - e os danos que alega ter sofrido.-----

Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, não se encontrando preenchidos na situação em análise os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual, entendemos ter-se prejudicado a indemnização peticionada, por não serem alegados prejuízos merecedores de ressarcimento de acordo com as regras legais acima referidas, aplicáveis ao caso em apreço. -----

Não focou assim demonstrado a existência de um facto ilícito e culposos com nexo causal em relação ao dano provocado. -----

Não se dando como provado um dos pressupostos necessários para a responsabilização civil do Município, inexistente a obrigação de indemnizar. -----

III - Conclusões -----

1. O requerente tem o ónus da prova, mas não demonstrou como ocorreu o acidente no local que menciona, e não é sequer referido o nexo causal entre o obstáculo e o acidente, a forma como o obstáculo foi a causa única, do acidente. -----

2. É que, não basta a existência do facto ilícito é necessário demonstrar e provar inequivocamente a forma como este contribuiu para a produção dos danos, o nexo causal. -----

3. E ainda que assim não fosse, sempre se dirá que não pode ser assacada qualquer culpa na produção do evento gerador dos danos, visto que se afigura que a existência do referido amontoado de cimento foi causada por circunstâncias fortuitas e de força maior. O que implica que, tratando-se de circunstâncias anormais e imprevisíveis, escapam ao domínio do agente. -----

4. Dito de outra forma, o evento danoso só ocorreu por motivos que lhe escaparam e que não podia controlar, isto é que o mesmo se deveu a caso fortuito ou de força maior. -----

5. Assim sendo, está afastada a culpa do Município de Chaves na produção do facto gerador dos danos, cuja indemnização se peticiona.

6. Assim, da análise do processado, conclui-se que não se verificam, cumulativamente, como a lei impõe, os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual. -----

7. Acrescentando-se ainda que através da prova produzida não foi possível aferir quanto à culpa do lesado na ocorrência dos factos. Nesta conformidade, dispõe o art.570.º, do Código Civil, "Quando um facto culposos do lesado tiver concorrido para a produção ou agravamento dos danos, cabe ao tribunal determinar, com base na gravidade das culpas de ambas as partes e nas consequências que delas resultar, se a indemnização deve ser totalmente concedida, reduzida ou mesmo excluída". -----

8. Desta forma, não é permitido à autarquia, que gere dinheiros públicos, e está obrigada a fazer essa gestão conforme os procedimentos impostos por lei, dar satisfação à pretensão do interessado. -----

IV - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pelo requerente, com base nas razões supra expostas; -----

b) No cumprimento do disposto no art.121.º e ss. do Código de Procedimento Administrativo, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposto ser sujeito à audiência escrita dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir ao peticionário vir ao procedimento, por escrito, dizer o que lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art.114.º, do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

d) Por último, reenvio do Processo, agora acompanhado da presente Informação, o ao Gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, --- Arq. António Cabeleira. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 27 de abril 2017. -----

Técnica Superior -----

(Ana Tomaz, Dra.) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA SANDRA LISBOA DE 11/05/2017 -----

Visto. Concorde com a presente informação. À reunião de Câmara, em vista à adoção de deliberação consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão da requerente, de acordo com as razões exaradas nesta informação. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2017/05/16 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017/05/16. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. "PEQUENOS PASSOS, GRANDES METAS". ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SALVAÇÃO PÚBLICA. INFORMAÇÃO N.º. 90/STL/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ENQUADRAMENTO -----

1. Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Salvação Pública, com sede na Rua Júlio dos Santos Pereira, Zona Industrial - Lugar da Cocanha, União de freguesias de Santa Cruz/Trindade, Concelho de Chaves veio, através de requerimento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia n.º 5056/17, de 2017/05/11, solicitar autorização para a realização de uma caminhada solidária denominada "Pequenos Passos, Grandes Metas", a ter lugar no próximo dia 11 de junho de 2017, conforme programa, acompanhado da respetiva planta do percurso, conforme documentos que se anexam à presente informação. --

2. No aludido requerimento a requerente solicitou, também, a isenção do pagamento das taxas administrativas correspondentes. -----

3. Assim, cumpre-me informar, sobre a pretensão apresentada, o seguinte: -----

3.1 A matéria correlacionada com a isenção de taxas administrativas encontra-se positivada no art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

3.2 Nesta conformidade, o n.º 2, do art. 24º do aludido instrumento regulamentar, prevê, expressamente, no seu clausulado, o seguinte: -
 " As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamentos e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias." -----

3.3 Refira-se, ainda que a apreciação e decisão da eventual isenção do pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação Cobrança de Taxas Municipais, carece de formalização do pedido, o qual deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, na sua finalidade estatutária, bem como dos demais elementos exigíveis em cada caso, de acordo com o disposto no n.º8, do art. 24º do referido Regulamento Municipal. -----

3.4 Neste contexto, e para efeitos do número anterior a requerente instruiu o seu requerimento com os seguintes documentos, a saber: --
 - Documento comprovativo da natureza de Associação; -----
 - Documento comprovativo da finalidade estatutária; -----
 - Declaração de não dívida à Segurança Social e Autoridade Tributária.

3.5 O presente processo encontra-se, ainda, instruído com informação produzida pela Divisão de Gestão Financeira, da qual consta que não existem dívidas da requerente perante o Município de Chaves. -----

3.6 Assim, julgo que a requerente reúne os pressupostos legais para beneficiar da isenção das respetivas taxas, nos termos do disposto nos n.ºs 2, 8 e 12 do art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

3.7 Por último, informo que o valor das taxas administrativas associadas à realização da atividade pretendida pela requerente ascende ao montante de €21.20 (vinte e um euros e vinte cêntimos). --

II - DA PROPOSTA -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

1.1 a) Que, o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do órgão executivo municipal, em vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização da isenção do pagamento das respetivas taxas, no valor total €21,20 (vinte e um euros e vinte cêntimos), de acordo com o disposto no n.º 2, 8 e 12, do art. 24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

b) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) Por último, caso venha a ser tomada decisão nos termos ora sugeridos, deverá a mesma ser levada ao conhecimento da Divisão de Gestão Financeira. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 18 de maio de 2017 -----

A Assistente Técnica -----

Maria Manuela -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DATADO DE 2017/05/19 -----

Visto. Concorde com a presente informação. À reunião do órgão executivo para deliberação, nos termos propostos nesta informação. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-05-19 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2017.05.22. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. 3.ª CORRIDA NOTURNA DE CHAVES AQUAEFLAVIAE NIGHT RUNNING ASSOCIAÇÃO DE DESPORTO AQUAE FLAVIAE. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 91- STL/2017. ----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ENQUADRAMENTO -----

1. Associação de Desporto Aquae Flaviae, com sede na Praça Sagrada Família, Edef. Sol Nascente, n.º 22, Bloco B, 3.º Esq., União de freguesias de Santa Cruz/Trindade, Concelho de Chaves veio, através de requerimento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia n.º 4808/17, de 2017/05/11, solicitar autorização para a realização de uma corrida noturna denominada "3.ª Corrida Noturna de Chaves Aquae Flaviae", a ter lugar no próximo dia 8 de julho de 2017, conforme programa, acompanhado da respetiva planta do percurso, conforme documentos que se anexam à presente informação. -----

2. No aludido requerimento a requerente solicitou, também, a isenção do pagamento das taxas administrativas correspondentes. -----

3. Assim, cumpre-me informar, sobre a pretensão apresentada, o seguinte: -----

3.1 A matéria correlacionada com a isenção de taxas administrativas encontra-se positivada no art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

3.2 Nesta conformidade, o n.º 2, do art. 24º do aludido instrumento regulamentar, prevê, expressamente, no seu clausulado, o seguinte: --
" As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamentos e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias." -----

3.3 Refira-se, ainda que a apreciação e decisão da eventual isenção do pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação Cobrança de Taxas Municipais, carece de formalização do pedido, o qual deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, na sua finalidade estatutária, bem como dos demais elementos exigíveis em cada caso, de acordo com o disposto no n.º8, do art. 24º do referido Regulamento Municipal. -----

3.4 Neste contexto, e para efeitos do número anterior a requerente instruiu o seu requerimento com os seguintes documentos, a saber: ---

- Documento comprovativo da natureza de Associação; -----
- Documento comprovativo da finalidade estatutária; -----
- Declaração de não dívida à Segurança Social e Autoridade Tributária.

3.5 O presente processo encontra-se, ainda, instruído com informação produzida pela Divisão de Gestão Financeira, da qual consta que não existem dívidas da requerente perante o Município de Chaves. -----

3.6 Assim, julgo que a requerente reúne os pressupostos legais para beneficiar da isenção das respetivas taxas, nos termos do disposto nos

n.ºs 2, 8 e 12 do art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

3.7 Por último, informo que o valor das taxas administrativas associadas à realização da atividade pretendida pela requerente ascende ao montante de €21.20 (vinte e um euros e vinte cêntimos). -----

II - DA PROPOSTA -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que, o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do órgão executivo municipal, em vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização da isenção do pagamento das respetivas taxas, no valor total €21,20 (vinte e um euros e vinte cêntimos), de acordo com o disposto no n.º 2, 8 e 12, do art. 24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

b) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) Por último, caso venha a ser tomada decisão nos termos ora sugeridos, deverá a mesma ser levada ao conhecimento da Divisão de Gestão Financeira. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 18 de maio de 2017 -----

A Assistente Técnica -----

Maria Manuela -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DATADO DE 2017/05/19 -----

Visto. Concorde com a presente informação. À reunião do órgão executivo para deliberação, nos termos propostos nesta informação. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-05-19 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2017.05.22. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. INCUMPRIMENTO DE ACORDO DE PAGAMENTO - MARGARIDA JESUS XAVIER - DÍVIDAS REFERENTES A CONSUMOS DE ÁGUA. EXECUÇÃO FISCAL. INFORMAÇÃO N.º. 91/DAF/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

a) Através do requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 3430, datado do pretérito dia 03 de maio de 2017, Margarida Jesus Xavier veio expor o seguinte: A requerente encontra-se em situação económica difícil, estando desempregada e a beneficiar do Rendimento Social de Inserção; -----

b) Como tal, requereu, porque só assim lhe seria possível, o pagamento da dívida em prestações relativa ao consumo de água da sua anterior habitação; -----

c) Tendo sido aceite o acordo de pagamento em prestações, conforme informação n.º 11/SHSDPC n.º 9/2017; -----

d) Sucede que os avisos de pagamento referentes ao mencionado acordo, apesar de constar claramente do mesmo a nova morada da requerente, lhe foram enviados para a anterior residência, ficando-lhe, assim, vedado o acesso a tais documentos./avisos de pagamento dos meses de março e abril de 2017); -----

e) Tendo-se dirigido ao Serviço Municipalizado de Águas, para estar ao corrente do plano de pagamentos, foi-lhe comunicado que o mesmos já se encontrava em sede executiva, porque tinha faltado o primeiro pagamento. (aviso de citação n.º 22562); -----

f) Apesar de diversas insistências da requerente para pagar a referida prestação, naquele momento, e de ter explicado toda a situação relativamente à falta de receção dos documentos de pagamento; -----

g) Ora, não pode a requerente conformar-se com esta situação, porque se configura totalmente disforme; -----

h) Aliás, já durante dois anos lhe foi negada a colocação de água no novo endereço pelo facto de ter esta dívida. -----

1. Partindo de tal enquadramento, a peticionária requer que lhe seja permitido o pagamento faseado da dívida, sendo que, em virtude do seu baixo rendimento, não pode dispor de mais do que 12.00€ mensais. ----

2. Neste contexto, veio a ser solicitado a estes serviços a emissão da competente informação técnico-jurídica sobre a estratégia a adotar perante o incumprimento do referido acordo de pagamento. -----

3. Assim, cumpre-me informar, sobre a matéria, o seguinte: -----

II - Dos Factos -----

1. Através do requerimento com registo de entrada nos serviços administrativo desta Autarquia Local n.º 573/17, do pretérito dia 13/01/2017, Margarida Jesus Xavier, veio solicitar que lhe fosse autorizado o pagamento em prestações, do valor que tinha em dívida junto desta Autarquia Local e relativo a consumos de água efetuados e não regularizados, correspondente à quantia de 404,38€, em 36 prestações mensais. -----

2. Atendendo aos baixos rendimentos indicados pela peticionária, foi tal requerimento encaminhado para a Divisão de Recursos Humanos e Ação Social/Setor de Habitação Social e Desenvolvimento de Projetos Comunitários, em vista a que tal unidade orgânica analisasse o eventual enquadramento da situação, em causa, na alínea 3.2, do n.º 3, do Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos. -----

3. Através da Informação/proposta n.º 11/SHSDPC n.º 09/2017, produzida no dia 23/01/2017, a retromencionada unidade orgânica concluiu que "o pagamento em prestações pelo período de (30) trinta meses se afigura exequível face à limitada capacidade financeira apresentada". -----

4. Nestes termos, veio a ser aprovado o pagamento faseado do valor em dívida, em 30 prestações, conforme melhor discriminado nos mapas elaborados pela Divisão de Água e Resíduos, e enviados para a peticionária. -----

5. Sucede, porém, que a peticionária, não deu cumprimento ao plano aprovado. -----

6. Invoca, em sua defesa, que os documentos de pagamento das prestações não lhe foram enviados para a morada atual, tendo sido enviados para a morada antiga. -----

7. Ora, após contacto telefónico estabelecido com a Divisão de Águas e Resíduos, muito concretamente, com o Eng.º Delmar Fernandes, foi confirmado, pelo mesmo, que, não obstante os mapas com as prestações aprovadas terem sido enviadas para a morada atual, os documentos de pagamento individual foram enviados para a morada antiga, uma vez que o programa informático que procede à gestão de tais comunicações opera

de forma automática, tendo tal problema, na presente data, sido resolvido. -----

8. É pois, no âmbito dos factos acima enunciados, que deverá ser revisitado o pedido formulado pelo requerente. -----

III - Do direito -----

1. A Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada pelas Leis n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro e n.º 24/2008, de 2 de Junho, consagrou um conjunto de regras a que deve obedecer a prestação de serviços públicos essenciais, com vista à proteção do utente. -----

2. Ora, os serviços públicos abrangidos pelo retrocitado diploma legal são os serviços de **fornecimento de água**, de fornecimento de energia elétrica, de fornecimento de gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados, de comunicações eletrónicas, serviços postais, serviço de **recolha e tratamento de águas residuais** e serviços de **gestão de resíduos sólidos urbanos**. -----

3. Resulta do disposto no n.º 1, do art. 9º, da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações, que o utente tem direito a fatura onde se especifique devidamente os valores que a mesma apresenta. --

4. Todavia, a entidade que presta o serviço dispõe de um prazo de seis meses para exigir ao utente o pagamento do valor constante da respetiva fatura, sob pena de prescrição desse direito, de acordo com o disposto no n.º 1, do art. 10º, da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações. -----

5. Sobre esta matéria, o n.º 4, da retrocitada disposição legal, esclarece que o prazo para a propositura da ação ou da injunção pelo prestador de serviços é de seis meses, contados após a prestação do serviço ou do pagamento inicial, consoante os casos. -----

6. Ora, no caso do prestador de serviços se tratar de um Município, então a cobrança coerciva dos valores em dívida deverá seguir a forma de execução fiscal, cujo procedimento se encontra regulado no Código de Procedimento e Processo Tributário, conforme a conjugação do art. 155º, do Código de Procedimento Administrativo e do art. 10º, do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro e ulteriores alterações. ---

7. Neste caso e porque se trata de tributos administrados por autarquias locais são estas as entidades competentes para o respetivo processo de execução fiscal, nos termos do n.º 1, do art. 7º, do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro e ulteriores alterações. ---

8. Sendo certo que, por força do princípio da decisão, intentar uma execução fiscal para cobrança de valores em dívida e referentes a tributos administrados pelo Município consubstancia um verdadeiro poder - dever. -----

9. Isto significa que perante a falta de pagamento de uma fatura de água, o Município está legalmente obrigado a instaurar a respetiva execução fiscal, sob pena de violação de uma obrigação legal, com todas as consequências legais. -----

10. E prova disso é que, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 85º, do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro e ulteriores alterações, a concessão da moratória ou a suspensão da execução fiscal fora dos casos previstos na lei, quando dolosas, são fundamento de responsabilidade tributária subsidiária. -----

11. Existindo plano de pagamento de dívida em execução fiscal, devidamente autorizada pelo órgão executivo municipal, basta o incumprimento de uma prestação para que se considerem vencidas todas as restantes. -----

12. Tanto mais que os processos de execução fiscal se encontram informatizados, através de plataforma criada para o efeito, correndo

os mesmos de forma automática, no estrito cumprimento dos procedimentos e prazos previstos na lei. -----

13. Partindo destas premissas, facilmente se conclui que o incumprimento do acordo de pagamento, celebrado entre o Município de Chaves e a ora requerente, tem como consequência a prossecução do processo de execução fiscal, desta feita visando a cobrança coerciva dos valores em dívida de uma só vez. -----

14. Atenda-se, contudo, que a falta de pagamento das prestações se ficou a dever ao facto de que os documentos individuais de pagamento, isto é, referentes a cada uma das prestações aprovadas, foram enviados para uma morada distinta da morada atual da requerente, prejudicando, nesta justa medida, o conhecimento das mesmas. -----

15. Nestes termos, e perante tal circunstância, afigura-se possível a reativação do plano de pagamentos em causa, devendo o mesmo reiniciar, nos exatos termos em que foi aprovado. -----

III - Da proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, consubstanciada no deferimento da pretensão formulada pela requerente, com base nas razões anteriormente expostas; -----

b) Para o efeito, o plano de pagamento em prestações, anteriormente aprovado, deverá ser reiniciado, mantendo o número de prestações e valor unitário, da seguinte forma, a saber: -----

| N.º | Data de Vencimento | Valor |
|-----|--------------------|--------|
| 1 | 2017/06/10 | 13.38€ |
| 2 | 2017/07/10 | 13.38€ |
| 3 | 2017/08/10 | 13.38€ |
| 4 | 2017/09/10 | 13.38€ |
| 5 | 2017/10/10 | 13.38€ |
| 6 | 2017/11/10 | 13.38€ |
| 7 | 2017/12/10 | 13.38€ |
| 8 | 2018/01/10 | 13.38€ |
| 9 | 2018/02/10 | 13.38€ |
| 10 | 2018/03/10 | 13.38€ |
| 11 | 2018/04/10 | 13.38€ |
| 12 | 2018/05/10 | 13.38€ |
| 13 | 2018/06/10 | 13.38€ |
| 14 | 2018/07/10 | 13.38€ |
| 15 | 2018/08/10 | 13.38€ |
| 16 | 2018/09/10 | 13.38€ |
| 17 | 2018/10/10 | 13.45€ |
| 18 | 2018/11/10 | 14.46€ |
| 19 | 2018/12/10 | 14.46€ |
| 20 | 2019/01/10 | 14.46€ |
| 21 | 2019/02/10 | 14.46€ |
| 22 | 2019/03/10 | 14.46€ |
| 23 | 2019/04/10 | 14.46€ |
| 24 | 2019/05/10 | 14.46€ |
| 25 | 2019/06/10 | 14.46€ |
| 26 | 2019/07/10 | 14.46€ |
| 27 | 2019/08/10 | 14.46€ |
| 28 | 2019/09/10 | 14.46€ |
| 29 | 2019/10/10 | 14.46€ |

| | | |
|----|------------|--------|
| 30 | 2019/11/10 | 14.40€ |
|----|------------|--------|

c) A reativação do plano, supra referido, não prejudica a eventual instauração de execuções fiscais a título de dívidas entretanto contraídas, e não contempladas no mesmo plano; -----

d) De imediato, reenvio do presente assunto para o gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Arq. António Cabeleira. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 11 de maio de 2017 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA SANDRA LISBOA DE 11/05/2017 -----

Visto. Concorde com a presente informação. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2017/05/16 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017/05/16. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS EM VEÍCULO; QUEDA DE ÁRVORE. AMBFAF – AMBULÂNCIAS DE FAFE, LDA. 94/DAF/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Através de e-mail datado do dia 20/02/2017, AMBFAF – Ambulâncias de Fafe, Lda, veio solicitar a assunção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização pelos danos, patrimoniais sofridos na viatura matrícula 99-04-TE, marca Mercedes, na sequência da queda de uma árvore. -----

2. Invoca, em defesa do direito reclamado, os argumentos que a seguir se transcrevem: -----

"(...) No passado dia 13 Fevereiro de 2017 pelas 20h45 na localidade de Cimo de Vila da Castanheira no Concelho de Chaves Distrito de Vila Real, uma Ambulância com a matrícula 99-04-TE de Marca Mercedes, propriedade da empresa Ambfaf – Ambulâncias de Fafe, Lda, com morada em Rua de Tras, 305 Armazem 3 – Sta Cruz do Bispo, Matosinhos Código Postal 4455-859, foi atingida pela queda de uma árvore aquando da sua passagem pelo local referido. Devido às más condições atmosféricas e ao facto do local ser totalmente deserto, a tripulação não sentindo condições de segurança procurou abrigo na vizinhança mais próxima, que no caso foi num posto de abastecimento. Nesse local contactaram a GNR que se deslocou ao local para tomar nota da ocorrência. De seguida efectuaram contacto com os Bombeiros locais, os quais já tinham sido informados por populares do acontecimento e já estavam a deslocar se para o local. A referida queda provocou vários danos na viatura, para brisas, vidro lateral, espelho, etc." -----

A requerente juntou ao processo registo fotográfico dos danos sofridos na viatura, em causa, bem como relatório de ocorrência, elaborado pela

Associação H.B. Voluntários Flavienses, atestando que no dia 03/02/2017, tiveram de "proceder ao corte da árvore, que estava caída na estrada, bloqueando totalmente a mesma, com o auxílio de duas motoserras", tendo reparado que "se encontravam vidros no pavimento e um espelho" mas que não foi possível identificar a que viatura pertenciam, uma vez que, não havia ninguém no local. -----

3. Através de Informação n.º 48/UFR0/2016, a Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais, emitiu o seguinte parecer, a saber:

"Após análise dos documentos apresentados, verifica-se a falta de apresentação de auto de ocorrência elaborado pela Guarda Nacional Republicana, atestando o sucedido, pois estes elementos são indispensáveis para ponderação do pedido. -----

O relatório de ocorrência, emitido pelos Bombeiros Voluntários Flavienses, em nada atesta o referido pelo requerente, mencionando que tiveram que proceder ao corte de uma árvore que estava caída na via bloqueando a mesma e que se encontra, vidros de um espelho no pavimento, não conseguindo identificar a que viatura pertencia, uma vez que não havia ninguém no local." -----

4. Partindo de tal enquadramento, a retromencionada unidade orgânica concedeu, à requerente, o prazo de 8 dias para vir apresentar auto de ocorrência elaborado pela GNR e orçamento para reparação dos danos. -

5. Na sequência do pedido de documentação, supra evidenciado, a requerente, através de e-mail datado do dia 24/04/2017 (10:21 h), veio apresentar orçamento para reparação da viatura, em causa, produzido pela empresa Auto J.R. Lda., no valor total de 1405.88€, informando, simultaneamente, que, relativamente ao auto de ocorrência da Guarda Nacional Republicana, apesar de terem estado no local, não elaboraram qualquer auto de ocorrência, uma vez que a viatura já não se encontrava no local exato do acidente e os Bombeiros já tinham desobstruído a via. -----

6. Através da Informação n.º 66/UFR0/2017, a unidade flexível de 2.º grau de Recursos Operacionais, teceu a seguinte conclusão, a saber:

"Após análise, verifica-se, que o requerente apresenta somente o orçamento. -----

Assim, não estão reunidos os elementos indispensáveis para a ponderação do pedido." -----

7. Neste enfoque, é no âmbito dos factos acima revisitados que deverá ser contextualizado o despacho do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, datado de 09/05/2017, no sentido de esclarecer se a pretensão formulada pela ora petionária poderá ter acolhimento por parte desta Autarquia Local. -----

8. É, pois, na sequência deste pedido de parecer que se apresentam, de seguida, as considerações que reputamos de pertinentes no caso individual e concreto em apreciação. -----

II - Do direito -----

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

- a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa; -
- b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional; --
- c) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----

2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o n.º1, do art. 8º, do retrocitado

diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

3. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas; --
- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----
- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----
- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

4. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação". -----

5. Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

6. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

7. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. ----

8. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----

Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----

9. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, a peticionária afirma que os prejuízos foram provocados na sequência da queda de uma árvore. -----

10. Ora, a Autarquia Local, enquanto entidade gestora do domínio público municipal, incluindo passeios e vias de trânsito, tem a responsabilidade de garantir a segurança das pessoas e bens que circulam em tais espaços. -----

11. É evidente, portanto, que recaem sobre esta Autarquia Local deveres de regular vigilância, manutenção e conservação das vias sob a sua esfera de ação, incluindo o respetivo património arbóreo circundante, desde que, por razões óbvias, este último integre o domínio público ou privativo da Autarquia Local. -----

12. Contudo, da análise do caso individual e concreto não resultam elementos probatórios que garantam, com a certeza jurídica que é exigida, que os danos sofridos na viatura da requerente tenham sido provocados pela queda da árvore, em causa. -----

13. Tal como não apresenta provas que sustentem que a árvore se encontrava plantada em domínio público ou privativo da Autarquia Local, e que não provinha de nenhum terreno particular. -----

14. Sendo certo que, para que se possa falar de responsabilidade civil, no caso individual e concreto, o facto da árvore, em causa, ser particular ou pertencer ao domínio público ou privado do Município, é

de vital importância, dado que na primeira situação a responsabilidade caberia ao respetivo proprietário. -----

15. Sobre esta matéria, parece-nos oportuno trazer à colação os diversos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, nomeadamente o AC. STA de 14/12/2004, e nos quais se concluiu que o lesado não se encontra dispensado de provar os factos de onde resulte o nexo de causalidade entre o facto ilícito e o dano, mesmo nos casos onde se verifique a existência de uma presunção de culpa. -----

16. Assim, não basta apresentar um orçamento e registo fotográfico dos danos sofridos, bem como de um relatório de ocorrência, onde se atesta que caiu uma árvore, mas não é feita qualquer referência aos danos sofridos na viatura, em causa, desde logo porque, como é referido em tal relatório, a viatura não se encontrava no local. -----

17. Ou seja, nem os bombeiros, que tomaram conta da ocorrência, nem a patrulha da GNR que esteve no local, conseguem atestar a veracidade dos factos alegados pela peticionária, uma vez que não visualizaram nem os danos, nem o momento da queda. -----

18. Ora, não fazendo tal prova, com elementos de suporte, não nos parece, salvo melhor opinião, que esta Autarquia Local deva assumir o pagamento de qualquer indemnização para ressarcir os mesmos. -----

19. E ainda que assim não fosse, o que apenas se admite por mera hipótese de raciocínio, do próprio relato da peticionária resulta, de forma expressa, que a queda da árvore resultou de condições climatéricas adversas e que, como tal, não estavam no controlo desta Autarquia Local. -----

20. Assim sendo, se por um lado é verdade que impende sobre a Câmara Municipal o dever de manutenção e vigilância das árvores colocadas em domínio público, facto que, como se viu, no caso individual e concreto, se desconhece, também é verdade que a queda da mesma se ficou a dever, como a própria peticionária reconhece, a circunstâncias extraordinárias e imprevisíveis, que não poderiam ser controladas pela Autarquia local. -----

21. Logo, não se vislumbra que haja sido omitido qualquer dever de cuidado por parte deste Município que permita ao interessado fazer a imputação subjetiva do acidente. -----

22. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, e sem prejuízo do que acima foi dito, também, por esta via, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

IV - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pela requerente, não decorrendo qualquer responsabilidade da Autarquia a título de responsabilidade extracontratual; -----

b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora peticionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;

d) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Arq. António Cabeleira. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 17 de maio de 2017. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DATADO DE 2017/05/17 -----

Visto. Concorde com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo, em vista à adoção de decisão consubstanciada, na intenção de indeferir a pretensão apresentada, nos termos e com base nos fundamentos exarados nesta informação técnica. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-05-18 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017-05-19. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. INVOCÇÃO DE PRESCRIÇÃO DE DÍVIDAS. JOSÉ RODRIGUES. INF. 95/DAF/17.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Introdução -----

1. Na sequência de requerimento escrito, com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 10317/16, José Rodrigues, veio em síntese invocar a prescrição de todas as faturas em débito, muito concretamente, referentes ao Ano de 2012 (11 faturas), 2013 (4 faturas) e 2016 (1 fatura), em virtude da aplicação da Lei 23/96, de 26 de julho, com as alterações da Lei n.º 10/2013 de 28 de janeiro, de acordo com as disposições legais constantes no n.º1 e 2, do art.1.º e n.º1, e 4, do art.10.º, do respetivo diploma legal. ----

2. Assim, cumpre informar, sobre a matéria, o seguinte: -----

II - Do direito -----

1. A Lei n.º 23/96, de 26 de julho, alterada pelas Leis n.º 12/2008, de 26 de fevereiro e n.º 24/2008, de 2 de junho, consagrou um conjunto de regras a que deve obedecer a prestação de serviços públicos essenciais, com vista à proteção do utente. -----

2. Ora, os serviços públicos abrangidos pelo retrocitado diploma legal são os serviços de fornecimento de água, de fornecimento de energia elétrica, de fornecimento de gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados, de comunicações eletrónicas, serviços postais, serviço de recolha e tratamento de águas residuais e serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 1, do art. 10º, da Lei n.º 23/96, de 26 de julho e ulteriores alterações, a entidade que presta o serviço

dispõe de um prazo de seis meses para exigir ao utente o pagamento do valor constante da respetiva fatura, **sob pena de prescrição desse direito.** -----

4. Ou seja, caso se verifique a falta de pagamento voluntário das quantias constantes em determinada fatura, a entidade prestadora do serviço dispõe de seis meses, para realizar a propositura da respetiva ação ou injunção, em vista a ser ressarcida coercivamente do valor em dívida. -----

5. Uma vez proposta a respetiva ação, em vista à execução coerciva dos valores em dívida, e citado o exequente, vigora novo prazo de prescrição, como se verá a seguir. -----

6. De facto, no caso do prestador de serviços se tratar de um Município, então a cobrança coerciva dos valores em dívida deverá seguir a forma de execução fiscal, cujo procedimento se encontra regulado no Código de Procedimento e Processo Tributário, conforme a conjugação do art. 155º, do Código de Procedimento Administrativo e do art. 10º, do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro e ulteriores alterações. -----

7. Neste caso, e porque se trata de tributos administrados por autarquias locais, são estas as entidades competentes para o respetivo processo de execução fiscal, nos termos do n.º 1, do art. 7º, do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro e ulteriores alterações. ---

8. Sendo certo que, de acordo com o disposto no n.º 1, do art. 49º, da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro e ulteriores alterações, após a instauração de processo de execução fiscal, o prazo de prescrição das dívidas correspondentes a estas prestações pecuniárias **passa a ser de oito anos**, a partir do final do ano em que se verificou o facto. -----

9. Todavia, de acordo com a Informação prestada, pela escritã dos processos de execução fiscal n.º Município de Chaves, consta, inequivocamente, que aquando da entrada do requerimento nos serviços responsáveis pela condução dos processos de execução fiscal, ou seja, em 22/09/2016, não existia qualquer dívida em nome de José Rodrigues, em cobrança coerciva e relativa aos anos de 2012, 2013 e 2016. -----

10. Assim, no que concerne aos consumos e ou factos tributários que tenham ocorrido há seis meses ou mais, e que não tenham sido objeto de execução fiscal, sempre se deverá considerar que os mesmos se encontram prescritos, pelo que não poderá ser exigido o seu pagamento, por força do disposto no n.º 1, do art. 10º, da Lei n.º 23/96, de 26 de julho e ulteriores alterações. -----

11. Aqui chegados, fácil se torna concluir que as dívidas em causa, ao referirem-se ao ano de 2012 e 2013 e 2016 se encontram prescritas, pelo que, tendo a mesma sido invocada, pelo interessado, não poderá ser exigido o seu pagamento. -----

III - Propostas -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista à tomada de deliberação consubstanciada na declaração de prescrição das faturas identificadas no correspondente processo, no valor total de € 40,98, em virtude de terem decorrido mais de seis meses desde a data da sua emissão, sem que tenha sido instaurado o processo de execução fiscal a José Rodrigues; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Água e Resíduos; -----

d) De imediato, envio do presente assunto para o gabinete do Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Dr. Paulo Alves. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 16 de maio de 2017. -----

A Técnica Superior Jurista -----

(Ana Tomaz, Dra.)-----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA SANDRA LISBOA DE 18/05/2017 -----

Visto. Concorde com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião ordinária, em vista à adoção de decisão consubstanciada na prescrição da dívida (€40,98) em causa, de acordo com os fundamentos exarados nesta informação. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2017/05/18 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL, DR PAULO ALVES, DE 2017/05/19. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

7. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DE ABATIMENTO DE PAVIMENTO. CARLOS MANUEL DE OLIVEIRA CHAVES. INF. 96/DAF/17. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

9. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local nº 1537, datado do pretérito dia 22/02/2017, Carlos Manuel de Oliveira Chaves veio solicitar a assunção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização pelos danos patrimoniais sofridos na sua viatura, marca Audi A4, com a matrícula 86-34-UM. -----

10. Invoca, em defesa do direito reclamado, o seguinte, a saber: --

"(...) no dia 10 de fevereiro de 2017 por volta das 19h:30 min circulava na minha viatura Audi A4 com a matrícula 86-34-UM na rua Dr. Augusto Figueiredo Fernandes a onde existia um buraco no pavimento não assinalado e sem me aperceber de tal buraco acabei por passar por cima embatendo com alguma violência e provocando danos na suspensão do meu veículo. -----

De seguida entrei em contacto via telemóvel com a Câmara Municipal de Chaves para informar do sucedido, de seguida solicitei a presença da Polícia de Segurança Pública para tomar conta da ocorrência. Muito

rapidamente dois funcionários da Câmara Municipal de Chaves se dirigiram ao local para tapar o buraco.” -----

11. O requerente juntou participação elaborada pela PSP, no dia 10/02/2017, e orçamento produzido pela empresa ÍndiceVeloz LDA, no valor de 262,64. -----

12. Na sequência do retromencionado pedido, a Divisão de Águas e Resíduos produziu, no dia 03/04/2017, a Informação n.º 76/DAR/2017, tendo concluído o seguinte, a saber: -----

“Face ao relato e ouvido o setor de roturas da Divisão de Águas e Resíduos, confirma-se a ocorrência do acidente, tendo o acidente sido provocado por uma cedência do pavimento, resultante da reparação de uma rotura. -----

O local da rotura esteve assinalado até ao momento em que se procedeu à pavimentação provisória do pavimento.” -----

13. É, pois, partindo de tais factos, que deverá ser revisitado o despacho praticado pelo Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, no sentido de ser emitida informação técnico-jurídica, sobre a legitimidade do pedido formulado pelo peticionário.

14. Assim, cumpre-me informar, sobre a presente matéria, o seguinte:

II - Do Direito -----

4. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

d) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa;--

e) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional;---

f) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----

5. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o n.º 1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

6. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas; -

- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----

- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----

- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

7. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que “aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação ”.

8. Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

9. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja

razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

10. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. ----

11. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----

Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----

12. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, o peticionário afirma que os prejuízos foram provocados na sequência da cedência do pavimento da estrada onde circulava com a sua viatura. -----

13. Sobre esta matéria importa, desde logo, rever a Informação n.º 76/DAR/2017, produzida pela Divisão de Águas e Resíduos no 3 de abril, e na qual se concluiu, expressamente, o seguinte, a saber: -----

"(...) "Face ao relato e ouvido o setor de roturas da Divisão de Águas e Resíduos, confirma-se a ocorrência do acidente, tendo o acidente sido provocado por uma cedência do pavimento, resultante da reparação de uma rotura. -----

O local da rotura esteve assinalado até ao momento em que se procedeu à pavimentação provisória do pavimento³." -----

14. Resulta, portanto, evidente que, no caso individual e concreto, existiu uma cedência do pavimento da via, em causa, a qual teve como origem uma reparação de uma rotura efetuada pelos serviços municipais.

15. Sendo certo que os serviços atestam a ocorrência do acidente.

16. Por sua vez, os danos apresentados pelo peticionário referem-se à suspensão/amortecedores do veículo, os quais são passíveis de ser provocados pela presença de um buraco na estrada. -----

17. Obstáculo que, como resulta da Informação produzida pela Divisão de Águas e Resíduos teve a sua génese numa reparação efetuada na via.

18. Fica, nesta justa medida, provada a existência do nexo causal entre uma conduta dos serviços da Autarquia Local e os danos sofridos.

19. Sendo certo que a Divisão de Águas e Resíduos não refere a existência de qualquer causa e ou terceiro, estranhos ao Município, que tivessem tido qualquer interferência no resultado verificado, pelo que fica, assim, descartada a existência de qualquer causa de exclusão de culpa. -----

20. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, considerando, desde logo, a conclusão inequívoca manifestada na Informação produzida pela Divisão de Águas e Resíduos, parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

III - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, em vista à tomada de deliberação consubstanciada no deferimento da pretensão formulada pelo requerente, uma vez que decorre, no caso individual e concreto, responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de

³ Na sequência dos esclarecimentos prestados pelo Chefe de Divisão de Águas e Resíduos, por telefone, a sinalização foi retirada do local, logo que os serviços terminaram a reparação da rotura e a colocação do pavimento, pelo que quando o requerente passou no local não existia qualquer sinalização de perigo. -----

responsabilidade extracontratual, da assunção do pagamento da referida indemnização, no valor de 262.64€; -----

b) Para efeitos de pagamento do valor associado à indemnização pelos danos sofridos, deverá o presente assunto ser encaminhado para a unidade responsável por assuntos desta natureza, no caso, a Unidade Flexível de 2º Grau de Gestão Financeira, em vista à ativação do seguro de responsabilidade civil; -----

c) No estrito cumprimento do disposto no art. 114º, do Código do Procedimento Administrativo, deverá a interessada ser notificada da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;

d) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Dr. Paulo Alves. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. ----- À consideração superior. -----

Chaves, 18 de maio de 2017. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DATADO DE 2017/05/19 -----

Visto. Concorde com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião ordinária do órgão executivo, em vista à adoção de deliberação consubstanciada no deferimento do pedido, nos termos e com os fundamentos exarados nesta informação técnica. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-05-22 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL DA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, DR PAULO ALVES DE 2017-05-22. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. APROVAÇÃO DEFINITIVA DO PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR. INFORMAÇÃO Nº49/SE Nº28-2017.

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I.JUSTIFICAÇÃO

1.Considerando que, por deliberação tomada em sede de reunião do órgão executivo municipal, realizada no pretérito dia 17 de março de 2017, foi determinado o início do procedimento tendente à alteração do Regulamento do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior; -----

2.Considerando que, o Projeto de Alteração ao Regulamento supra identificado, nos termos e para os efeitos das disposições combinadas previstas no nº.1, do artigo 8º, do Decreto-Lei nº4/2015, de 7 de

janeiro, no n.º.1, do artigo 98º do CPA e do n.º.1, do artigo 101º do CPA, foi submetido a discussão, por um período de 30 dias úteis, promovendo-se a sua divulgação nos termos legais - no sítio institucional do Município e por meio de Edital; -----

3.Considerando que decorrido o prazo supramencionado, não foram colhidas nenhuma sugestões ou contribuições por parte da comunidade, estando assim reunidos, do ponto de vista procedimental, todos os requisitos legalmente exigidos para a sua ulterior aprovação definitiva por parte do executivo camarário; -----

4.Considerando que, de acordo com o disposto na alínea k), do n.º.1, do artigo 33º, do anexo I, da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do município, bem como aprovar regulamentos internos; -----

II - DA PROPOSTA -----
Assim, em coerência com as razões de facto e de direito atrás mencionadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de: -----

a)Aprovar a presente proposta de Alteração do Regulamento do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, conforme documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente proposta; ---

b)Alcançado o desiderato referido na alínea anterior, deverá a Proposta de Alteração do Regulamento ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto na alínea g), do n.º 1, do art. 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

c)Por último, que se proceda à publicação das alterações aprovadas e introduzidas no referido Regulamento, no Diário da República, no respetivo Boletim Municipal, na Internet, (no sítio institucional do município), Jornal Local e através de Edital afixado nos lugares de estilo, verificando-se, como é óbvio, a sua aprovação nos termos anteriormente sugeridos, tudo isto, de acordo com as disposições combinadas previstas no artigo 56º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, e no art. 139º do Código do Procedimento administrativo. -----

À consideração Superior. -----

Chaves: 15 de maio de 2017 -----

A Técnica Superior -----

Zuleika Alves -----

Em anexo: - Projeto de Alteração do Regulamento do programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo -----

- Informação n.º.31/SE n.º.22 - 2017, de 9 de março -----

- Edital n.º.35/2017, de 23 de março -----

PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR -----

NOTA JUSTIFICATIVA -----

O Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, em vigor no Concelho de Chaves, foi aprovado, sob proposta n.º 95/GAP/2006, na reunião de Câmara do dia 20 de novembro de 2006 e posteriormente sancionado pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária, realizada no dia 29 de novembro de 2006. -----

No ano letivo 2007/2008 começou a operacionalização do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, e durante os anos letivos de aplicação do aludido programa foram

suscitadas algumas questões, as quais viriam a ser objeto de análise, conforme informações n.º219/DED de 29 de maio de 2008, n.º 45/DED de 17 de março de 2010 e n.º 167/SE n.º63 de 5 de setembro de 2012, tendo as mesmas dado origem a diversas alterações ao Regulamento, em causa, devidamente aprovadas em reunião de Câmara e sancionadas pelo órgão deliberativo municipal. -----

Após este período de monitorização e dada a complexidade que o processo contempla, com situações díspares apresentadas pelos candidatos, algumas delas socialmente capazes de serem contempladas em matéria de apoio neste projeto, mas que não estão convertíveis em sede do regulamento em vigor, regista-se, na presente data, um desajustamento entre as soluções consagradas em tal instrumento regulamentar e a realidade atual, carecendo, nesta justa medida, de uma revisão. ---- Tanto mais que, entendido como um processo dinâmico, o Regulamento, em causa, deve acompanhar a evolução dos tempos e adaptar-se às novas vicissitudes do quotidiano. -----

Assim, face ao exposto, afigura-se como necessário alterar o regulamento atualmente em vigor, por forma a torna-lo mais completo e mais adequado, considerando, para o efeito, situações especiais que foram surgindo ao longo dos anos de aplicação do programa em causa, de modo a que o mesmo possa responder, de forma eficaz, aos objetivos para que foi criado. -----

Sendo certo que, com a execução do programa de atribuição de bolsas, previsto no presente regulamento, prevê-se um custo anual manifestamente proporcional aos benefícios associados a tal programa. Neste contexto, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, nos artigos 78º e 79º da Constituição da República Portuguesa, nas alíneas d) e h), do n.º 2, do artigo 23º, nas alíneas hh) e k), do n.º 1, do art. 33º, e na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, todos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, a assembleia Municipal, em sua sessão ordinária do dia _____ de _____ de 2017, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou aprovar a alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, em vigor no Concelho de Chaves. -----

Artigo 1.º -----

Âmbito -----

1. O presente Regulamento estabelece as normas de atribuição de bolsas de estudo, por parte da Câmara Municipal de Chaves, a alunos que ingressem ou frequentem estabelecimentos de ensino superior público, particular ou cooperativo devidamente homologados. -----

2. Entende-se por estabelecimento de ensino superior todo aquele que ministra cursos aos quais seja conferido o grau académico de licenciatura ou bacharelato, designadamente: -----

a) Universidades; -----

b) Institutos Politécnicos; -----

c) Institutos Superiores; -----

d) Escolas Superiores. -----

Artigo 2.º -----

Finalidade -----

A atribuição de bolsas de estudo por parte da Câmara Municipal de Chaves tem por finalidade: -----

a) Apoiar o prosseguimento de estudos a estudantes com aproveitamento escolar que, por falta de condições, se veem impossibilitados de o fazer; -----

b) Colaborar na formação de quadros técnicos superiores, residentes no concelho de Chaves, contribuindo para um maior e mais equilibrado desenvolvimento social, económico e cultural. -----

Artigo 3.º -----

Bolsa de estudo -----

1. Bolsa de estudo é uma prestação pecuniária, destinada à comparticipação dos encargos inerentes à frequência do ensino superior por estudantes economicamente carenciados do Concelho de Chaves, num ano letivo -----

2. O número de bolsas de estudo a atribuir pela Câmara Municipal de Chaves em cada ano escolar, encontra-se dependente do valor máximo cabimentado no orçamento anual do Município de Chaves, sendo que o número máximo de candidatos não poderá ser superior a 40. -----

3. O número de vagas referido no ponto anterior distribui-se da seguinte forma: 25 vagas para alunos que frequentem instituições de ensino superior fora do concelho de chaves e 15 vagas para alunos que frequentem estabelecimentos de ensino superior no concelho. -----

4. O valor mensal máximo de cada bolsa de estudo é de €200, no caso do candidato não auferir de mais nenhum tipo de Bolsa. 5. Caso o candidato usufrua de algum tipo de Bolsa de estudo de outra Instituição, a mesma poderá ser acumulável com a da Câmara Municipal, sendo que o valor final nunca ultrapasse os €200. -----

5. O início da bolsa de estudo coincidirá com o mês de início das aulas. -----

6. As bolsas de estudo têm uma duração máxima de 10 meses, correspondente ao ano escolar. -----

7. A bolsa de estudo é paga em prestações mensais. -----

Artigo 4.º -----

Condições de Candidatura -----

Podem candidatar-se à atribuição de bolsas de estudo, os estudantes que preencham, cumulativamente, as seguintes condições: -----

a) Serem residentes no Concelho de Chaves há pelo menos 5 anos; ----

b) Terem ingressado no ensino superior com média igual ou superior a 14 valores; -----

c) Não serem detentores de licenciatura ou bacharelato; -----

d) Terem obtido aproveitamento escolar no ano anterior, tal como definido no nº 1, do artigo 8.º, do presente Regulamento, caso tenham estado matriculados no ensino superior no ano lectivo anterior àquele para que requerem a bolsa; -----

e) Não possuírem, por si só, ou através do agregado familiar em que se integram, um rendimento mensal per capita superior ao Indexante dos Apoios Sociais, futuramente designado por IAS; -----

f) O valor dos bens patrimoniais não poderá ser superior a €100.000 (cem mil euros).-----

Artigo 5.º -----

Apresentação da Candidatura -----

1. Tem legitimidade para se candidatar: -----

a) O estudante, quando for maior de idade; -----

b) O encarregado de educação, quando o estudante for menor. -----

2. A candidatura far-se-á no site do Município de Chaves (www.chaves.pt), onde os interessados deverão preencher o boletim de candidatura disponibilizado e anexar todos os documentos exigidos. -

3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos exigidos para a efetivação da candidatura online são: -----

a) Atestado de residência, emitido pela Junta de Freguesia da área da sua residência, que comprove a mesma em pelo menos 5 anos;-----

- b) Documento comprovativo da titularidade do curso do ensino secundário -----
- c) Ficha ENES passada pelo estabelecimento de ensino secundário que o candidato frequentou, onde conste a média de candidatura ao ensino superior -----
- d) Certificado de matrícula no ensino superior com especificação do curso; -----
- e) Declaração do estabelecimento de ensino que frequentou no ano letivo anterior, comprovando o aproveitamento escolar -----
- f) Fotocópia da última declaração de I.R.S. e nota de liquidação (Modelo 3), referente a todos os elementos do agregado familiar; ---
- g) Declaração de bens patrimoniais do agregado familiar passada pela Repartição de Finanças da sua área de residência; -----
- h) Declaração de viaturas de cada elemento do agregado familiar passada pela Repartição de Finanças da sua área de residência; -----
- i) Documentos comprovativos de encargos com a habitação (renda, aquisição ou construção). -----
4. A candidatura online só ficará devidamente validada, após a apresentação do cartão de cidadão/bilhete de identidade, por parte do requerente, junto dos serviços municipais responsáveis, em vista à respetiva conferência, salvo se o requerente optar por enviar, no momento da candidatura, cópia de tal documento. -----
5. Para os efeitos previstos no número anterior, os serviços municipais responsáveis comunicarão, ao requerente, o dia e a hora em que deverá efetuar a apresentação do cartão de cidadão/bilhete de identidade.
- Artigo 6.º -----
- Divulgação e prazo de apresentação da candidatura -----
- A Câmara Municipal de Chaves publicitará, no site oficial do município e num jornal local, para cada ano escolar, a data da apresentação das candidaturas online. -----
- Artigo 7.º -----
- Conceito de Aproveitamento Escolar -----
1. Para efeitos do presente Regulamento, considera-se que o aluno obteve aproveitamento escolar num ano letivo, quando reúne todos os requisitos que lhe permitam a matrícula e a frequência no ano seguinte do curso, de acordo com as normas em vigor no respetivo estabelecimento de ensino que frequenta. -----
2. Os estudantes que não obtenham aproveitamento escolar perderão o direito à bolsa de estudo, exceto por motivo de doença prolongada ou qualquer outra situação considerada especialmente grave, desde que devidamente comprovada e participada, em tempo oportuno, à Câmara Municipal de Chaves. -----
3. As exceções referidas no número anterior serão apreciadas caso a caso, cabendo à Câmara Municipal de Chaves decidir sobre a manutenção, ou não, da bolsa de estudo. -----
4. Poderão candidatar-se à bolsa de estudo, os estudantes que mudem de curso, não podendo contudo esta ser atribuída por um período superior ao da duração do curso em que inicialmente ingressaram ou até ao limite máximo de 6 anos. -----
5. Os candidatos que já tenham sido contemplados com uma Bolsa de Estudo, municipal ou outra, e que tenham perdido o direito por falta de aproveitamento escolar, não poderão candidatar-se a nova bolsa.
- Artigo 8.º -----
- Conceito de agregado familiar do estudante -----
1. Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por agregado familiar do estudante o conjunto de pessoas constituído pelo estudante

e pelos que com ele vivem habitualmente em comunhão de habitação e rendimentos numa das seguintes modalidades: -----

a) Agregado familiar de origem - o estudante e o conjunto de ascendentes, pais ou encarregados de educação e demais parentes que vivam em comunhão de habitação e rendimentos; -----

b) Agregado familiar constituído - o estudante e o cônjuge, descendentes e demais parentes que vivam em comunhão de habitação e rendimentos. -----

2. Podem ainda ser considerados como constituindo um agregado familiar unipessoal, os estudantes com residência habitual fora do seu agregado familiar de origem que, comprovadamente, disponham de rendimentos de bens próprios ou de trabalho bastantes para a sua sobrevivência, ainda que insuficientes para custear os seus estudos. -----

Artigo 9.º -----

Fórmulas de Cálculo -----

1. O cálculo do Rendimento mensal per capita do agregado familiar obedece à seguinte fórmula, e cujos valores constem da(s) declaração(ões) de IRS e outros documentos comprovativos de rendimentos auferidos por todos os membros do agregado: -----

$C = R - (I + H + S)$ -----

12N -----

sendo que: -----

C = Rendimento mensal per capita -----

R = Rendimento anual bruto apurado do agregado familiar -----

I = Impostos e Contribuições -----

H = Encargos anuais com juros de dívida de aquisição de habitação --

S = Encargos com a saúde, até ao limite fixado por despacho do Ministerial -----

N = número de elementos do agregado familiar -----

2. A ordenação dos candidatos será feita de acordo com a fórmula seguinte, do valor mais baixo para o valor mais elevado: -----

$OC = (C \times 0.5) + (M \times 0.5)$ -----

Sendo que: -----

OC = Ordenação do Candidato (do valor mais baixo para o mais elevado)

C = Rendimento mensal per capita do agregado familiar -----

M = média de ingresso no Ensino Superior -----

3. A bolsa mensal a atribuir a cada estudante em regime de tempo integral é a resultante da seguinte expressão: -----

BF = €200 - Valor da bolsa atribuída pela DGES -----

Sendo que: -----

BF = Bolsa mensal a atribuir pelo Município de Chaves ao estudante

DGES = Direção Geral de Ensino Superior -----

Artigo 10º -----

Regras sobre comunicações e notificações -----

1. As comunicações e notificações são efetuadas por via eletrónica, para o endereço indicado pelo estudante no boletim de candidatura. -

2. As notificações efetuadas ao abrigo do presente número consideram-se feitas na data da expedição, servindo de prova a mensagem eletrónica com recibo de entrega da mesma, o qual será junto ao processo administrativo. -----

3. Os candidatos devem comunicar qualquer alteração ao endereço eletrónico e moradas indicadas, sob pena, de em caso de incumprimento, a notificação se considerar efetuada para todos os efeitos legais. -

Artigo 11º -----

Situações de exclusão -----

Serão excluídos os candidatos que: -----

- a) Não preencham as condições estabelecidas no art. 4º do presente Regulamento; -----
- b) Não entreguem os documentos exigidos no número 3 do artigo 5º; --
- c) Entreguem o processo de candidatura fora do prazo estabelecido; -
- d) Não tenham transitado de ano; -----
- e) Não tenham obtido aproveitamento escolar no ano letivo anterior, nos casos dos candidatos que mudaram de curso; -----
- f) Não seja possível ponderar a situação económica do agregado familiar, devido à insuficiência de documentos e ou declarações, ou devido à incoerência entre os documentos apresentados e os sinais exteriores de riqueza; -----
- g) Possuam já habilitação ou curso equivalente ao que pretendem frequentar; -----
- h) Prestem falsas declarações, tanto por inexatidão como por omissão, no processo de candidatura. -----

Artigo 12º -----

Ordenação dos candidatos -----

A ordenação dos candidatos na elaboração da lista provisória e definitiva, será feita de acordo com a fórmula do número 2, do artigo 9º, pela ordem do valor mais baixo para o valor mais elevado, sendo que o valor mais baixo corresponde ao primeiro lugar. -----

Artigo 13º -----

Lista Provisória e Lista definitiva -----

1. Analisadas as candidaturas e feita a seleção dos candidatos a bolseiros será elaborada uma lista provisória que será enviada aos candidatos por correio eletrónico. -----

2. No prazo de 10 dias a contar da data da comunicação, de acordo com o número 2 do artigo 10º, ponto 2, poderá qualquer concorrente reclamar da mesma, por escrito, através de correio eletrónico -----

3. Findo o período de reclamação, será elaborada a lista definitiva, devidamente fundamentada, a submeter à Câmara Municipal para deliberação. -----

4. A lista definitiva dos beneficiários da bolsa de estudo será comunicada via correio eletrónico e publicada no site oficial do Município de Chaves. -----

Artigo 14º -----

Deveres dos Bolseiros -----

São deveres dos bolseiros: -----

a) Prestar todos os esclarecimentos e fornecer todos os documentos que forem solicitados pela Câmara Municipal de Chaves, no âmbito do processo de atribuição de bolsas de estudo; -----

b) Participar, num prazo de trinta dias, à Câmara Municipal de Chaves todas as alterações ocorridas posteriormente à atribuição da bolsa de estudo, relativas à sua situação económica, agregado familiar, residência ou curso, que possam influir na continuação da atribuição da bolsa de estudo; -----

c) Usar de boa fé em todas as declarações que prestar. -----

Artigo 15º -----

Direitos dos bolseiros -----

São direitos dos bolseiros: -----

a) Receber integralmente e dentro dos prazos estipulados as prestações da bolsa atribuída - prestações mensais; -----

b) Ter conhecimento de qualquer alteração ao presente Regulamento. -

Artigo 16º -----

Renovação da bolsa de estudo -----

A bolsa de estudo será atribuída progressivamente nos anos de formação subsequentes aos alunos já contemplados com a mesma, desde que: ----

a) Possuam os requisitos exigidos nas alíneas a), c), d), e) e f) do artigo 4.º deste Regulamento; -----

b) Façam prova de matrícula no ano subsequente; -----

c) A renovação deve ser requerida anualmente nas condições definidas no número 2, do artigo 5.º e artigo 6.º do presente Regulamento. ---

Artigo 17º -----

Cessação da bolsa de estudo -----

1. Constituem causas da cessação imediata da bolsa de estudo: -----

a) A prestação, por omissão ou inexatidão, de falsas declarações à Câmara Municipal de Chaves pelo candidato ou seu representante; ----

b) Alteração favorável da situação económica do candidato ou do seu agregado familiar; -----

c) A desistência de frequência do curso, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, nomeadamente doença prolongada; -----

d) A reprovação/falta de aproveitamento no ano letivo anterior ao da candidatura; -----

e) Mudança de residência para outro concelho; -----

f) Não comunicar a aceitação de outra bolsa ou subsídio concedido por outra instituição para o mesmo ano letivo; -----

g) O incumprimento das obrigações previstas no artigo 14º. -----

2. Nos casos previstos no número anterior, a Câmara Municipal de Chaves reserva-se o direito de exigir do bolseiro ou daqueles de quem este estiver a cargo, a restituição das mensalidades eventualmente pagas, bem como de adotar os procedimentos julgados adequados. -----

Artigo 18.º -----

Situações especiais não previstas -----

1. A unidade orgânica responsável pela análise dos pedidos de candidatura a bolseiros - Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural - pode, durante o processo de seleção, considerar situações especiais não previstas no presente Regulamento. -----

2. As situações económicas especialmente graves não enquadráveis no âmbito do processo de atribuição de bolsas de estudo, poderão ser objeto de apreciação e decisão pela Câmara Municipal. -----

Artigo 19º -----

Disposições finais -----

1. A Câmara Municipal de Chaves reserva-se o direito de solicitar aos estabelecimentos de ensino informações relativas aos alunos bolseiros ou candidatos a bolsa de estudo. -----

2. O estudante só tem direito a requerer bolsa de estudo durante o número de anos previstos para o curso que frequenta. -----

3. A Câmara Municipal comunicará às Instituições de Ensino Superior que os candidatos frequentam, a pretensão de uma bolsa de estudo e posteriormente o valor que será atribuído. -----

4. As dúvidas, casos omissos e interpretações resultantes da aplicação do presente Regulamento são resolvidos pela Câmara Municipal. -----

Artigo 20º -----

Entrada em vigor -----

O presente Regulamento entra em vigor no dia imediato à sua publicação em Diário da República. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.05.15 -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.05.22. -----

À reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo, sobre a matéria, em apreciação, referido o seguinte:
1 - Em coerência com os comentários apresentados, antes da aprovação definitiva do Regulamento, ora, em apreciação, parece-lhe que as alterações, agora introduzidas são positivas, embora ainda fiquem aquém do desejável, tendo em vista o reforço da valorização na atribuição de Bolsas a estudantes Universitários. -----

2 - A criação de um polo tecnológico, em Chaves, poderia contribuir, positivamente, para a determinação do valor das bolsas a conceder aos estudantes universitários residentes no concelho de Chaves. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO -. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº136/SHSDPC/N.º48/2017. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.05.05-----

Visto. Concordo A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.05.16. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº137/SHSDPC/N.º49/2017. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.05.05-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.05.16. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO - DEFINITIVA DE CANDIDATOS À HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº142/SHSDPC/Nº51/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1.ENQUADRAMENTO-----

No passado dia 1 de novembro de 2016 entrou em vigor a Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, a qual procede à primeira alteração à Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, que estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação, cujo efeito pratico veio revogar um conjunto significativo de diplomas legais e, deste modo, congregar num só diploma a dispersão de várias normas que regulavam o acesso à habitação social.-----

Em resultado da entrada em vigor do diploma legal que estabelece a primeira alteração ao novo regime do arrendamento apoiado para a habitação social, foram, sequencialmente, rececionadas no Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Social, as alterações tidas por necessárias. No dia 3 de janeiro do corrente ano, e após a obtenção da devida aprovação por parte da Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária do dia 21 de dezembro de 2016, entra em vigor a Primeira Alteração ao Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal.-- Entre dia 1 de fevereiro e o dia 3 de março do corrente ano foi estipulado o prazo de abertura do concurso público para atribuição, na modalidade de arrendamento em regime de renda apoiada de cinco fogos de habitação social. Mediante a análise efetuada a cada candidato com inscrição válida e cuja composição familiar não excedesse o limite máximo de elementos imposto pela tipologia a concurso (T1 e T2), foi presente e aprovada em sede de reunião do órgão executivo Municipal, realizada no dia 10 de abril de 2017, proposta de classificação provisória de candidatos à habitação social municipal.-----

2.FUNDAMENTAÇÃO-----

Em resultado da aprovação da referida proposta de classificação provisória de candidatos à habitação social municipal, procedeu-se à notificação, por escrito, a cada um dos concorrentes, do posicionamento na lista de classificação provisória. No cumprimento do artigo 121.º e seguintes, do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, foi concedido um prazo máximo de 10 dias para, querendo, puderem apresentar por escrito as considerações que se lhes oferecerem sobre o sentido da decisão produzida.-----

Dentro do período regulamentar para apresentação das considerações por parte dos interessados, não foi remetido a este município qualquer comunicação escrita que produza qualquer alteração à decisão anteriormente tomada. -----

Assim,-----
 Considerando que o resultado do posicionamento de cada candidato, em lista própria, reflete a conjugação dos fatores de ponderação expressos no Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal;--
 Considerando que não foram identificados nem reportados argumentos que infiram numa alteração ao resultado da classificação provisória dos candidatos à habitação social municipal; -----
 Considerando a necessidade de tornar efetiva a lista provisória de candidatos admitidos e excluídos no concurso em pareço.-----

3.DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

Pelo exposto afigura-nos procedente a condução dos normais procedimentos em vista à aprovação da classificação definitiva de candidatos à habitação municipal, devendo como tal ser adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

1 - Apreciação pela Chefe da Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Humanos e Ação Social, Dr.ª Paula Cabugueira, em vista a sancionar a aprovação da classificação definitiva de candidatos à habitação municipal, tendo por base os critérios definidos no Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal, vertidos na Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, em vigor desde 01 de março de 2015, alterada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto;-----

2 - Caso a presente informação venha a merecer de concordância superior, deverá a mesma ser remetida ao cuidado do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, cujo parecer/decisão deverá, sequencialmente, ser remetida para o gabinete do Sr Vereador João Neves para a emissão da competente decisão;-----

3 - Caso a presente proposta de classificação definitiva de candidatos à habitação municipal, venha a merecer concordância superior, propõe-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo municipal, para aprovação definitiva da referida classificação;-----

4 - Se notifique cada um dos candidatos, por escrito, do posicionamento na lista de classificação final;-----

5 - Que o resultado da classificação definitiva seja afixado nos locais de divulgação utilizados, para o efeito, pelo município, com exclusão de qualquer menção a dados pessoais. -----
 À consideração Superior.-----

O Técnico Superior-----

(Aureliano Moraes)-----

A Técnica Superior-----

(Sandra Sarmiento)-----

Em anexo: Classificação final (sem alterações).-----

Classificação final de candidatos à habitação social municipal.

Tipologia 1

(2 habitações a concurso)

| | | |
|---------------|------|-----------------|
| Proc. 15/2016 | 52,4 | Contemplado |
| Proc. 07/2016 | 49,7 | Contemplado |
| Proc. 27/2016 | 42,5 | Não Contemplado |
| Proc. 08/2017 | 39 | Não Contemplado |
| Proc. 01/2015 | 32 | Não Contemplado |
| Proc. 04/2015 | 30,5 | Não Contemplado |
| Proc. 23/2016 | 30,5 | Não Contemplado |
| Proc. 07/2015 | 29,5 | Não Contemplado |
| Proc. 12/2017 | 26,5 | Não Contemplado |
| Proc. 11/2017 | 25 | Não Contemplado |

| | | |
|---------------|------|-----------------|
| Proc. 20/2016 | 19,9 | Não Contemplado |
| Proc. 03/2017 | 14 | Não Contemplado |
| Proc. 13/2016 | 14 | Não Contemplado |
| Proc. 17/2016 | 12,5 | Não Contemplado |
| Proc. 02/2016 | 1,5 | Não Contemplado |
| Proc. 10/2017 | 1,5 | Não Contemplado |
| Proc. 19/2016 | 0 | Não Contemplado |
| Proc. 25/2016 | a) | Não Contemplado |

a) Não considerado por residir em habitação social.

Tipologia 2

(4 habitações a concurso)

| | | |
|---------------|---------|----------------|
| Proc. 05/2016 | 73,5 | Contemplado |
| Proc. 28/2016 | 63,9 | Contemplado |
| Proc. 08/2016 | 61,5 | Contemplado |
| Proc. 11/2016 | 61,5 | Contemplado |
| Proc. 11/2015 | 61,5 b) | N. contemplado |
| Proc. 26/2016 | 55,5 | N. contemplada |
| Proc. 31/2015 | 51,5 | N. contemplada |
| Proc. 05/2017 | 51,5 | N. contemplada |
| Proc. 29/2016 | 51,5 | N. contemplada |
| Proc. 13/2017 | 51,5 | N. contemplada |
| Proc. 12/2016 | 50,5 | N. contemplada |
| Proc. 16/2017 | 50,5 | N. contemplada |
| Proc. 09/2015 | 49 | N. contemplado |
| Proc. 10/2015 | 46,5 | N. contemplada |
| Proc. 22/2016 | 46,5 | N. contemplada |
| Proc. 37/2015 | 43 | N. contemplada |
| Proc. 07/2017 | 39 | N. contemplado |
| Proc. 02/2017 | 36,5 | N. contemplado |
| Proc. 17/2017 | 36,5 | N. contemplado |
| Proc. 04/2017 | 26,5 | N. contemplada |
| Proc. 06/2017 | 25 | N. contemplado |
| Proc. 24/2016 | 20,4 | N. contemplado |
| Proc. 18/2017 | c) | N. contemplada |
| Proc. 14/2017 | d) | N. contemplada |

b) De acordo com a alínea b) do n.º 4, do artigo 9.º, do Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal, perante a obtenção da mesma classificação, o critério utilizado para o desempate foi do agregado com o rendimento *per capita* inferior. (Proc. 08/2016 = 9,37%; Proc. 11/2016 = 14,72%; Proc. 11/2015 = 19,01%) -----

c) Processo incompleto. -----

d) Não foi considerada a candidatura assinalada em virtude dos titulares do respetivo processo residirem em economia comum com os progenitores. Tal decisão assenta no conceito de agregado familiar (para efeitos de candidatura à habitação social), expresso na alínea a) do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro, segundo a qual, *Agregado Familiar é o conjunto de pessoas que residam em economia comum na habitação arrendada, constituído pelo arrendatário e pelas pessoas referidas nas alíneas a), b), c), d) e e) do n.º1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, bem como por quem tenha sido autorizado pelo senhorio a permanecer na habitação* -----

Nota: os candidatos contemplados poderão, com uma antecedência mínima de 24h, solicitar a visita às habitações, correspondentes à tipologia que lhe é destinada. -----

Chaves, 15 de maio de 2017.-----O

Presidente da Câmara-----
(Arq. António Cabeleira)-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.05.11-----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.05.16. -----

À Reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo o mesmo suscitado a questão relacionada com o facto da lista de ordenação dos candidatos contemplados com a atribuição de habitação social ser omissa relativamente ao nome dos candidatos. --- Tal omissão compromete o escrutínio público desejável, relativamente ao procedimento de atribuição de habitação social, indissociável do princípio da transparência que pauta toda a ação da Administração e sua relação com os cidadãos. -----

Sendo certo que, nos termos do disposto no n.º3 do artigo 12 da Lei 32/2016, diploma que introduziu a primeira alteração à Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro, que estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para a habitação, no concurso por inscrição, a entidade locadora deve publicitar, no respetivo sítio na internet e ou em área de acesso ou de circulação livre das suas instalações, informação sobre a listagem, as condições de inscrição na mesma e o resultado da última classificação, com exclusão de qualquer menção a dados pessoais. ---- Assim, deverá ser esclarecido, partindo da boa interpretação da mencionada norma legal, se a indicação do nome do candidato, na referida lista de classificação, e sua ulterior publicação, através dos meios, legalmente, fixados, deve ou não ser considerado um dado pessoal abrangido pela exclusão prevista na referida norma legal. --- Neste contexto, o Vereador interveniente solicitou a emissão de parecer, sobre a matéria, aparentemente, controvertida, junto da entidade competente, nomeadamente, a CADA ou CNPD. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -- Considerando que a matéria suscitada, pelo Vereador interveniente, é juridicamente, controversa, deverá ser solicitado, pela Divisão competente, no caso, DRHAS, parecer técnico, sobre a matéria, ao organismo competente, em matéria de proteção de dados pessoais, conferindo, no presente e no futuro, maior segurança e certeza jurídicas aos procedimentos administrativos, desta natureza, particularmente, no que diz respeito ao dever de publicitação das listas finais dos candidatos ordenados, para efeitos de habitação social. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. APOIO FINANCEIRO ÀS ATIVIDADES EXTRA-CURRICULARES DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CHAVES - ANO LETIVO 2016/2017. INFORMAÇÃO Nº54/SE Nº30/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1.Enquadramento -----

O Município de Chaves, ao longo destes anos, tem apoiado financeiramente o Plano de Atividades dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Chaves, para a concretização das atividades extra-curriculares aí previstas. -----

2.Fundamentação -----

Considerando que o Município de Chaves, através da sua presença nos Conselhos Gerais dos três Agrupamentos de Escolas do Concelho, procede ao acompanhamento e avaliação dos respetivos Planos de Atividades; - Considerando que os referidos Planos de Atividades encontram-se na Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural, podendo aí ser consultados; -----

Considerando que de acordo com a alínea u), do nº1, do Artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal " Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva ou outra de interesse para o município". -----

3.Proposta -----

Assim, para que haja uniformidade na atribuição destes apoios financeiros, propõe-se, referente ao ano letivo 2016/2017, o seguinte:

1.Que seja atribuído a cada um dos três Agrupamentos de Escolas do Concelho (Dr. António Granjo, Dr. Júlio Martins e Fernão Magalhães), o montante de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) para as atividades extra-curriculares do ensino secundário, o montante de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), para as atividades extra-curriculares do ensino básico e o montante de 6.00€ (seis euros) por aluno, para as atividades extra-curriculares da Educação Pré - Escolar e do 1º Ciclo; Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins-----

| | |
|---|-----------|
| Ensino Secundário ----- | 1.500.00€ |
| Ensino Básico ----- | 2.500.00€ |
| Pré - Escolar e 1º Ciclo (615 alunosx6.00€) ----- | 3.690.00€ |
| TOTAL ----- | 7.690.00€ |

Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo -----

| | |
|---|-----------|
| Ensino Secundário ----- | 1.500.00€ |
| Ensino Básico ----- | 2.500.00€ |
| Pré - Escolar e 1º Ciclo (585 alunosx6.00€) ----- | 3.510.00€ |
| TOTAL ----- | 7.510.00€ |

Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães -----

| | |
|---|-----------|
| Ensino Secundário ----- | 1.500.00€ |
| Ensino Básico ----- | 2.500.00€ |
| Pré - Escolar e 1º Ciclo (125 alunosx6.00€) ----- | 750.00€ |
| TOTAL ----- | 4.750.00€ |

2.O valor previsto com este encargo é de 19.950,00€ (dezanove mil novecentos e cinquenta euros). -----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

a)Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição da rubrica orçamental, bem como, do respetivo compromisso, em cumprimento com a LCPA; -----

b)O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação; -----

c) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário, dever-se-á promover a devida publicitação, se aplicável, nos termos da Lei nº64/3013 de 27 de Agosto. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 22 de maio de 2017 -----

A Técnica Superior -----

Dra. Lídia Pinto -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.05.22. -----

Visto. Concordo. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.05.22. -----

À Reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo, sobre a matéria, em apreciação, referido o seguinte:

1 - Considerando as infraestruturas afetas aos diversos agrupamentos escolares do Concelho, é obvio que a disponibilização efetiva, de tais infraestruturas, deve ser referida como critério de distribuição dos apoios Municipais. -----

2 - No caso do agrupamento escolar "Fernão de Magalhães", e no que concerne às infraestruturas desportivas, considerando que o mesmo não se encontra dotado deste tipo de equipamentos dessa natureza, deveria o mesmo ser, positivamente, discriminado, sendo criadas condições adequadas, junto do agrupamento escolar, em causa, para o desenvolvimento, dos respetivos alunos, da prática desportiva. -----

3 - Tal realidade dever-se-ia traduzir nos apoios, pela autarquia, concedidos. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Os apoios concedidos e plasmados na proposta, em apreciação, não têm por objetivo a promoção de atividades desportivas. -----

2 - Tais apoios destinam-se ao desenvolvimento, pelos agrupamentos escolares contemplados, de atividades relacionadas com as visitas de estudo, para além de outras atividades, de natureza análoga, promovidas, pelos agrupamentos escolares. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. APROVAÇÃO DAS NORMAS "ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA" - ANO LETIVO 2017-2018. INFORMAÇÃO Nº58/SE Nº34/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

No âmbito do "Acordo de Cooperação" celebrado entre a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares /Direção de Serviços da Região Norte, o Instituto de Segurança Social,I.P.- Centro Distrital de Vila Real e a Câmara Municipal de Chaves, para o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, compete ao Município de

Chaves a organização das "Atividades de Animação e de Apoio à Família", nos Jardins de Infância da rede pública, do Concelho de Chaves. ----
Considerando que as "Atividades de Animação e de Apoio à Família", no âmbito da Educação Pré-Escolar, são uma resposta direta às necessidades das famílias e, no Município de Chaves, até esta data, encontram-se consubstanciadas em todos os tempos que ficam para além das 25 horas curriculares: as entradas, os almoços e os tempos depois das atividades educativas. -----

Considerando que estas "Atividades" destinam-se às crianças que frequentam a rede pública de Educação Pré-Escolar, sempre que a organização da vida dos agregados familiares o justifique e decorrem de acordo com o calendário escolar definido pelo Ministério de Educação; -----

Considerando a necessidade de alargar a referida componente de apoio à família às interrupções letivas e ao mês de Julho, de forma a satisfazer as necessidades das famílias, cujos educandos frequentam a rede pública, devido à dificuldade de conciliação entre a vida laboral dos pais/encarregados de educação e o funcionamento dos respetivos jardins-de-infância; -----

Considerando que para o ano letivo 2017/2018, para além da oferta das atividades de apoio à família, a funcionar de acordo com o calendário escolar, a definir pelo Ministério de Educação, pretende-se alargar a referida componente às interrupções letivas e ao mês de julho, a funcionar em três Jardins de Infância da rede pública, do Concelho de Chaves: Jardim de Infância do Centro Escolar, Jardim de Infância de Chaves e Jardim de Infância de Vidago. -----

Considerando que ouvidos os Agrupamentos de Escolas do Concelho sobre esta matéria, os mesmos manifestaram o seu agrado, pelo facto de enriquecer a oferta da educação Pré-Escolar, da rede pública; -----

Considerando que de acordo com o despacho conjunto nº300/97 de 4 de Setembro, que aprova as normas que regulam a comparticipação dos pais e encarregados de educação no custo das componentes não educativas dos estabelecimentos de educação pré-escolar, torna-se necessário determinar a comparticipação familiar, para o ano letivo 2017/2018, pela utilização das "Atividades de Animação e de Apoio à Família", nos Jardins de Infância da rede pública do concelho, que oferecem esta componente. -----

- Considerando que de acordo com a alínea hh), do ponto 1, do artigo 33º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar. -----

Assim e face ao exposto propõe-se a V. Exa o seguinte: -----

a) Que sejam aprovadas as normas de funcionamento das "Atividades de Animação e Apoio à Família" para vigorarem no ano letivo 2017/2018, que incluem os valores da comparticipação familiar da componente sócio - educativa de apoio à família prolongamento de horário - para o ano letivo de 2017/2018, na rede pública da educação pré-escolar, mantendo-se os valores fixados no ano letivo 2016/2017, exceto os valores previstos para as interrupções letivas e o mês de julho que foram definidos pela primeira vez. -----

b) Sempre que, com base numa cuidada análise socioeconómica do agregado familiar, se conclua pela especial onerosidade do referido encargo, poderá ser dispensado o seu pagamento mediante deliberação de Câmara e tendo como fundamentação relatório elaborado pelo respetivo Agrupamento de Escolas. -----

Caso esta proposta mereça concordância por parte de V. Exa., sugere-se o seu encaminhamento para a próxima reunião de Câmara Municipal, para deliberação. -----

À consideração superior, -----
 Chaves, 19 de maio 2017 -----
 A Técnica Superior -----
 Dra. Lídia Pinto -----
 Em anexo: Normas de funcionamento das Atividades de Animação e Apoio
 à Família -----

INTRODUÇÃO -----

As "Atividades de Animação e de Apoio à Família", no âmbito da Educação Pré-Escolar, são uma resposta direta às necessidades das famílias e encontra-se consubstanciada em todos os tempos que ficam para além das 25 horas curriculares: as entradas, os almoços e os tempos depois das atividades educativas e decorrem de acordo com o calendário escolar definido pelo Ministério da Educação. (Ponto I) -----

Para o ano letivo 2017/2018 o Município de Chaves alarga a componente de apoio à família às interrupções letivas e ao mês de julho, a funcionar em três Jardins de Infância da Rede Pública, do Concelho de Chaves: Jardim de Infância do Centro Escolar, Jardim de Infância de Chaves e Jardim de Infância de Vidago. (Ponto II) -----

I - Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) integradas no calendário escolar a definir pelo Ministério da Educação. -----

As Atividades de Animação de Apoio à Família destinam-se às crianças cujos encarregados de educação não dispõem de horários compatíveis com o funcionamento normal do Jardim-de-infância e decorrem nos seguintes jardins-de-infância: -----

| Agrupamento | Jardins de Infância |
|---|--|
| Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins | Jardim de Infância de Vila Verde da Raia |
| | Jardim de Infância do Centro Escolar Sta Cruz, Trindade |
| | Jardim de Infância de Santo Estevão |
| | Jardim de Infância de Mairos |
| | Jardim de Infância de Bustelo |
| Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo | Jardim de Infância de Chaves |
| | Jardim de Infância de Nantes |
| | Jardim de Infância do Caneiro |
| | Jardim de Infância de Outeiro Jusão |
| | Jardim de Infância de Valdanta |
| Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães | Jardim de Infância de Casas Novas |
| | Jardim de Infância de Vidago |

PLANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO -----

As Atividades de Animação e de Apoio à Família são planificadas pelos órgãos competentes dos agrupamentos de escolas, tendo em conta as necessidades dos alunos e das famílias, em articulação com o Município, sendo da responsabilidade dos educadores titulares de grupo assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das referidas atividades, por parte dos monitores contratados para o efeito. -----

A Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural - Setor de Educação é a responsável pela gestão desta componente em articulação com os respetivos Agrupamentos de Escolas/educadoras titulares. -----

Cada monitor tem, diariamente, sob a sua responsabilidade entre 6 a 20 crianças. -----

PERÍODOS DAS AAAF -----

As AAAF decorrem em dois períodos. O período da manhã e período da tarde. -----

O período da manhã consiste na receção das crianças que chegam ao estabelecimento de ensino e no seu entretenimento durante a sua permanência até ao momento em que estas entram em horário escolar e na oferta do serviço de refeições. Este período subdivide-se em dois: 1º e 2º prolongamento. -----

O período da tarde consiste na receção das crianças que saem do horário escolar até ao momento que são entregues aos encarregados de educação.

O período da tarde divide-se em dois, o 3º e 4º prolongamento. -----

HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO -----

O horário de funcionamento do período da manhã e do período da tarde pode variar de acordo com o horário do estabelecimento de ensino, mas de uma forma geral, o horário será o seguinte -----

| Período | | Nível de Ensino | Horário |
|---------|------------------|--------------------|--|
| Manhã | 1º Prolongamento | Jardim de Infância | 08h00 às 09h00 ou 08h30 às 09h00 |
| | 2º Prolongamento | Jardim de Infância | 12h00 às 13h30 ou 12h00 às 14h00 |
| Tarde | 3º Prolongamento | Jardim de Infância | 15h30 às 17h30 ou 16h00 às 17h30 |
| | 4º Prolongamento | Jardim de Infância | 17h30 às 18h30 ou 17h30 às 19h00 |

INSCRIÇÃO -----

As inscrições para as AAAF devem ser feitas anualmente pelos interessados, junto do Agrupamento de Escolas ou do(a) educador(a) do respetivo jardim-de-infância. -----

A Inscrição para frequentar as AAAF, não implica integração imediata no mesmo, pois a mesma só será aceite depois de observados os seguintes requisitos: -----

- Ficha de inscrição acompanhada dos elementos requeridos; -----
- Inexistência de dívidas de anos anteriores. -----

Após a receção das candidaturas, será afixada, posteriormente, nos estabelecimentos de ensino, as listagens com o nome das crianças em condições de poderem frequentar as AAAF. -----

SELECÇÃO -----

No ato da seleção será dada prioridade às crianças: -----

- 1) Cujos encarregados de educação não disponham de horário compatível;
- 2) Cujas situação sócio familiar assim o justifique. -----

NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE CADA GRUPO -----

Os grupos de crianças que frequentam as AAAF deverão ter um número mínimo de 06 alunos e um número máximo de 20 alunos. -----

FALTAS / PRESENÇAS -----

Sem prejuízo do referido no ponto seguinte, qualquer que seja o número de faltas da criança nas AAAF, estas não afetarão o valor da mensalidade estipulada e em vigor à data. -----

DESISTÊNCIAS /EXCLUSÕES -----

As desistências só serão efetivadas após a receção do pedido, por escrito, dirigido à coordenadora, ou responsável do respetivo jardim-de-infância, que posteriormente reencaminhará para a Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural - Setor de Educação. -----

As desistências requeridas após o dia 8 de cada mês, obrigam os encarregados de educação ao pagamento total da mensalidade do mês

referente à data de desistência. O incumprimento de duas mensalidades, sem justificação, levará automaticamente à exclusão. -----

MENSALIDADE -----

Conforme o regulamentado pelo Despacho Conjunto 300/97, de 4 de Setembro, as componentes não educativas são comparticipadas pelas famílias, de acordo com as respetivas condições socioeconómicas. ---- Assim, o pagamento da mensalidade das AAAF, decorrerá de acordo com o escalão atribuído à criança pelas entidades competentes. ----- Os valores da mensalidade das AAAF, encontram-se resumidos no quadro seguinte: -----

| Período | | Escalão | Mensalidade |
|---------|------------------|---------|-------------|
| Manhã | 1º Prolongamento | A | € 1.25 |
| | | B | € 2.50 |
| | | C | € 5.00 |
| | 2º Prolongamento | A | Isento |
| | | B | 5.00€ |
| | | C | 10,00€ |
| Tarde | 3º Prolongamento | A | € 2.50 |
| | | B | € 5.00 |
| | | C | € 10.00 |
| | 4º Prolongamento | A | € 2.50 |
| | | B | € 5.00 |
| | | C | € 10.00 |

Na eventualidade de haver irmãos a frequentar o prolongamento, efetuar-se-á um desconto de 50% em cada irmão. -----

PAGAMENTO -----

As AAAF têm um custo mensal, que não inclui o valor das refeições escolares, e o seu pagamento deverá ser efetuado entre o dia 1 e o dia 15 do mês seguinte em que ocorreu o serviço, na Secção de Atendimento do Município de Chaves, com início no mês de Novembro. -----

II - Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família nas interrupções letivas e no mês de julho -----

O Município de Chaves assegura durante as interrupções letivas previstas no calendário escolar, do ano letivo 2017/2018, a definir pelo Ministério da Tutela, e no mês de julho, a ocupação lúdica das crianças da Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho de Chaves, no Jardim de Infância do Centro Escolar, no Jardim de Infância de Chaves e no Jardim de Infância de Vidago. -----

Interrupção letiva - intervalo de tempo, definido anualmente por despacho do Ministério da Tutela, que compreende os seguintes períodos: -----

- Entre o 1º dia útil de setembro e o início do ano letivo; -----
 - As interrupções letivas do Natal, Carnaval e Páscoa; -----
 - Atividades do mês de julho - promoção de atividades, dentro e fora do espaço escolar, assegurando a guarda e ocupação das crianças. -----
 - As referidas atividades de apoio à família, funcionarão todos os dias não letivos, com exceção do mês de Agosto e nas seguintes datas: ----
 - 24 de dezembro; -----
 - 31 de dezembro; -----
 - Dia de Entrudo/Carnaval -----
 - Feriado Municipal do Concelho de Chaves; -----
 - Todos os feriados do calendário civil;
 - Sempre que o estabelecimento de ensino seja encerrado ou o seu funcionamento seja comprometido por motivos alheios ao Município de Chaves. -----
- Local -----

As atividades nas Interrupções letivas e no mês de Julho irão decorrer no: -----

- Jardim de Infância do Centro Escolar; -----
- Jardim de Infância de Chaves; -----
- Jardim de Infância de Vidago. -----

O número mínimo de inscrições para a abertura e funcionamento das Atividades de Apoio à Família nas Interrupções letivas e no mês de Julho será de 10 utilizadores regulares, por estabelecimento de ensino, no entanto o Município de Chaves poderá, a título excecional e desde que devidamente fundamentado, autorizar o funcionamento das atividades, com um número menor. -----

Sempre que o número mínimo não for cumprido para os jardins de Infância do Centro Escolar e de Chaves, a Câmara Municipal poderá optar por criar um grupo misto, a funcionar nas Instalações do Centro Escolar.

HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO -----

O horário de funcionamento das atividades lúdicas nas interrupções letivas e no mês de Julho será o seguinte; Das 8h00m às 18h30m -----

INSCRIÇÃO -----

As inscrições para as Atividades de Animação e de Apoio à Família nas interrupções letivas e no mês de julho devem ser feitas pelos interessados, no ato da matrícula ou no início do ano letivo, junto do respetivo Agrupamento de Escolas ou do(a) educador(a) do respetivo jardim-de-infância, no caso de renovação da matrícula, utilizando para o efeito a ficha de inscrição para as Atividades de Animação e de Apoio à Família - Ano letivo 2017/2018. -----

O período entre o 1º dia útil de setembro e o início do ano letivo 2017/2018, só poderá ser frequentado pelas crianças que, no ano letivo 2016/2017, já tenham frequentado o respetivo Jardim de Infância. ----

A Inscrição para frequentar as Atividades de Animação e de Apoio à Família nas interrupções letivas e no mês de julho, não implica integração imediata nas mesmas, pois deverão ser observados os seguintes requisitos: -----

- Ficha de inscrição acompanhada dos elementos requeridos, para a respetiva seleção; -----
- Inexistência de dívidas de anos anteriores; -----
- Existência de número mínimo de utilizadores; -----

Após a receção das candidaturas será afixada, posteriormente, nos Jardins de Infância supramencionados, as listagens com o nome das crianças em condições de poderem frequentar as Atividades de Animação e de Apoio à Família nas interrupções letivas e no mês de Julho. ---

As interrupções letivas e atividades do mês de julho têm um custo semanal, independentemente do número de dias da interrupção e não inclui o valor das refeições escolares, que deverá ser pago à parte.

A frequência destas atividades, não contempla a oferta de transporte escolar, sendo o transporte da responsabilidade do encarregado de educação. -----

SELECÇÃO -----

Para o ano letivo 2017/2018, o número de vagas disponíveis é de 45 vagas, distribuídas da seguinte forma: -----

- 15 vagas para o Jardim de Infância do Centro Escolar; -----
- 15 vagas para o Jardim de Infância de Chaves; -----
- 15 vagas para o Jardim de Infância de Vidago; -----

A admissão a este serviço, irá obedecer às seguintes preferências: -

No ato da seleção será dada prioridade às crianças: -----

a)Inscritas para frequentar as Atividades de Animação e de Apoio à Família de modo regular durante o ano letivo 2017/2018, incluindo os períodos de interrupção letiva e mês de julho, nos jardins de Infância

onde as referidas atividades se irão desenvolver e cuja situação sócio familiar assim o justifique, obrigando-se os agregados familiares, caso seja necessário, a demonstrar e justificar a necessidade; -----
b) Inscritas para frequentar as Atividades de Animação e de Apoio à Família de modo regular durante o ano letivo 2017/2018, nos jardins de Infância que integram o respetivo Agrupamento de Escolas; -----
c) Inscrita só como utilizador das Interrupções letivas e atividades do mês de Julho; -----
d) Em caso de igualdade terá preferência a criança de menor idade. ---

FALTAS/DESISTÊNCIAS -----

Qualquer que seja o número de faltas da criança, estas não afetam o valor semanal estipulado e em vigor à data. -----

As desistências só são consideradas efetivas se comunicadas por escrito e remetidas ao Município de Chaves, com 5 dias úteis de antecedência, referente ao período a que pretende desistir. -----

O não cumprimento deste ponto implica o pagamento integral do respetivo período. -----

PAGAMENTO -----

As interrupções letivas e o mês de julho têm um custo semanal, que não inclui o valor das refeições escolares, e o seu pagamento deverá ser efetuado entre o dia 1 e o dia 15 do mês seguinte em que ocorreu a interrupção letiva, na Secção de Atendimento do Município de Chaves.

| Escalão | Valor semanal para as interrupções letivas e mês de julho |
|---------|---|
| A | € 2.50 |
| B | € 5.00 |
| C | € 10.00 |

Na eventualidade de haver irmãos a frequentar este período, efetuar-se-á um desconto de 50% em cada irmão. -----

OBRIGAÇÕES DOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO -----

Constitui obrigação dos Pais e Encarregados de Educação respeitar e cumprir as presentes condições de funcionamento das "Atividades de Animação e de Apoio à Família" nomeadamente no que se refere: -----

- a) Ao cumprimento do prazo de pagamento da participação familiar;
- b) Ao cumprimento do horário de entrega e recolha dos seus filhos ou educandos. -----

Caberá à Câmara Municipal interpretar a parte não prevista nas presentes Normas -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017-05-19. -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento. ---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.05.22. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS DO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 55/GAP/17. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Da Justificação-----

Considerando que foram remetidas a esta Câmara Municipal solicitações de apoio financeiro, por parte das três associações existentes no Concelho, a saber:-----

1. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Salvação Pública, NIPC 501 186 298, através do requerimento anexo a esta proposta, com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local nº 3250 do pretérito dia 18 de março de 2016;-----

2. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Flavienses, NIPC 501 506 764, no âmbito de uma reunião nesta Câmara, apresentou o Plano de Atividades e Orçamento para 2017, solicitando o apoio da autarquia;-----

3. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vidago, NIPC 501 103 074, enviou via correio eletrónico o Plano de Atividades e Orçamento para o corrente ano;-----

Considerando que os apoios solicitados, conforme os respetivos Planos de Atividades indicam, visam essencialmente a aquisição e/ou manutenção de viaturas e outros equipamentos que lhes garantam o seu bom desempenho operacional e a requalificação e/ou conservação das respetivas instalações;-----

Considerando a nobreza da missão desenvolvida por estas instituições, nomeadamente no que concerne ao combate a incêndios, socorro às populações, inundações, desabamentos, catástrofes e/ou calamidades, bem como transporte de doentes e sinistrados;-----

Considerando que o papel insubstituível das corporações de bombeiros no bem-estar, segurança e proteção de pessoas e bens deste concelho, justifica, por si só, todos os apoios que a Câmara Municipal lhes possa assegurar;-----

Considerando que por deliberação do executivo camarário, tomada em sua reunião ordinária, realizada no dia 26 de março de 2015, devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária do dia 29 de abril de 2015, veio a ser aprovado o Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, social e Outras; -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u), do número 1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa, ou outra.-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Atendendo às razões expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

1. Apoiar financeiramente as três corporações de bombeiros do concelho de Chaves, com os seguintes montantes:-----

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Salvação Pública - 40.000,00€;-----

- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Flavienses - 49.000,00 €;-----

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vidago - 40.000,00 €.

2. Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada às entidades peticionárias;

3. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e/ou em Boletim Municipal;

4. Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;

5. A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte rubrica: 08070101;

6. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexa-se à presente informação documento contabilístico da Divisão Financeira.

Chaves, 17 de maio de 2017

O Presidente da Câmara Municipal, Arq. António Cabeleira

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se.

2. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À "LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL DISTRITAL DE CHAVES". PROPOSTA N.º 56/GAP/17.

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:

I - Da Exposição de Motivos

A Liga dos Amigos do Hospital Distrital de Chaves, veio através do ofício registado nos Serviços Administrativos com o n.º 2274, de 16 de março, solicitar o habitual apoio da autarquia, na concretização das ações previstas no seu Plano de Atividades.

Como é do conhecimento de todos, a comparticipação financeira atribuída a esta instituição, resulta, da divisão pelas quatro Câmaras Municipais da área de influência do Hospital Distrital de Chaves, em partes proporcionais, dos valores transferidos no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

Considerando que no ano em curso, a comparticipação do Município de Chaves é de 2.667,62 €, conforme documento em anexo.

Considerando a atividade que continua a ser levada a cabo pela Liga, nomeadamente no apoio a doentes carenciados de bens materiais, como medicamentos, próteses oculares e ortopédicas, transporte de doentes, vestuário, etc.;

Considerando o inequívoco apoio que esta instituição presta a pessoas que em ambiente hospitalar de internamento, não têm qualquer género de acompanhamento;

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u), do número 1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa, ou outra.

II - Da Proposta em Sentido Estrito

Atendendo às razões expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:

- Apoiar financeiramente a "Liga dos Amigos do Hospital Distrital de Chaves", no montante de 2.667,62€ (Dois mil, seiscentos e sessenta e sete euros e sessenta e dois cêntimos): -----
 - Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade peticionária;-----
 - Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e/ou em Boletim Municipal;-----
 - Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;---
 - A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte rubrica: 04.07.01.99-----
 - Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexa-se à presente informação documento contabilístico da Divisão Financeira. -----
Chaves, 17 de maio de 2017-----
O Presidente da Câmara Municipal, Arq. António Cabeleira-----
- DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES DESPORTIVAS. PROPOSTA N° 57/GAP/17-----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Justificação-----

Considerando os pedidos de apoio financeiro, para o ano de 2017, solicitados ao Município, pelas entidades sedeadas no concelho de Chaves, a seguir identificadas:-----

A. **VIDAGO FUTEBOL CLUBE**, Número Identificação de Pessoa Coletiva 501 877 517, com sede no Campo João Oliveira, em Vidago, promotor de atividades desportivas, recreativas e sociais, ao nível da formação de crianças e jovens, solicita o apoio da autarquia na aquisição de uma viatura de 9 lugares, essencial ao desenvolvimento do projeto desportivo em curso, uma vez que o parque automóvel existente se encontra envelhecido.-----

B. **CLUBE TÊNIS DE MESA DE CHAVES**, NIF 506 630 072, sedeadado no edifício do Viaduto, Aregos, Freguesia de Santa Maria Maior, promotor de atividades desportivas, recreativas e de convívio social;-----
Ao valor proposto, no quadro sinótico anexo, será de incluir, e foram tidos em linha de conta na proposta, os custos económicos (600,00€/ano=50€/mês*12) da disponibilização gratuita das instalações, da sede social e os custos dos auxílios económicos, também suportados pela autarquia (referência de 2015), com a entidade e que totalizam 1.810,27 €, relativos a: energia elétrica (980,27€); água (180,00€) e horas usadas no Pavilhão da Escola Francisco Gonçalves Carneiro (650,00€).-----

C. **GRUPO DESPORTIVO RECREATIVO E CULTURAL DOS ASES DA MADALENA**, NIF 506 703 924, com sede no Largo de S. Roque, Madalena, em Chaves, promotor de atividades desportivas, recreativas e de convívio social, solicita apoio para a realização de uma atividade de grande importância no cartaz dos eventos desportivos do concelho - "Torneio de Futebol de Praia";-----

D. **ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA O SAMURAI**, NIF 509 125 034, com sede na Escola nº 4, Campo de Cima, em Chaves, promotora de atividades desportivas, culturais e sociais, que tem como vertente a prática de ju-jitsu, defesa pessoal e demais modalidades, solicita a comparticipação da autarquia na concretização dos eventos previstos para 2017;-----

Ao valor proposto no quadro sinótico anexo, será de incluir, e foram tidos em linha de conta na proposta, os custos económicos (180,00€/ano=15€/mês*12) da disponibilização gratuita das instalações, da sede social e os custos dos auxílios económicos, também suportados pela autarquia (referência de 2016), com a entidade e que totalizam 195,00 €, relativos a: energia elétrica (135,00€); água (60,00€).-----

E. **SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE CHAVES**, NIPC 502 154 152, com sede na Rua da Fonte Nova, em Chaves, solicita apoio para a concretização das ações previstas no plano de atividades; -----

Considerando que os apoios financeiros solicitados têm em vista a concretização de atividades e ações de caráter desportivo geradoras de dinâmicas benéficas para a população, pelo seu inquestionável contributo para o bem-estar físico e para o convívio da população;--

Considerando a dinâmica que estas associações trazem à cidade, através da organização de campeonatos/torneios nas diversas categorias.-----

Considerando que estes clubes são promotores de atividades desportivas, recreativas e de convívio social, ao nível da formação de crianças e jovens, atuando positivamente na ocupação dos seus tempos livres, e por sua vez, imprimindo hábitos e motivações para a prática desportiva continuada; -----

Considerando que estas entidades desportivas em muito contribuem para o desenvolvimento físico e intelectual dos seus atletas;-----

Considerando que os apoios às entidades em referência se enquadram no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015. -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a) Que sejam apoiadas as instituições constantes do mapa anexo, com o valor nele especificado; -----

b) Simultaneamente, que seja aprovada a minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com as entidades mencionadas nos itens B, C, D e E, e a minuta de adenda ao contrato-programa para a entidade mencionada na alínea A, conforme documentos anexos a esta proposta, devendo ser legitimado o Presidente da Câmara Municipal a outorgar, em representação do Município, os referidos documentos;----

c) Caso o presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto;-----

- Dar inteiro cumprimento ao estabelecido no artigo 27º. Do Decreto-Lei 273/2009, em matéria de publicitação dos contratos-programa que vierem a ser celebrados;-----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;---

d) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;-----

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através da rubrica mencionada no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----

Chaves, 22 de maio de 2017-----

O Presidente da Câmara,-----

(Arq. António Cabeleira)-----

Em Anexo:-----

- Plano Anual de Atividades de 2017;-----

- Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social;-----

- Certidão comprovativa da situação tributária regularizada;-----

- Cópia dos respetivos Estatutos;-----

- Documento comprovativo da sua legal constituição;-----

- Cópia do NIPC;-----

- Ata da tomada de posse dos corpos dirigentes.-----

Quadro Sinótico

Anexo à proposta nº 57/GAP/17

| Entidades | Apoio Financeiro | Classificação Económica |
|---|------------------|-------------------------|
| Vidago Futebol Clube 501 877 517 | 10.000,00 € | 08.07.01.99 |
| Clube Ténis Mesa de Chaves 506 630 072 | 14.000,00 € | 04.07.01.02 |
| Grupo Desportivo Recreativo e Cultural dos Ases da Madalena | 6.500,00 € | 04.07.01.02 |
| Associação Portuguesa "O Samurai" 509 125 034 | 500,00 € | 04.07.01.02 |
| Sociedade Columbófila de Chaves 502 154 152 | 1.000,00 € | 04.07.01.02 |

MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO-----

Entre: -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Arqutº António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural da freguesia e concelho de Valpaços, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de ... de de 2017;-----

E -----

Segundo:, com o NIPC....., com sede naem....., neste ato legalmente representada por, (estado civil), residente em....., titular do Cartão de Cidadão nº....., válido até, com poderes para o ato conferidos por deliberação da de

Considerando que, por deliberação camarária, de .../.../2017, foi aprovada a **Proposta nº .../GAP/2017, consubstanciada na comparticipação financeira a Associações/Entidades de carácter desportivo, sedeadas no Concelho de Chaves, referente ao ano económico de 2017;**-----

Nos termos dos artigos 46º e 47º, da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, em conjugação com o disposto na alínea f), do nº2, do art. 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o qual se rege de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª-----

(Objeto)-----

Constitui objeto do presente contrato a comparticipação financeira - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento da Prática Desportiva, que o, apresentou e este Município, referente ao ano 2017, na prática de atividades desportivas e recreativas, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa. -----

Cláusula 2ª-----

(Período de execução do contrato)-----

O programa de atividades desportivas titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no presente ano de 2017.-----

Cláusula 3ª-----

(Comparticipação financeira)-----

1. A comparticipação financeira de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves o, é de € (.....), nos termos do Programa de Atividades, à data, apresentado.-----

2. O Município de Chaves concede, ainda,-----

Cláusula 4ª-----

(Disponibilização financeira)-----

A comparticipação financeira a prestar pelo Município ao, será liquidada da seguinte forma: Transferência para a conta com o-----

Cláusula 5ª-----

(Obrigação de certificação das contas)ⁱ-----

1. O, deve fazer certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas nos termos do disposto no nº 1, do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro.

2. O, para efeitos do disposto no nº2, do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 outubro, deve possuir a sua contabilidade organizada por centro de custos que evidenciam os gastos e rendimentos por contrato-programa.-----

Cláusula 6ª-----

(Combate à violência, à dopagem à corrupção, ao racismo, à xenofobiae todas as formas de discriminação associadas ao desporto)-----

O não cumprimento pelo, do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre sexos, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto (CND) e, de um modo geral, da legislação

relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implicará o cancelamento da comparticipação financeira.-----

Cláusula 5ª-----

(Produção de efeitos)-----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2017.-----

Cláusula 6ª-----

(Entrada em vigor)-----

O Presente contrato-programa entrará em vigor na data da sua publicação na página eletrónica do Município, no cumprimento do disposto no nº1, do artigo 14º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro.-----

Cláusula 7ª-----

(Publicação)-----

Nos termos do nº1, do artigo 14º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa será publicado na página eletrónica e ou no boletim municipal desta autarquia.-----

Este contrato foi feito em duplicado, ficando um exemplar para cada um dos outorgantes.-----

Chaves, ... de de 2017. -----

O Presidente da Câmara Municipal,-----

António Cabeleira-----

O Presidente do,-----

.....)-----

"MINUTA DA ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO".

Considerando que no passado dia ... de ... de 2017, foi celebrado um Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Chaves e o, na sequência da Proposta Nº .../GAP/2017 de 00/00/2017, aprovada por deliberação camarária do passado dia;---

Considerando que o objeto do referido contrato foi a comparticipação financeira - Apoio ao Associativismo - no valor de € (.....euros);-----

Considerando que no âmbito do subsídio atribuído anteriormente não foi tido em conta a necessidade de aquisição de viaturas que ofereçam a necessária segurança aos atletas transportados, uma vez que o transporte está a ser realizado por viaturas muito obsoletas que apresentam inúmeros problemas mecânicos e desgaste tanto ao nível do seu interior como exterior.-----

Considerando que essa aquisição já fazia parte do Plano Regular de Ação do "Vidago Futebol Clube", nos termos da alínea a), do nº 2, do artigo 11º, do Decreto Lei 273/2009, em desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela lei nº 5/2007, de 16 de janeiro - "Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto".-----

Assim, no dia 00 de de 2017,-----

Como primeiro contratante, o Município de Chaves, NIPC 501205551, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural da freguesia e Concelho de Valpaços, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves;-----

E-----

Como segundo contratante,, com o NIPC, com sede no, neste ato legalmente representada pelo da Direção,, titular do Cartão do Cidadão nº, válido até .../.../20....--

É celebrada a presente adenda ao contrato supra identificado, de acordo com a Proposta Nº .../GAP/2017, de .../.../2017 aprovada pelo executivo

camarário, em sua reunião do executivo camarário do passado dia .../.../2017, documento que se anexa à presente adenda.-----
 Em tudo o mais mantém-se o clausulado do referido contrato.-----
 O Primeiro Contratante:-----
 O Segundo Contratante:-----
 Contrato nº .../17.-----

 Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo, sobre a matéria, em apreciação, tecido os seguintes comentários: -----

1 - Em relação a estas atribuições financeiras, verificam-se as mesmas dificuldades, as quais são comuns à concessão deste tipo de apoios municipais. -----

2 - Como vem sendo prática é que há instituições, como a Associação "Vidago Clube", a qual beneficia de um apoio mais reduzido, embora destinado à aquisição de uma viatura para transporte dos seus atletas.-

3 - Já no que concerne ao Clube de Ténis de Mesa, o mesmo beneficia de um apoio financeiro mais significativo, sendo certo que os bombeiros Flavienses irão receber um subsídio mais valorizado, considerando o apoio, por estes, prestado ao Clube. -----

4 - Tudo indica que a Autarquia pretende apostar na promoção da modalidade desportiva relacionada com a prática do Ténis de mesa, embora, tal estratégia de atuação, não seja clara. -----

5 - Dito por outras palavras: a aposta no ténis de mesa não está bem explicada. -----

 Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - A associação "Vidago Clube" não tem atividades na área da formação.

2 - O Clube ténis de mesa desenvolve outras atividades ou modalidades desportivas, na área da formação, nomeadamente, basquetebol, judo e xadrez, implicando, por isso, despesas significativas com a deslocação das suas equipas. -----

4 - Razão pela qual, existe uma diferenciação no valor dos apoios económicos concedidos, pela Autarquia, às associações desportivas em causa. -----

 De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - A explicação dada, sobre a matéria, em apreciação, pelo Presidente da Câmara, nada refere sobre o número de atletas envolvidos no projeto desportivo promovido, pelo Clube de Ténis. -----

2 - Sendo certo que tal pressuposto deveria funcionar como um critério decisivo na concessão deste tipo de apoios. -----

 De seguida, usou da palavra, o Vice-presidente da Câmara, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - A determinação do valor dos apoios a conceder às associações desportivas sedeadas, no Concelho de Chaves, assenta no plano de atividades e orçamento, por estas, apresentado, na candidatura dirigida à Autarquia. -----

2 - Sendo certo que o valor do correspondente subsídio faz uma adequada síntese das atividades consagradas, no respetivo plano, designadamente, no que diz respeito ao número de atletas e/ou

praticantes desportivos envolvidos, no projeto desportivo liderado, pelas associações desportivas beneficiárias. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - Irá votar, favoravelmente, a aprovação da proposta, em apreciação, considerando que a mesma fundamenta e/ou explica, de forma clara, o apoio financeiro concedido à associação "Vidago Clube" e destinado à aquisição de uma viatura. -----

2 - Por outro lado, também existe uma fundamentação expressa para a concessão de apoio financeiro ao Ténis Clube. -----

3 - Por último, os demais apoios financeiros concedidos não são significativos, razões que justificam a sua posição favorável à aprovação da proposta. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQ. CASTANHEIRA PENAS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. COMPROPRIEDADE DE TERRENO, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 300/17 - TERESA PIRES TEIXEIRA - LUGAR DE CACOS, VILARINHO DAS PARANHEIRAS, FREGUESIA DE VIDAGO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. DR.^a CATARINA PINTO DATADA DE 16.05.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado na Secção de Apoio Administrativo da DGOT com o nº 764/17, e integrado no processo com o nº300/17, em 08 de maio de 2017, veio a Sra. Teresa Pires Teixeira, na qualidade de cabeça de casal da herança de seu marido, António Vaz, solicitar a emissão de certidão onde conste o parecer a que se refere o nº 1 do Art.º 54º da Lei nº 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº70/2015, de 16 de julho, com vista a instruir uma escritura de Partilha Notarial relativa ao prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo nº 3521, da União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras, do concelho de Chaves, sito no Lugar de Cacos, em Vilarinho das Paranheiras.-----

2. INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

2.1. O pedido está instruído com os seguintes documentos:-----

- a) Cópia da Caderneta Predial Rústica do prédio inscrito no Serviço de Finanças de Chaves, sob artigo matricial nº 3521;-----
- b) Cópia do documento provisório de Identificação Fiscal e Denominação da Herança, emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira;-----
- c) Extrato de imagem aérea, retirada do sitio Web www.google.com, com a demarcação do prédio rústico;-----
- d) Cópia do Bilhete de Identidade;-----
- e) Cópia do Nº de Identificação Fiscal;-----

3. ENQUADRAMENTO-----

3.1. O pedido enquadra-se no disposto no nº 1º do Art.º 54º da Lei nº 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 70/15, de 16 de julho, que determina a necessidade de obtenção de parecer favorável emitido pela Câmara Municipal, quando haja lugar à constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes.

3.2. O nº 2º do mesmo Artigo especifica as condições em que o aludido parecer pode ser desfavorável, confinando-as apenas aos atos ou negócios que visem ou deles resultem parcelamento físico, em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana.-----

4. ANÁLISE E CARATERIZAÇÃO DO PEDIDO-----

4.1. O pedido em apreço, visa a celebração de uma escritura de partilhas de bens, da qual irá resultar a constituição de compropriedade do prédio rústico com o artigo nº 3521, inscrito na matriz predial rústica da União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras, do concelho de Chaves, a favor de Laurinda Teixeira Vaz e Ana Maria Teixeira Vaz, na igual proporção de ½. -----

⁴ 1 - A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios

⁵2 - O parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana-----

5. PROPOSTA-----

5.1. Considerando os fins a que se destina a solicitação da requerente, que pretende a constituição de compropriedade do prédio rústico com o artigo nº 3521, inscrito na matriz predial rústica da União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras, do concelho de Chaves, a realizar nos termos descritos no ponto 4.1 da presente informação, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a lei pretende salvaguardar, nos termos do nº 2, do Art.º 54º da Lei nº 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 70/15, de 16 de julho, entende-se propor o acolhimento favorável ao pedido de parecer e subsequente emissão de certidão de compropriedade. -----

5.2. Em caso de superior concordância com o presente parecer, propõe-se a submissão desta proposta a deliberação da Ex.ª Câmara Municipal, conforme estipula o nº1 do Art.º 54º da Lei nº 91/95, de 2 de setembro, sugerindo-se o seu agendamento para a próxima reunião ordinária deste órgão, devendo posteriormente, em caso de deferimento, transitar para o Gabinete de Notariado e Expropriações para emissão da competente certidão.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 18.05.2017:-----

Visto. Concordo. Atento o teor da presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à emissão de um parecer favorável à constituição da compropriedade requerida e à concomitante passagem da respetiva certidão. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.17. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.05.17. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Ausentou-se da sala, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, não tendo participado na análise, discussão e votação dos assuntos abaixo mencionados. -----

3.4. INSTALAÇÃO DE CABOS DE FIBRA ÓTICA, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA - PROCESSO N.º 337/16 - MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A. - FREGUESIA DE VALE DE ANTA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 17.05.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o nº 827/16, em 02-05-2016, a interessada solicitou a licença

de ocupação de espaço público para a realização dos seguintes trabalhos:-----

i) Instalação de cabos de fibra ótica para substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea) e execução de juntas.

1.2-No seguimento do Saneamento e Apreciação Liminar, dado por despacho do Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Srº Arqtº Castanheira Penas, de 22-06-2016, a interessada sob o requerimento registado com o nº 1688/16, apresenta os seguintes elementos:-----

-Declaração de Aceitação da Coordenação de Segurança em Projeto.-----

-Livro de obra, para efeito de abertura e autenticação pelos serviços administrativos.-----

-Condições Particulares, emitida pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, referente a um seguro de responsabilidade civil, cuja apólice de seguro possui o nº 0003124751

-Comprovativo de pagamento do seguro de acidentes de trabalho, emitido pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, em nome segurado, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda, cuja apólice possui o nº 0003142187.-----

1.3-Sob o requerimento registado com o nº 1688/16, o representante da interessada, Srº Engº Fernando Manuel Parente de Sousa, menciona ainda que os 3 CDs solicitados serão entregues, logo que elaboradas as plantas, georreferenciadas, em causa e efectuada a conversão para as coordenadas para o Sistema de referência PT-TM06/ETRS89, em acordo com o disposto no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 3º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A passagem de caos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações e a abertura de valas, são trabalhos que estão sujeitos a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 4º7, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5.-----

6 Artigo 3º - Licença Municipal-----

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35º e 36º, do RJUE, com as devidas adaptações.-----

7 Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

i) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 13º8 do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8º9 e 9º do mesmo diploma legal.-----

3-INSTRUÇÃO DO PROCESSO-----

- 3.1-Requerimento;-----
- 3.2-Memória Descritiva;-----
- 3.3-Declaração de responsabilidade da TNORD-Tech, S.A, a que se refere o Anexo III do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, assinada por Nuno André Barbosa de Andrade, acompanhada com fotocópia do seu Cartão de Cidadão;-----
- 3.4-Índice;-----
- 3.5-Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto ITUR/Infraestruturas aptas ao Alojamento de Redes de Comunicações Electrónicas, Engº eletrotécnico Carlos Manuel Cardoso Vilar, acompanhados da fotocópia do Cartão de Cidadão, da declaração da Ordem dos Engenheiros;-----
- 3.6-Termo de responsabilidade de execução do Engº Téc. Telmo António da Rocha Ribeiro, acompanhado da fotocópia do Cartão de Cidadão, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
- 3.7-Calendarização de trabalhos;-----
- 3.8-Planta da Zona de Intervenção;-----
- 3.9-Pontos de Intervenção; -----
- 3.10-Plano de segurança e Saúde;-----

8 Artigo 13º Direito de acesso a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas-----

- 1-As entidades referidas no artigo 2º estão obrigadas a assegurar às empresas de comunicações electrónicas o acesso às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que detenham ou cuja gestão lhes incumbe.-----
- 2-O acesso referido no nº anterior deve ser assegurado em condições de igualdade, transparência e não discriminação, mediante condições remuneratórias orientadas para os custos, nos termos do artigo 19º.--
- 3-Os procedimentos para a obtenção do direito de acesso devem ser céleres, transparentes e adequadamente publicitados, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 20 dias após a efectiva receção do pedido de acesso, nos termos do nº 2 do artigo 20º.-----
- 4-Pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que pertencem ao domínio público ou privativo das autarquias locais é devida a taxa a que se refere o artigo 106º da Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei nº 5/2004, de 10/2, não sendo, neste caso, cobrada qualquer outra taxa, encargo, preço ou remuneração.-----
- 5-Aos casos referidos no nº anterior não é aplicável o disposto no artigo 19º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 258/2009, de 25/9.-----

9 Artigo 8º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----

- Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----
- a) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----
 - b) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

3.11-Condições particulares da apólice de seguro nº 0003124751, de responsabilidade civil, emitida pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----

3.12-Alvará de construção nº 3631, emitido em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----

3.13-Elementos apresentados sob o requerimento nº 1688/16.-----

PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

-Parecer da Srª Engª Maria Madalena S. Durão Branco, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 30-06-2016;-----

-Parecer favorável do Srº Engº Nuno Bento a exercer funções nesta unidade orgânica, emitido em 04-07-2016.-----

4-PARECER-----

4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações, em arruamentos na freguesia de Valdanta.-----

4.2-Pese embora o prazo previsto para a realização dos trabalhos seja de 14 dias, propõe-se a emissão da licença de ocupação de espaço de domínio público para 30 dias.-----

4.3-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

-Prazo para conclusão das obras - **30 dias**;-----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

-Prestação de caução no valor de € 636 (seiscentos e trinta e seis euros), com IVA incluído.-----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

4.4-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas e ao Srº Engº Nuno Bento a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

5-PROPOSTAS-----

5.1-Face ao acima exposto, propõe-se de acordo com o disposto no artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para a substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea) e execução de juntas, nas condições mencionadas no item 4.3 da presente informação técnica.-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Dados Gerais:-----

-Extensão da rede de Telecomunicações, plasmada no projecto com a referência 15 GP_ZONA_128408, constante no processo registado com o nº 337/16.-----

-Período da licença - 60 dias-----

-Tipo de obra - Substituição da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone (rede aérea e rede subterrânea).-----

Cálculo:-----

-Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público (Art.17º...).....52,50 €¹⁰-----
 -Emissão de licença (Artigo 18º)10,60 €
 -Por cada período de 30 dias (alínea a) do artigo 21º).....6,30 €
 -Por m2 da via pública (alínea b) do artigo 21º).....90,10¹¹ €
 TOTAL A PAGAR.....**107,00 €**

5.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, no prazo de **30 dias**, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, desde que apresente comprovativos em como os seguros se encontram válidos.-----

5.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

5.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 337/16, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar, ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

5.3.2-Envio, por email, do requerimento nº 827/16, constante no processo a folha nº 50, acompanhado das Plantas de Localização, constantes no processo a folhas nº 1 à nº 7 e nº 28 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

5.4-Após a emissão¹² do título, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, Divisão de Obras Públicas, Divisão de Recursos Operacionais e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento

5.5-Concluídos os trabalhos de telecomunicações, a interessada deverá solicitar a receção provisória dos mesmos, nos termos do disposto no artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, devendo apresentar os traçados finais das referidas infraestruturas em formato digital, de acordo com o estabelecido no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, actualmente em vigor.-----

5.6-Os referidos traçados finais serão posteriormente remetidos ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica (SSIG), para efeitos de cadastro desta infraestrutura e para posterior cálculo da respectiva renda anual a ser paga pela entidade concessionária, de acordo com o disposto no nº8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

5.7-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----
 À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 18.05.2017:-----

Visto. Atentas as razões de facto e de direito expressas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos

¹⁰ Paga através da guia - Documento DRI 00/1387, a folha nº 50.-----

¹¹ 17 Juntas.-----

¹² **Artigo 80º - Início dos trabalhos**-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal proferir uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de ocupação do espaço do domínio público em causa, nos termos preconizados nos itens 5.1 a 5.5 deste documento.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.05.23. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. INSTALAÇÃO DE CABOS DE FIBRA ÓTICA, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA - PROCESSO N.º 339/16 - MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A. - FREGUESIA DE VALE DE ANTA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 11.05.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o nº 829/16, em 02-05-2016, a interessada solicitou a licença de ocupação de espaço público para a realização dos seguintes trabalhos:-----

i) Instalação de cabos de fibra ótica para substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea) e execução de juntas.

1.2-No seguimento do Saneamento e Apreciação Liminar, dado por despacho do Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Srº Arqtº Castanheira Penas, de 22-06-2016, a interessada sob o requerimento registado com o nº 1697/16, apresenta os seguintes elementos:-----

-Declaração de Aceitação da Coordenação de Segurança em Projecto.----

-Livro de obra, para efeito de abertura e autenticação pelos serviços administrativos.-----

-Condições Particulares, emitida pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, referente a um seguro de responsabilidade civil, cuja apólice de seguro possui o nº 0003124751

-Comprovativo de pagamento do seguro de acidentes de trabalho, emitido pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, em nome segurado, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda, cuja apólice possui o nº 0003142187.-----

1.3-Sob o requerimento registado com o nº 1697/16, o representante da interessada, Srº Engº Fernando Manuel Parente de Sousa, menciona ainda que os 3 CDs solicitados serão entregues, logo que elaboradas as plantas, georreferenciadas, em causa e efectuada a conversão para as coordenadas para o Sistema de referência PT-TM06/ETRS89, em acordo com o disposto no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n° 1 do artigo 3¹³ do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações e a abertura de valas, são trabalhos que estão sujeitos a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do n° 2 do artigo 4°14, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n° 123/2009, de 21/5.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 13°15 do Decreto-Lei n° 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n° 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8°16 e 9° do mesmo diploma legal.-----

¹³ Artigo 3° - Licença Municipal-----

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13° do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35° e 36°, do RJUE, com as devidas adaptações.-----

¹⁴ Artigo 4° - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

ii) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

¹⁵ Artigo 13° Direito de acesso a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas-----

1-As entidades referidas no artigo 2° estão obrigadas a assegurar às empresas de comunicações electrónicas o acesso às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que detenham ou cuja gestão lhes incumbe.-----

2-O acesso referido no n° anterior deve ser assegurado em condições de igualdade, transparência e não discriminação, mediante condições remuneratórias orientadas para os custos, nos termos do artigo 19°.--

3-Os procedimentos para a obtenção do direito de acesso devem ser céleres, transparentes e adequadamente publicitados, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 20 dias após a efectiva receção do pedido de acesso, nos termos do n° 2 do artigo 20°.-----

4-Pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que pertencem ao domínio público ou privativo das autarquias locais é devida a taxa a que se refere o artigo 106° da Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei n° 5/2004, de 10/2, não sendo, neste caso, cobrada qualquer outra taxa, encargo, preço ou remuneração.-----

5-Aos casos referidos no n° anterior não é aplicável o disposto no artigo 19° do Decreto-Lei n° 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n° 258/2009, de 25/9.-----

¹⁶ Artigo 8° - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----

3-INSTRUÇÃO DO PROCESSO-----

- 3.1-Requerimento;-----
- 3.2-Memória Descritiva;-----
- 3.3-Declaração de responsabilidade da TNORD-Tech, S.A, a que se refere o Anexo III do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, assinada por Nuno André Barbosa de Andrade, acompanhada com fotocópia do seu Cartão de Cidadão;-----
- 3.4-Índice;-----
- 3.5-Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto ITUR/Infraestruturas aptas ao Alojamento de Redes de Comunicações Electrónicas, Engº eletrotécnico Carlos Manuel Cardoso Vilar, acompanhados da fotocópia do Cartão de Cidadão, da declaração da Ordem dos Engenheiros;-----
- 3.6-Termo de responsabilidade de execução do Engº Téc. Telmo António da Rocha Ribeiro, acompanhado da fotocópia do Cartão de Cidadão, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
- 3.7-Calendarização de trabalhos;-----
- 3.8-Planta da Zona de Intervenção;-----
- 3.9-Pontos de Intervenção;-----
- 3.10-Plano de segurança e Saúde;-----
- 3.11-Condições particulares da apólice de seguro nº 0003124751, de responsabilidade civil, emitida pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
- 3.12-Alvará de construção nº 3631, emitido em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
- 3.13-Elementos apresentados sob o requerimento nº 1697/16.-----
- PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

-Parecer da Srº Engª Maria Madalena S. Durão Branco, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 07-07-2016;-----

-Parecer favorável, do Srº Engº Nuno Bento, datado de 04-07-2016, a exercer funções actualmente na Divisão de Projectos e Mobilidade.----

4-PARECER-----

- 4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações, em arruamentos na União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge.-----
- 4.2-Pese embora o prazo previsto para a realização dos trabalhos seja de 20 dias, propõe-se a emissão da licença de ocupação de espaço de domínio público para 30 dias.-----
- 4.3-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----
- Prazo para conclusão das obras - **30 dias**;-----
- Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

- c) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----
- d) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

-Prestação de caução no valor de € 636 (seiscentos e trinta e seis euros), com IVA incluído.-----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

4.4-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas e ao Srº Engº Nuno Bento a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

5-PROPOSTAS-----

5.1-Face ao acima exposto, propõe-se de acordo com o disposto no artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para a substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea) e execução de juntas, nas condições mencionadas no item 4.3 da presente informação técnica.-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----
O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Dados Gerais:-----

-Extensão da rede de Telecomunicações, plasmada no projecto com a referência 15 GP_ZONA_124958, constante no processo registado com o nº 339/16.-----

-Período da licença - 30 dias-----

-Tipo de obra - Substituição da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone (rede aérea).-----

Cálculo:-----

-Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público (Art.17º...).....52,50 €¹⁷-----

-Emissão de licença (Artigo 18º)10,60 €

-Por cada período de 30 dias (alínea a) do artigo 21º).....3,15 €

-Por m2 da via pública (alínea b) do artigo 21º).....47,70¹⁸ €

TOTAL A PAGAR.....**61,45 €**

5.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, no prazo de **30 dias**, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, desde que apresente comprovativos em como os seguros se encontram válidos.-----

5.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

5.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 339/16, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar, ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projectos e Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

5.3.2-Envio, por email, do requerimento nº 829/16, constante no processo a folha nº 44, acompanhado das Plantas de Localização, constantes no processo a folhas nº 1 à nº 3 e nº 24 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

5.4-Após a emissão¹⁹ do título, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas,

¹⁷ Paga através da guia - Documento DRI 00/1390, a folha nº 45.-----

¹⁸ 9 Juntas.-----

¹⁹ **Artigo 80º - Início dos trabalhos**-----

Divisão de Obras Públicas, Divisão de Recursos Operacionais e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projectos e de Mobilidade, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento 5.5-Concluídos os trabalhos de telecomunicações, a interessada deverá solicitar a receção provisória dos mesmos, nos termos do disposto no artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, devendo apresentar os traçados finais das referidas infraestruturas em formato digital, de acordo com o estabelecido no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, actualmente em vigor.-----

5.6-Os referidos traçados finais serão posteriormente remetidos ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica (SSIG), para efeitos de cadastro desta infraestrutura e para posterior cálculo da respectiva renda anual a ser paga pela entidade concessionária, de acordo com o disposto no nº8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

5.7-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 18.05.2017:-----

Visto. Atentas as razões de facto e de direito expressas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a proferir uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de ocupação do espaço do domínio público em causa, nos termos preconizados nos itens 5.1 a 5.5 deste documento.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.05.23. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. INSTALAÇÃO DE CABOS DE FIBRA ÓTICA, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA - PROCESSO N.º 340/16 - MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A. - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 18.05.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o nº 830/16, em 02-05-2016, a interessada solicitou a licença de ocupação de espaço público para a realização dos seguintes trabalhos:-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

i) Instalação de cabos de fibra ótica para substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea) e execução de juntas.

1.2-No seguimento do Saneamento e Apreciação Liminar, dado por despacho do Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Srº Arqtº Castanheira Penas, de 22-06-2016, a interessada sob o requerimento registado com o nº 1696/16, apresenta os seguintes elementos:-----

-Declaração de Aceitação da Coordenação de Segurança em Projecto.----
-Livro de obra, para efeito de abertura e autenticação pelos serviços administrativos.-----

-Condições Particulares, emitida pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, referente a um seguro de responsabilidade civil, cuja apólice de seguro possui o nº 0003124751

-Comprovativo de pagamento do seguro de acidentes de trabalho, emitido pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, em nome segurado, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda, cuja apólice possui o nº 0003142187.-----

1.3-Sob o requerimento registado com o nº 1696/16, o representante da interessada, Srº Engº Fernando Manuel Parente de Sousa, menciona ainda que os 3 CDs solicitados serão entregues, logo que elaboradas as plantas, georreferenciadas, em causa e efectuada a conversão para as coordenadas para o Sistema de referência PT-TM06/ETRS89, em acordo com o disposto no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 3º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações e a abertura de valas, são trabalhos que estão sujeitos a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 4º21, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 13º22 do Decreto-

²⁰ Artigo 3º - Licença Municipal-----

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35º e 36º, do RJUE, com as devidas adaptações.-----

²¹ Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

iii) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

²² Artigo 13º Direito de acesso a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas-----

Lei n° 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n° 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8°23 e 9° do mesmo diploma legal.-----

3-INSTRUÇÃO DO PROCESSO-----

- 3.1-Requerimento;-----
- 3.2-Memória Descritiva;-----
- 3.3-Declaração de responsabilidade da TNORD-Tech, S.A, a que se refere o Anexo III do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, assinada por Nuno André Barbosa de Andrade, acompanhada com fotocópia do seu Cartão de Cidadão;-----
- 3.4-Índice;-----
- 3.5-Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto ITUR/Infraestruturas aptas ao Alojamento de Redes de Comunicações Electrónicas, Eng° eletrotécnico Carlos Manuel Cardoso Vilar, acompanhados da fotocópia do Cartão de Cidadão, da declaração da Ordem dos Engenheiros;-----
- 3.6-Termo de responsabilidade de execução do Eng° Téc. Telmo António da Rocha Ribeiro, acompanhado da fotocópia do Cartão de Cidadão, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
- 3.7-Calendarização de trabalhos;-----
- 3.8-Planta da Zona de Intervenção;-----
- 3.9-Pontos de Intervenção;-----
- 3.10-Plano de segurança e Saúde;-----
- 3.11-Condições particulares da apólice de seguro n° 0003124751, de responsabilidade civil, emitida pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----

1-As entidades referidas no artigo 2° estão obrigadas a assegurar às empresas de comunicações electrónicas o acesso às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que detenham ou cuja gestão lhes incumbe.-----

2-O acesso referido no n° anterior deve ser assegurado em condições de igualdade, transparência e não discriminação, mediante condições remuneratórias orientadas para os custos, nos termos do artigo 19°.--

3-Os procedimentos para a obtenção do direito de acesso devem ser céleres, transparentes e adequadamente publicitados, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 20 dias após a efectiva receção do pedido de acesso, nos termos do n° 2 do artigo 20°.-----

4-Pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que pertencem ao domínio público ou privativo das autarquias locais é devida a taxa a que se refere o artigo 106° da Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei n° 5/2004, de 10/2, não sendo, neste caso, cobrada qualquer outra taxa, encargo, preço ou remuneração.-----

5-Aos casos referidos no n° anterior não é aplicável o disposto no artigo 19° do Decreto-Lei n° 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n° 258/2009, de 25/9.-----

23 Artigo 8° - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

e) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----

f) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

3.12-Alvará de construção nº 3631, emitido em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----

3.13-Elementos apresentados sob o requerimento nº 1696/16.-----
PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

-Parecer favorável da Sr^o Eng^a Fernanda Maria D. B. Serra, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 14-07-2016;-----

-Parecer favorável, do Sr^o Eng^o Nuno Bento, datado de 19-07-2016, a exercer funções actualmente na Divisão de Projectos e Mobilidade.----

4-PARECER-----

4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a passagem de cabos em infraestruturas pré-existent de Telecomunicações, em arruamentos na freguesia de Outeiro São.-----

4.2-Pese embora o prazo previsto para a realização dos trabalhos seja de 14 dias, propõe-se a emissão da licença de ocupação de espaço de domínio público para 30 dias.-----

4.4-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

-Prazo para conclusão das obras - **30 dias**;-----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

4.5-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas e ao Sr^o Eng^o Nuno Bento a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

5-PROPOSTAS-----

5.1-Face ao acima exposto, propõe-se de acordo com o disposto no artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para a substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea) e execução de juntas, nas condições mencionadas no item 4.3 da presente informação técnica.-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Dados Gerais:-----

-Extensão da rede de Telecomunicações, plasmada no projecto com a referência 15 GP_ZONA_128399, constante no processo registado com o nº 340/16.-----

-Período da licença - 30 dias-----

-Tipo de obra - Substituição da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone (rede aérea).-----

Cálculo:-----

-Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público (Art.17º....).....52,50 €²⁴-----

-Emissão de licença (Artigo 18º)10,60 €

-Por cada período de 30 dias (alínea a) do artigo 21º).....3,15 €

-Por m2 da via pública (alínea b) do artigo 21º).....21,20²⁵ €

²⁴ Paga através da guia - Documento DRI 00/1392, a folha nº 58-----

²⁵ 4 Juntas.-----

TOTAL A PAGAR.....34,95 €

5.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, no prazo de 30 dias, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, desde que apresente comprovativos em como os seguros se encontram válidos.-----

5.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

5.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 339/16, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar, ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projectos e Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

5.3.2-Envio, por email, do requerimento nº 829/16, constante no processo a folha nº 44, acompanhado das Plantas de Localização, constantes no processo a folhas nº 1 à nº 3 e nº 24 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

5.4-Após a emissão²⁶ do título, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, Divisão de Obras Públicas, Divisão de Recursos Operacionais e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projectos e de Mobilidade, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento

5.5-Concluídos os trabalhos de telecomunicações, a interessada deverá solicitar a receção provisória dos mesmos, nos termos do disposto no artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, devendo apresentar os traçados finais das referidas infraestruturas em formato digital, de acordo com o estabelecido no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, actualmente em vigor.-----

5.6-Os referidos traçados finais serão posteriormente remetidos ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica (SSIG), para efeitos de cadastro desta infraestrutura e para posterior cálculo da respectiva renda anual a ser paga pela entidade concessionária, de acordo com o disposto no nº8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

5.7-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 22.05.2017:-----

Visto. Atento o teor da presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de licenciamento de ocupação do espaço do domínio público em causa, nos termos enunciados nos itens 5.1 a 5.5 deste documento.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22. -----

²⁶ **Artigo 80º - Início dos trabalhos**-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.05.23. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. INSTALAÇÃO DE CABOS DE FIBRA ÓTICA, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA - PROCESSO N.º 338/16 - MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A. - FREGUESIAS DE VALE DE ANTA E SOUTELO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 18.05.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o n.º 828/16, em 02-05-2016, a interessada solicitou a licença de ocupação de espaço público para a realização dos seguintes trabalhos:-----

i) Instalação de cabos de fibra ótica para substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea) e execução de juntas.

1.2-No seguimento do Saneamento e Apreciação Liminar, dado por despacho do Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Sr.º Arqt.º Castanheira Penas, de 22-06-2016, a interessada sob o requerimento registado com o n.º 1691/16, apresenta os seguintes elementos:-----

-Declaração de Aceitação da Coordenação de Segurança em Projeto.-----
-Livro de obra, para efeito de abertura e autenticação pelos serviços administrativos.-----

-Condições Particulares, emitida pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, referente a um seguro de responsabilidade civil, cuja apólice de seguro possui o n.º 0003124751
-Comprovativo de pagamento do seguro de acidentes de trabalho, emitido pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, em nome segurado, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda, cuja apólice possui o n.º 0003142187.-----

1.3-Sob o requerimento registado com o n.º 1691/16, o representante da interessada, Sr.º Eng.º Fernando Manuel Parente de Sousa, menciona ainda que os 3 CDs solicitados serão entregues, logo que elaboradas as plantas, georreferenciadas, em causa e efectuada a conversão para as coordenadas para o Sistema de referência PT-TM06/ETRS89, em acordo com o disposto no artigo 13.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3²⁷ do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

²⁷ **Artigo 3.º - Licença Municipal**-----

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com

2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações e a abertura de valas, são trabalhos que estão sujeitos a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 4.º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8.º e 9.º do mesmo diploma legal.-----

3-INSTRUÇÃO DO PROCESSO-----

exceção do disposto no artigo 13.º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35.º e 36.º, do RJUE, com as devidas adaptações.-----

²⁸ Artigo 4.º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

iv) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

²⁹ Artigo 13.º Direito de acesso a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas-----

1-As entidades referidas no artigo 2.º estão obrigadas a assegurar às empresas de comunicações electrónicas o acesso às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que detenham ou cuja gestão lhes incumbe.-----

2-O acesso referido no n.º anterior deve ser assegurado em condições de igualdade, transparência e não discriminação, mediante condições remuneratórias orientadas para os custos, nos termos do artigo 19.º.--

3-Os procedimentos para a obtenção do direito de acesso devem ser céleres, transparentes e adequadamente publicitados, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 20 dias após a efectiva receção do pedido de acesso, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º.-----

4-Pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que pertencem ao domínio público ou privativo das autarquias locais é devida a taxa a que se refere o artigo 106.º da Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10/2, não sendo, neste caso, cobrada qualquer outra taxa, encargo, preço ou remuneração.-----

5-Aos casos referidos no n.º anterior não é aplicável o disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25/9.-----

³⁰ Artigo 8.º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

g) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----

h) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

- 3.1-Requerimento;-----
- 3.2-Memória Descritiva;-----
- 3.3-Declaração de responsabilidade da TNORD-Tech, S.A, a que se refere o Anexo III do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, assinada por Nuno André Barbosa de Andrade, acompanhada com fotocópia do seu Cartão de Cidadão;-----
- 3.4-Índice;-----
- 3.5-Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto ITUR/Infraestruturas aptas ao Alojamento de Redes de Comunicações Electrónicas, Engº eletrotécnico Carlos Manuel Cardoso Vilar, acompanhados da fotocópia do Cartão de Cidadão, da declaração da Ordem dos Engenheiros;-----
- 3.6-Termo de responsabilidade de execução do Engº Téc. Telmo António da Rocha Ribeiro, acompanhado da fotocópia do Cartão de Cidadão, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
- 3.7-Calendarização de trabalhos;-----
- 3.8-Planta da Zona de Intervenção;-----
- 3.9-Pontos de Intervenção;-----
- 3.10-Plano de segurança e Saúde;-----
- 3.11-Condições particulares da apólice de seguro nº 0003124751, de responsabilidade civil, emitida pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
- 3.12-Alvará de construção nº 3631, emitido em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
- 3.13-Elementos apresentados sob o requerimento nº 1691/16.-----
- PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

-Parecer da Srº Engª Maria Madalena S. Durão Branco, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 07-07-2016;-----

-Parecer favorável, do Srº Engº Nuno Bento, datado de 04-07-2016, a exercer funções actualmente na Divisão de Projetos e Mobilidade.-----

4-PARECER-----

4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações, em arruamentos na freguesia de Valdanta e na União das freguesias de Soutelo e Seara Velha.-----

4.2-Pese embora o prazo previsto para a realização dos trabalhos seja de 18 dias, propõe-se a emissão da licença de ocupação de espaço de domínio público para 30 dias.-----

4.3-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

-Prazo para conclusão das obras - **30 dias**;-----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

-Prestação de caução no valor de € 636 (seiscentos e trinta e seis euros), com IVA incluído.-----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

4.4-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas e ao Srº Engº Nuno Bento a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

5-PROPOSTAS-----

5.1-Face ao acima exposto, propõe-se de acordo com o disposto no artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para a substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea) e execução de juntas, nas condições mencionadas no item 4.3 da presente informação técnica.-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----
O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Dados Gerais:-----

-Extensão da rede de Telecomunicações, plasmada no projecto com a referência 15 GP_ZONA_128409, constante no processo registado com o nº 338/16.-----

-Período da licença - 30 dias-----

-Tipo de obra - Substituição da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone (rede aérea).-----

Cálculo:-----

-Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público (Art.17º...).....52,50 €³¹-----

-Emissão de licença (Artigo 18º)10,60 €

-Por cada período de 30 dias (alínea a) do artigo 21º).....3,15 €

-Por m2 da via pública (alínea b) do artigo 21º).....37,10³² €

TOTAL A PAGAR.....**50,85 €**

5.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, no prazo de **30 dias**, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, desde que apresente comprovativos em como os seguros se encontram válidos.-----

5.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

5.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 338/16, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar, ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

5.3.2-Envio, por email, do requerimento nº 828/16, constante no processo a folha nº 45, acompanhado das Plantas de Localização, constantes no processo a folhas nº 1 à nº 3 e nº 26 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

5.4-Após a emissão³³ do título, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, Divisão de Obras Públicas, Divisão de Recursos Operacionais e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento

³¹ Paga através da guia - Documento DRI 00/1389, a folha nº 46.-----

³² 7 Juntas.-----

³³ **Artigo 80º - Início dos trabalhos**-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

5.5-Concluídos os trabalhos de telecomunicações, a interessada deverá solicitar a receção provisória dos mesmos, nos termos do disposto no artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, devendo apresentar os traçados finais das referidas infraestruturas em formato digital, de acordo com o estabelecido no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, actualmente em vigor.-----

5.6-Os referidos traçados finais serão posteriormente remetidos ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica (SSIG), para efeitos de cadastro desta infraestrutura e para posterior cálculo da respectiva renda anual a ser paga pela entidade concessionária, de acordo com o disposto no nº8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

5.7-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 18.05.2017:-----

Visto. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal proferir uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de ocupação do espaço do domínio público em presença, nos termos preconizados nos itens 5.1 a 5.5 deste documento.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.05.23. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. INSTALAÇÃO DE CABOS DE FIBRA ÓTICA, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA - PROCESSO N.º 335/16 - MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A. - RUA ANTÓNIO CARVALHAL, FREGUESIA DE SSANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 09.05.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o nº 825/16, em 02-05-2016, a interessada solicitou a licença de ocupação de espaço público para a realização dos seguintes trabalhos:-----

i) Instalação de 1 poste em madeira, na rua António Carvalhal;----

ii) Instalação de cabos de fibra ótica para substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea) -----

1.2-No seguimento do Saneamento e Apreciação Liminar, dado por despacho do Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Srº Arqtº Castanheira Penas, de 22-06-2016, a interessada sob o requerimento registado com o nº 1694/16, apresenta os seguintes elementos:-----

-Declaração de Aceitação da Coordenação de Segurança em Projeto.-----

-Livro de obra, para efeito de abertura e autenticação pelos serviços administrativos.-----

-Condições Particulares, emitida pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, referente a um seguro de responsabilidade civil, cuja apólice de seguro possui o nº 0003124751

-Comprovativo de pagamento do seguro de acidentes de trabalho, emitido pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, em nome segurado, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda, cuja apólice possui o nº 0003112187.-----

1.3-Sob o requerimento registado com o nº 1694/16, o representante da interessada, Srº Engº Fernando Manuel Parente de Sousa, menciona ainda que os 3 CDs solicitados serão entregues, logo que elaboradas as plantas, georreferenciadas, em causa e efectuada a conversão para as coordenadas para o Sistema de referência PT-TM06/ETRS89, em acordo com o disposto no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 3³⁴ do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações e a abertura de valas, são trabalhos que estão sujeitos a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 4º³⁵, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 13º³⁶ do Decreto-

³⁴ Artigo 3º - Licença Municipal-----

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35º e 36º, do RJUE, com as devidas adaptações.-----

³⁵ Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

v) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

³⁶ Artigo 13º Direito de acesso a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas-----

1-As entidades referidas no artigo 2º estão obrigadas a assegurar às empresas de comunicações electrónicas o acesso às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que detenham ou cuja gestão lhes incumbe.-----

2-O acesso referido no nº anterior deve ser assegurado em condições de igualdade, transparência e não discriminação, mediante condições remuneratórias orientadas para os custos, nos termos do artigo 19º.--

Lei n° 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n° 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8°37 e 9° do mesmo diploma legal.-----

3-INSTRUÇÃO DO PROCESSO-----

- 3.1-Requerimento;-----
- 3.2-Memória Descritiva;-----
- 3.3-Declaração de responsabilidade da TNORD-Tech, S.A, a que se refere o Anexo III do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, assinada por Nuno André Barbosa de Andrade, acompanhada com fotocópia do seu Cartão de Cidadão;-----
- 3.4-Índice;-----
- 3.5-Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto ITUR/Infraestruturas aptas ao Alojamento de Redes de Comunicações Electrónicas, Eng° eletrotécnico Carlos Manuel Cardoso Vilar, acompanhados da fotocópia do Cartão de Cidadão, da declaração da Ordem dos Engenheiros;-----
- 3.6-Termo de responsabilidade de execução do Eng° Téc. Telmo António da Rocha Ribeiro, acompanhado da fotocópia do Cartão de Cidadão, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
- 3.7-Calendarização de trabalhos;-----
- 3.8-Planta da Zona de Intervenção;-----
- 3.9-Pontos de Intervenção;-----
- 3.10-Plano de segurança e Saúde;-----
- 3.11-Condições particulares da apólice de seguro n° 0003124751, de responsabilidade civil, emitida pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
- 3.11-Alvará de construção n° 3631, emitido em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
- 3.12-Elementos apresentados sob o requerimento n° 1694/16.-----

PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

3-Os procedimentos para a obtenção do direito de acesso devem ser céleres, transparentes e adequadamente publicitados, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 20 dias após a efectiva receção do pedido de acesso, nos termos do n° 2 do artigo 20°.-----

4-Pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que pertencem ao domínio público ou privativo das autarquias locais é devida a taxa a que se refere o artigo 106° da Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei n° 5/2004, de 10/2, não sendo, neste caso, cobrada qualquer outra taxa, encargo, preço ou remuneração.-----

5-Aos casos referidos no n° anterior não é aplicável o disposto no artigo 19° do Decreto-Lei n° 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n° 258/2009, de 25/9.-----

³⁷ Artigo 8° - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

- i) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----
- j) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

-Parecer favorável da Sr^o Eng^a Maria Madalena S. Durão Branco, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 28-06-2016, no qual se propõe a prestação de caução no valor de 636 € (incluindo o IVA);-----

-Parecer favorável do Sr^o Eng^o Nuno Bento a exercer funções nesta unidade orgânica, emitido em 04-07-2016.-----

4-PARECER-----

4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações, em arruamentos na cidade de Chaves.-----

4.2-Pese embora o prazo previsto para a realização dos trabalhos seja de 45 dias, propõe-se a emissão da licença de ocupação de espaço de domínio público para 60 dias.-----

4.3-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

-Prazo para conclusão das obras - **60 dias**;-----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

-Prestação de caução no valor de € 636 (seiscentos e trinta e seis euros), com IVA incluído.-----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

4.4-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas e ao Sr^o Eng^o Nuno Bento a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

5-PROPOSTAS-----

5.1-Face ao acima exposto, propõe-se de acordo com o disposto no artigo 5^o do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para a substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea e rede subterrânea) e instalação de um poste em madeira, na rua António Carvalhal, nas condições mencionadas no item 4.3 da presente informação técnica.-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Dados Gerais:-----

-Extensão da rede de Telecomunicações, plasmada no projecto com a referência 15 GP_ZONA_124959, constante no processo registado com o n^o 335/16.-----

-Período da licença - 60 dias-----

-Tipo de obra - Substituição da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone (rede aérea e rede subterrânea) e instalação de um poste de madeira.-----

Cálculo:-----

-Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público (Art.17^o....).....52,50 €³⁸-----

-Emissão de licença (Artigo 18^o)10,60 €

-Por cada período de 30 dias (alínea a) do artigo 21^o).....6,30 €

-Por m² da via pública (alínea b) do artigo 21^o).....196,10³⁹ €

TOTAL A PAGAR.....**231,00 €**

³⁸ Paga através da guia - Documento DRI 00/1386, a folha n^o 51.-----

³⁹ 1 Poste + 36 Juntas.-----

5.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, no prazo de 30 dias, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, desde que apresente comprovativos em como os seguros se encontram válidos.-----

5.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

5.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 335/16, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar, ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

5.3.2-Envio, por email, do requerimento nº 825/16, constante no processo a folha nº 50, acompanhado das Plantas de Localização, constantes no processo a folhas nº 1 à nº 6 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

5.4-Após a emissão⁴⁰ do título, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, Divisão de Obras Públicas, Divisão de Recursos Operacionais e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento

5.5-Concluídos os trabalhos de telecomunicações, a interessada deverá solicitar a receção provisória dos mesmos, nos termos do disposto no artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, devendo apresentar os traçados finais das referidas infraestruturas em formato digital, de acordo com o estabelecido no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, actualmente em vigor.-----

5.6-Os referidos traçados finais serão posteriormente remetidos ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica (SSIG), para efeitos de cadastro desta infraestrutura e para posterior cálculo da respectiva renda anual a ser paga pela entidade concessionária, de acordo com o disposto no nº8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

5.7-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 16.05.2017:-----

Visto. Atento o teor da presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de ocupação do espaço do domínio público em causa.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

⁴⁰ **Artigo 80º - Início dos trabalhos**-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.05.23. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Regista-se a entrada na sala, do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, retomando a sua participação na presente reunião. -----

3.9. CADUCIDADE DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, NOS TERMOS DO N.º 2, DO ARTIGO 71.º, DO D.L. N.º 555/99, 16 DE DEZEMBRO E DEMAIS ALTERAÇÕES - INFORMAÇÃO N.º 107/SAA, DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA COORDENADORA TÉCNICA ISABEL PRESA DATADA DE 22.03.2017.- transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

Existem diversos processos que deram entrada nestes serviços, e que foram analisados tecnicamente, em tempo oportuno e caso a caso, tendo sempre em conta o enquadramento legal para cada um deles, mas que não tiveram a sequência normal.-----

2- ENQUADRAMENTO-----

A licença para a realização das operações urbanísticas previstas nas alíneas b) a e) do n.º 2, do artigo 71.º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro e demais alterações, caduca se no prazo de um ano a contar da notificação do ato de licenciamento, não for requerida a emissão do respetivo alvará, conforme o previsto nos termos do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

Para além da situação prevista no parágrafo anterior, a licença emitida para a realização de operações urbanísticas caduca, igualmente, se não forem iniciadas, acabadas ou ainda se estiverem suspensas as obras, nos prazos fixados, nos termos do n.º 3, do artigo 71.º do mesmo diploma.-----

3- ANÁLISE/PROPOSTA DE DECISÃO -----

Até à presente data, e dentro do prazo que a lei determina para apresentarem os elementos essenciais à emissão de competente alvará, não foi dado cumprimento ao despacho superior que aprovou os atos de licenciamento, nos diversos processos abaixo identificados na presente informação, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para os efeitos legais.-----

Propõe-se que sejam submetidos a deliberação de Câmara Municipal tais processos, com vista a ser declarada a sua caducidade, nos precisos termos do n.º 2, do artigo 71.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro e ulteriores alterações, a saber:-----

| Nome | Proc.º | Local da obra |
|--------------------------------------|--------|---|
| Carlos António Campo Grande Ribeiro | 542/00 | Loteamento dos Fortes , Lote 7 - Santa Maria Maior |
| Francisco Coelho Grilo | 235/07 | Lugar Da Raposeira - Santo Estêvão |
| Junta Freguesia de Santa Maria Maior | 255/04 | Centro Social e Polidesportivo da Várzea - Várzea |
| Irene de Jesus Simões de Melo | 273/13 | Av. Dr. António Granjo, Lote 8, Loteamento 1/03 - Santa Maria maior |

| | | |
|--|--------|--|
| Horácio Marques da Silva | 106/13 | Rua da Fontinha n.º 290, Loivos |
| Junta Freguesia de Outeiro Seco | 357/05 | Outeiro Seco |
| Agostinho Costa Pinheiro | 265/14 | Lugar do Padroleiro - Assureiras de Baixo |
| Avelino Nunes Palhares | 872/12 | Lugar de Talhos - Bustelo |
| Paulo Manuel Jesus Dias | 693/13 | Lugar da Pedreira - São Pedro de Agostém |
| Cabugueira & Costa - Comércio de Ferro, Lda. | 676/13 | Lugar Fonte de Nina, Parque Industrial - Outeiro Seco |
| Manuel André Alves Carneiro | 294/14 | Loteamento 16/89 , Lote 21 - Curalha |
| Gilberto Veras Rodrigues | 44/15 | Lugar Do Telheiro, Rua do Padrão - Vilar de Nantes |
| Francisco Loureiro Estevinho | 722/14 | Quinta das Mimosas, Loteamento 2/04, Lote 10 - Santa Maria Maior |
| Francisco Lourenço Estevinho | 723/14 | Quinta das Mimosas, Loteamento 2/04, Lote 9 - Santa Maria Maior |
| Gomezindo dos Santos Mosca | 284/14 | Lugar do Bidoeiro, Sobreira - Águas Frias |
| Jorge dos Santos Edral | 629/14 | Lugar de Bacelos - Redondelo |
| José Manuel Santos Gonçalves Calhelha | 265/15 | E.M. 507-1 - Couto de Ervededo |
| João Maria Correia Pires | 130/11 | Lugar do Picoto - Faiões |
| Arménio José Afonso Moraes | 19/13 | Quinta do Brunheiro, Loteamento 1/01, Lote 7 - Vilar de Nantes |
| Vítor Manuel Santos do Nascimento | 164/10 | Raio X, Av. D. João I n.º. 94 - Madalena |
| Júlio Serafim Alves Silva | 22/07 | Vila Frade, Lamadarcos |
| Ilídio Gonçalves Correia | 305/07 | Alto Da Trindade - Santa Cruz/Trindade |
| Marinela de Lurdes Dias Sequeira Pereira | 225/05 | Lugar Da Portela Grande - Santo António Monforte |
| Maria Lurdes Branco Fontes Alves | 77/07 | Rua Da Igreja - Vila Verde da Raia |
| Maria Helena Queiroga Costa Pires | 6/02 | Rua Do Arco N. 4 - Bóbeda |
| ORDESAP - Imobiliária Limitada | 18/11 | Quintela, Lote n.º.1 - Loteamento n.º. 2/00 - Outeiro Seco |
| Imonegrões - Sociedade Imobiliária E Construções, Lda. | 245/07 | Loteamento 24/90, Lote n.º 13 - Outeiro Seco |

Caso o Executivo Municipal venha a determinar a caducidade dos mesmos, poderão os interessados, segundo o n.º 5, do referido artigo do RJUE, vir a processo dizer, por escrito e num prazo não superior a 10 dias, o que se lhe oferecer sobre o presente sentido de decisão, à luz do disposto no artigo 121.º e seguintes do C.P.A.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 16.05.2017:-----

Visto. Concorde. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a deliberar adoptar um projecto de decisão conducente à declaração de caducidade das licenças referentes às operações urbanísticas elencadas no item "3 - ANÁLISE/PROPOSTA DE DECISÃO" deste documento.-----

Neste contexto, e caso a Câmara Municipal venha a proferir a deliberação antes recomendada, dever-se-á de seguida notificar os interessados nos termos do preceituado nos artigos 121º e 122º, do Código de Procedimento Administrativo para, querendo, virem aos respectivos processos dizerem o que se lhes oferecer, num prazo de 10 dias, sobre o sentido da decisão administrativa acima pré-anunciada.-

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.05.23. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. CADUCIDADE NOS PRECISOS TERMOS DO N.º 6, DO ARTIGO 20.º E DO N.º 2 DO ARTIGO 71.º, DO D.L. N.º 555/99, 16 DE DEZEMBRO E DEMAIS ALTERAÇÕES, TORNADA DEFINITIVA - INFORMAÇÃO N.º 99/SAA, DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA COORDENADORA TÉCNICA ISABEL PRESA DATADA DE 22.03.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

Vários processos que deram entrada nestes serviços, e que foram analisados tecnicamente, em tempo oportuno e caso a caso, tendo sempre em conta o enquadramento legal para cada um deles, mas como não tiveram a sequência normal, foram presentes, em reunião do Executivo Municipal, no passado dia 09.06.2016, com vista a ser declarada a sua caducidade, à luz do disposto nas alíneas b) a e) do n.º 2, do artigo 71.º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro e demais alterações, considerando que não foi requerida a emissão do respetivo alvará.----

Na mesma reunião de Câmara foi igualmente declarada a caducidade de outros processos, à luz do disposto do n.º 6, do artigo 20.º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro e demais alterações, considerando que não houve a apresentação dos projetos de especialidades e outros estudos, no prazo de seis meses, a contar da notificação do ato que aprovou o projeto de arquitetura.-----

2- ENQUADRAMENTO-----

Nos termos do disposto no n.º 5, do artigo 71.º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro e demais alterações, a caducidade dos processos deve ser declarada pela Câmara Municipal e sujeita a audiência prévia dos interessados.-----

A deliberação que recaiu sobre os vários pedidos mencionados no ponto 1, foi dada a conhecer, através de competente notificação, aos interessados para, querendo, virem a processo por escrito e num prazo de 10 dias, em sede de audiência dos interessados, nos termos do art.º 121 e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, dizer o que se lhe oferecer sobre os respetivos sentidos de decisão.-----

Decorrido esse prazo, nada foi apresentado, por parte dos interessados, que viesse a alterar o sentido das decisões tomadas pelo Órgão Executivo.-----

3- PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, propõe-se que sejam submetidos a deliberação da Câmara Municipal os processos abaixo indicados nas alíneas a) e b), com vista a se tornar agora definitivo o sentido de decisão, consubstanciada na declaração da caducidade dos pedidos respeitantes aos processos apresentados junto deste Município, a saber:-----

a) por não ter sido foi requerida a emissão do respetivo alvará, nos precisos termos do n.º 2, do artigo 71.º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro e ulteriores alterações:-----

| Nome | Proc.º | Local da Obra |
|--|---------|--|
| Maria Antónia Teixeira Gonçalves | 192/05 | Edifício Charlot Rua das Longras, Loja 4 |
| Maria da Conceição Silva Gonçalves | 44/07 | Campo de Futebol Vivenda 5, Agrela - Ervededo |
| Maria de Fátima Gonçalves Martins | 02/007 | Lugar de Quintela - Santa Cruz |
| Maria Jesus Ferreira Palhares | 62/06 | Rua de Stº André -Curalha |
| Maria de Fátima Rodrigues | 232/06 | Lugar do Seixal- Vilar de Nantes |
| Maria Leonor Afonso | 724/04 | Lugar da Fontela, Noval - Soutelo |
| Maria Helena Rosa Parente | 604/01 | Rua do Nó, n.º 12, Bairro dos Aregos |
| Natália Cristina Alves Mendes | 100/08 | Terreiro do Monte - Outeiro Jusão |
| Ana Maria Vilhena Pereira | 497/05 | Lugar do Espadanal - Redondelo |
| Faustino Lopes Fernandes | 475/04 | Trás das Vinhas Velhas, Lotel, Loteamento 10/01 - Santa Cruz |
| Modesto Monteiro Cabeleira | 42/05 | Lugar das Casas, Castelões - Calvão |
| Modesto Gonçalves Guedes | 621/06 | Rua da Calheia, Bóbeda - São Pedro de Agostém |
| Carlos Manuel Ferreira Barroso | 65/04 | Rua Alferes João Batista, Edifício Nova Hera, Bl.3 Loja 3 |
| Manuel Francisco Peixoto Magalhães | 112/05 | Lugar do Salgueiro - Pastoria |
| Maria Amélia | 225/13 | Lugar da Bandeira - Cimo de Vila da Castanheira |
| António Teixeira | 261/10 | Lugar da Serra - Cando |
| Belmiro Pires Pereira | 651/01 | Rua do Caneiro de Baixo - Madalena |
| António Ferreira Lobo | 346/11 | Rua Central, Lugar de Stº. António - Nogueira da Montanha |
| Elísio dos Santos Louçano | 345/11 | Rua do Vale - Valdanta |
| Junta de Freguesia S. Pedro de Agostém | 290/10 | Largo do Santuário - S. Pedro de Agostem |
| Paulo Geraldo Durão Branco | 206/11 | Lugar de Valdarca - Vila Verde da Raia |
| Eduardo da Silva Pereira | 631/01 | Lugar de Sezela - Cimo De Vila De Castanheira |
| Júlio Teixeira Guedes | 63/06 | Loivos |
| Noémia da Conceição Anta | 558/06 | Lugar do Cruzeiro R. Principal N.º 12 - São Julião de Montenegro |
| Ovidio Castanheira Lopes | 1000/99 | Fonte Nova - Santa Maria Maior |
| Patrícia Isabel Cardoso Alves da Silva | 145/06 | Av. D. Duarte de Bragança, Ed. Brasília, Bl. 3 5º D.º - Madalena |

| | | |
|--|--------|---|
| Paulo Jorge Moura Ferreira dos Santos | 237/07 | Quinta da Nora |
| Imonegrões - Sociedade Imobiliária e Construções, Ld. ^a | 548/07 | Lugar da Trigueiriça - Santa Maria Maior |
| Imonegrões - Sociedade Imobiliária e Construções, Ld. ^a | 549/07 | Lugar da Trigueiriça - Santa Maria Maior |
| Vitor Manuel Gonçalves Esteves | 251/07 | Lugar das Quintas, Souto Velho - Anelhe |
| Emílio Figueiras Gonçalves | 476/13 | Lugar do Eirão - Pastoria |
| Alexandre Batista Amorim | 717/12 | Lugar de Roçada - Travancas |
| Amílcar Salomão Pires Salgado | 493/14 | Lamalonga de Baixo, Arcossó - Vidago |
| Almiro Fernandes Meireles | 432/09 | Alto do Seixo - Santa Cruz/Trindade |
| Aniceto da Cruz Araújo | 356/14 | Bairro da Concórdia - Stº António de Monforte |
| António Martins | 697/12 | Rua da Carvalha n.º 1, Vila Nova de Veiga |
| Arlinda Teixeira Alves Pinto Ribeiro | 952/12 | Rua da Paz - Pereira de Selão |
| António Manuel Gonçalves Esteves | 386/14 | Rajado - Madalena |
| Augusto Clemente Rodrigues | 383/13 | Rua da Fonte - Vilas Boas |
| Arlindo Carvalho Santos | 649/12 | Rua dos Salgueiros - Rebordondo |
| André Alexandre Coelho Grilo | 140/13 | Rua da Lama - Santo Estêvão |
| CFCH - Centro Funerário de Chaves Ld. ^a | 685/12 | Lugar do Extremo - Sanjurge |
| Jorge Miguel França dos Santos | 681/12 | Quinta da Felicidade, Rua da Feliciana - Santa Maria Maior |
| Hugo André Soares Pereira | 22/13 | Rua Campo da Bola N.º 12, Sanjurge |
| Fernando Morais Lage | 280/14 | Lugar do Meiral - Vila Nova de Veiga |
| Estêvão Vinhais Chaves | 395/13 | Lugar de Vogo - Santo Estêvão |
| Sara Maria Almeida Pinto Vale | 442/13 | Rua do Rajado - Madalena |
| Hugo Alexandre Ferreira Martins | 997/12 | Lugar do Campo - Vilarelho da Raia |
| Patrick Mendes de Freitas | 871/12 | Lugar do Lameiro do Ferreiro - Vilas Boas |
| António Joaquim Gonçalves | 198/13 | Beco da Igreja - Santa Cruz |
| Noémia Dolores Chaves Castro | 653/12 | Estrada Nova N.º 2 - São Julião |
| Abel dos Santos Martins | 533/13 | Lugar de Trás das Vinhas Velhas - Santa Cruz/Trindade |
| Marco Rafael Santos Machado | 331/13 | Lugar de Lodeira - Vilela do Tâmega |

| | | |
|---|---------|---|
| Josué Ferreira Nogueira | 008/13 | Cemitério Municipal Novo, Jazigo/Capela Nr.2 Talhão 44 - Sanjurje |
| Matrichaves - Materiais de Construção, Ld. ^a | 47/13 | Rua do Caneiro N.º 51 - Madalena |
| ANTEROS - Empreitadas, Sociedade De Construção e Obras Públicas, S.A. | 340/07 | Loteamento 5/03, Lote 5-Tras do Calvário |
| António Alberto Almeida | 393/09 | Rua 25 de Abril - Valdanta |
| ANTEROS Comercial, Sociedade Comercial, S.A. | 444/08 | Lugar das Hortas, Loteamento 11/2001, Lote 10, Santa Maria Maior |
| ANTEROS Comercial, Sociedade Comercial, S.A. | 442/08 | Lugar das Hortas, Loteamento 11/2001, Lote 13, Santa Maria Maior |
| ANTEROS Comercial, Sociedade Comercial, S.A. | 443/08 | Lugar das Hortas, Loteamento 11/2001, Lote 9, Santa Maria Maior |
| ANTEROS Comercial, Sociedade Comercial, S.A. | 441/08 | Lugar das Hortas, Loteamento 11/2001, Lote 14, Santa Maria Maior |
| ANTEROS Comercial, Sociedade Comercial, S.A. | 447/08 | Lugar das Hortas, Loteamento 11/2001, Lote 12, Santa Maria Maior |
| ANTEROS Comercial, Sociedade Comercial, S.A. | 446/08 | Lugar das Hortas, Loteamento 11/2001, Lote 15, Santa Maria Maior |
| ANTEROS Comercial, Sociedade Comercial, S.A. | 445/08 | Lugar das Hortas, Loteamento 11/2001, Lote 11, Santa Maria Maior |
| José Francisco Rodrigues Ferreira | 34/08 | Lugar Lagoeiros - Sesmil |
| Junta Freguesia Lamadarcos | 497/02 | Lamadarcos |
| Junta Freguesia de Santo António de Monforte | 505/07 | Largo do Calvário |
| Maria Alice do Nascimento Santos | 231/08 | Portelinha - S. Cornélio |
| Óscar Alfredo Afonso Casas | 78/06 | Rua da Capela n.º 16 - Stº. Estêvão |
| Amarílio Xavier Melo | 319/14 | Lugar do Rajado - Madalena |
| António da Silva Fernandes Pires | 1110/12 | Portas da Lama - Santa Cruz/Trindade |
| TMN - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.a. | 617/13 | Cimo de Vila da Castanheira |
| Albino João Alves de Macedo | 226/14 | Lugar da Porqueira - Faiões |
| Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A. | 664/99 | Oura |
| Maria Manuela Fernandes Costa Carvalho | 233/07 | Rua de Santa Barbara, France - Moreiras |
| Rui Alexandre da Silva Alves | 244/05 | Lugar de Pontão - Ervededo |

| | | |
|------------------------------|--------|---|
| Florêncio Lopes Paulo | 129/10 | Rua do Tabolado n.º 49 - Santa Maria Maior |
| António Luís Teixeira Guedes | 412/11 | Rua Terreiro do Monte - Outeiro Jusão |
| Carolina Teixeira | 28/04 | Lugar da Urzeira - Bustelo |
| Carlos Miguel Apolónio Leal | 307/03 | Lugar da Aguieira - Vila Verde da Raia |
| Congelados Douro-Norte | 105/04 | Lagarteira - Outeiro Seco |
| Rosa Amélia Barros Vidal | 343/12 | Beco Passara e Porras - Santa Cruz/Trindade |
| Lauren Rodrigues Alves | 265/10 | Pastoria |

b) pela falta de apresentação dos projetos de especialidades e outros estudos, no prazo de seis meses a contar da notificação do ato que aprovou o projeto de arquitetura, nos precisos termos do disposto do n.º 6, do artigo 20.º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro e demais alterações:-----

| NOME | Proc.º | Local da Obra |
|--|---------|--|
| Manuel Fernando P. Barbosa | 1083/12 | Vale de Pereiro - Outeiro Jusão |
| Anabela Ferreira Heitor | 005/11 | Largo da Capela - Soutelinho da Raia |
| Ricardo Jorge Ferreira Matias | 42/13 | Lugar da Cortinha - Cela |
| Leonor Ferreira Vieira Esteves | 84/07 | Lugar de Outeiro - Anelhe |
| Válter Mesquita Rua | 321/07 | Valbom |
| Mosca & Salvador Alumínios Ld.ª | 239/05 | Lugar de Mós - Bóbeda |
| Luís Gomes Pereira | 390/07 | Lugar do Seixegal - Pereira de Veiga |
| António José Pereira Miguel | 451/02 | Lugar das Devesas - Casas Novas |
| Lucrécia Adelaide V. Pereira | 247/08 | Redondelo |
| José Manuel Vaz Pinto | 221/14 | Lugar da Fava - Travancas |
| Guilherme Almor Alpoim Calvão | 415/08 | Lugar de Aveleiras - Vilela Seca |
| Iva Vanessa Pires Reis | 71/09 | São Roque - Madalena |
| Manuel Alves dos Reis | 505/06 | Lugar do Extremo - Sanjurge |
| Abílio dos Santos Alves | 171/09 | Rua das Quadrelas 23 - Vila Verde da Raia |
| António dos Reis Teixeira | 278/11 | Bairro do Telhado - Santa Maria Maior |
| Domingos Madureira Órfão | 125/12 | Outeiro Seixo - Castelões |
| Ermelinda Maria Teixeira Moser Ribeiro | 229/09 | Meio do Povo - Águas Frias |
| Fernando Serqueira Pinto | 394/02 | Bairro S. João - Santa Maria Maior |
| Floriano Alves Videira | 1014/12 | Lugar do Castelo - Vilas Boas |
| José Guilherme Martins Janeiro | 42/12 | Lugar do Jogo da Bola - Faiões |
| Kelli Rodrigues Pimenta | 438/10 | Lugar do Terreiro - São Julião de Montenegro |

| | | |
|--|--------|--|
| Lia Carmina Barbosa Sousa Esteves | 230/09 | Lugar da Pipa - Oura |
| Amélia de Moura | 270/09 | Lugar da Atalaia, Rua das Flores n.º 15 - Vila Verde da Raia |
| Olga Maria Lopes Simão Pereira | 227/04 | Loivos |
| António José Félix Carneiro | 678/13 | Lugar de Larouco - Oucidres |
| Ana Maria Chaves Salgado | 211/13 | Lugar de Barroca - Outeiro Seco |
| Maria Cristina dos Prazeres Silva | 631/14 | Loteamento 1/82, Lote 6 - Vila Verde da Raia |
| Lucília de Jesus | 756/13 | Rua Jácome Teixeira n.º 7 - Santa Cruz/Trindade |
| Anteros Comercial, Soc. Comercial, S.A. | 530/03 | Loteamento "A", Quinta da Estação Lote n.º 2 - Santa Maria Maior |
| Junta de Freguesia de Vilela Seca | 56/11 | Bairro de Baixo - Vilela Seca |
| Alfredo Gonçalves Pires | 224/11 | Valverde - Selhariz |
| Artur Bernardino Teixeira Carvalho | 242/13 | Rua Central - Abobeleira |
| Mário Telmo Salgado Patoleia | 279/12 | Lugar da Sainça - Oura |
| Maria Idalina Fernandes Rodrigues Meireles | 55/13 | Fonte do Leite - Santa Cruz/Trindade |
| José Luís Quintas Miranda Alves | 260/07 | Lugar do Calvário - Rebordondo |
| Ovídio Pardelinha | 322/07 | Largo da Capela n.º 6 - São Vicente |
| Albino Pereira | 401/07 | Lugar de Pereira de Selão - Vilas Boas |
| António Manuel Santos Paiva | 290/04 | Lugar Cortinha da Porta - Assureiras do Meio |

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 16.05.2017:-----

Visto. Atento o teor da presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à declaração de caducidade dos processos administrativos discriminados nas alíneas a) e b), do item "3 - PROPOSTA DE DECISÃO" deste documento.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.05.23. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. CADUCIDADE NOS PRECISOS TERMOS DO N.º 6, DO ARTIGO 20.º E DO N.º 2 DO ARTIGO 71.º, DO D.L. N.º 555/99, 16 DE DEZEMBRO E DEMAIS

ALTERAÇÕES, TORNADA DEFINITIVA - INFORMAÇÃO N.º 100/SAA, DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA COORDENADORA TÉCNICA ISABEL PRESA DATADA DE 22.03.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

Vários processos que deram entrada nestes serviços, e que foram analisados tecnicamente, em tempo oportuno e caso a caso, tendo sempre em conta o enquadramento legal para cada um deles, mas como não tiveram a sequência normal, foram presentes, em reunião do Executivo Municipal, no passado dia 13.02.2015, com vista a ser declarada a sua caducidade, à luz do disposto nas alíneas b) a e) do n.º 2, do artigo 71.º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro e demais alterações, considerando que não foi requerida a emissão do respetivo alvará.---- Na mesma reunião de Câmara foi igualmente declarada a caducidade de outros processos, à luz do disposto do n.º 6, do artigo 20.º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro e demais alterações, considerando que não houve a apresentação dos projetos de especialidades e outros estudos, no prazo de seis meses, a contar da notificação do ato que aprovou o projeto de arquitetura.-----

2- ENQUADRAMENTO-----

Nos termos do disposto no n.º 5, do artigo 71.º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro e demais alterações, a caducidade dos processos deve ser declarada pela Câmara Municipal e sujeita a audiência prévia dos interessados.-----

A deliberação que recaiu sobre os vários pedidos mencionados no ponto 1, foi dada a conhecer, através de competente notificação, aos interessados para, querendo, virem a processo por escrito e num prazo de 10 dias, em sede de audiência dos interessados, nos termos do art.º 121 e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, dizer o que se lhe oferecer sobre os respetivos sentidos de decisão.-----

Decorrido esse prazo, nada foi apresentado, por parte dos interessados, que viesse a alterar o sentido das decisões tomada pelo Órgão Executivo.-----

3- PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, propõe-se que sejam submetidos a deliberação de Câmara Municipal os processos abaixo indicados nas alíneas a) e b), com vista a se tornar agora definitivo o sentido de decisão, consubstanciada na declaração da caducidade dos pedidos respeitantes aos processos apresentados junto deste Município, a saber:-----

c) por não ter sido foi requerida a emissão do respetivo alvará, nos precisos termos do n.º 2, do artigo 71.º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro e ulteriores alterações:-----

| Nome | Proc.º | Local da Obra |
|--|--------|--|
| Carriço e Alves Lda. | 347/08 | Loteamento 16/88, Lote 1, Lombo - Vilar de Nantes |
| Carriço e Alves Lda. | 344/08 | Loteamento 16/88, Lote 14, Lombo - Vilar de Nantes |
| Luís Filipe Teixeira da Costa | 218/08 | Assureiras de baixo |
| Luís António Rodrigues Alves | 257/12 | Lugar da Várzea - Valdanta |
| Junta de Freguesia de Vila Verde da Raia | 150/00 | Vila Verde da Raia |
| Rui Manuel Machado Magalhães | 062/11 | Lugar de Travessas, Valverde - Selhariz |

| | | |
|---|--------|---|
| Ana Maria da Encarnação Dias | 252/11 | Lugar da Cruz - Valdanta |
| José Octávio Pinto Portal | 248/05 | Lugar da Mourisca - Arcossó |
| José Manuel Santos Gonçalves Calhelha | 026/08 | Alto da Bandeira - Ervededo |
| Construções José Avelino, Unipessoal Lda. | 260/13 | Bairro das Campinas, Lote 8 - Vilar de Nantes |
| José Rodrigues Martins | 244/04 | Lugar de Lagos - Soutelinho da raia |
| Luís Manuel Branco Dias | 224/06 | Bairro do Canto - Faiões |
| Luís Fernando Ribeiro da Costa | 183/06 | Cemitério Velho, Jazigo n.º 5 |

d) pela falta de apresentação dos projetos de especialidades e outros estudos, no prazo de seis meses a contar da notificação do ato que aprovou o projeto de arquitetura, nos precisos termos do disposto do n.º 6, do artigo 20.º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro e demais alterações:-----

| Nome | Proc.º | Local da Obra |
|-----------------------------------|---------|--|
| Acácio Rodrigues Antunes | 644/06 | Lugar da Moura - Casas Novas |
| José Luís Videira dos Anjos | 1078/99 | Vila Nova de Veiga |
| António Manuel da Cunha Rodrigues | 243/05 | Campo de Cima - Madalena |
| Estanislau Esteves Pantana | 463/04 | Lugar de Souto Roque - Vilar de Nantes |
| Abílio Milheiro | 659/03 | Rua do Outeiro - Amoinha Velha |
| Vítor Aníbal da Costa | 308/11 | Rua do Outeiro n.º 52 - Anelhe |

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 16.05.2017:-----

Visto. Atento o teor da presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à declaração da caducidade dos processos administrativos discriminados nas alíneas a) e b) do item "3 - PROPOSTA DE DESCISÃO" deste documento.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.05.23. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.12. CADUCIDADE DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, NOS TERMOS DO N.º 6, DO ARTIGO 20.º DO D.L. N.º 555/99, 16 DE DEZEMBRO E DEMAIS ALTERAÇÕES - INFORMAÇÃO N.º 106/SAA, DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA COORDENADORA TÉCNICA ISABEL PRESA DATADA DE 22.03.2017.- Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

Existem diversos processos que deram entrada nestes serviços, e que foram analisados tecnicamente, em tempo oportuno e caso a caso, tendo sempre em conta o enquadramento legal para cada um deles, mas que não tiveram a sequência normal.-----

2- ENQUADRAMENTO-----

Nos termos do n.º 4, do artigo 20.º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro e demais alterações, a falta de apresentação dos projetos de especialidades e outros estudos necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do ato que aprovou o projeto de arquitetura ou naquele que resultar da prorrogação concedida nos termos do n.º 5, do mesmo artigo, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de 6 meses, findo o qual é declarada a sua caducidade, após audiência prévia dos interessados.-----

3- ANÁLISE/PROPOSTA DE DECISÃO -----

Verificou-se que, dos vários pedidos abaixo identificados, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, e dentro do prazo que a lei determina para apresentarem os projetos das especialidades e outros estudos necessários à execução da obra, não foi dado, até à presente data, cumprimento ao despacho superior que aprovou os projetos de arquitetura.-----

Posto isto, propõe-se que sejam submetidos a deliberação de Câmara Municipal os processos de licenciamento abaixo indicados, com vista a ser declarada a sua caducidade, nos precisos termos do n.º 6, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e ulteriores alterações, a saber:-----

| Nome | Processo | Local da obra |
|--|-----------------|---|
| Comissão da Fábrica da Igreja de Bustelo | 357/09 | Rua Principal, Bairro do Cabo - Bustelo |
| Luís Manuel Alves Martins | 428/11 | Lugar das Lages - Santo António de Monforte |
| Joaquim Miguel Rua | 82/15 | Lugar do Colmeal - Curalha |
| Matine Fernandes Carvalhais | 612/14 | Lugar de Barreiro, Cando - Valdanta |
| Eduardo Barros Vidal | 226/06 | Av. da Cocanha, Zona Industrial - Santa Cruz/Trindade |
| Santa Casa da Misericórdia de Chaves | 131/09 | Lugar Vale Cerdeira de Cima - Vilela do Tâmega |

Caso o executivo municipal venha a determinar a caducidade dos mesmos, poderão os interessados, segundo o n.º 5, do referido artigo do RJUE, dizer, por escrito e num prazo não superior a 10 dias, o que se lhe oferecer sobre o presente sentido de decisão, à luz do disposto no artigo 121.º e seguintes do C.P.A.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 16.05.2017:-----

Visto. Concorde. Atentas as razões de facto e de direito expressas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a deliberar adoptar um projecto de decisão conducente à declaração de caducidade dos processos de licenciamento referentes às operações urbanísticas discriminadas no item "3 - ANÁLISE/PROPOSTA DE DECISÃO" deste documento.-----

Neste contexto, e caso a Câmara Municipal venha a proferir a deliberação antes recomendada, dever-se-á de seguida notificar os

interessados nos termos do preceituado nos artigos 121º e 122º, do Código de Procedimento Administrativo para, querendo, virem aos respectivos processos, num prazo de 10 (dez) dias, dizerem o que se lhes oferecer sobre o sentido da decisão administrativa acima pré-anunciada.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.05.23. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.13. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 779/16 - FERNANDO ANTÓNIO RODRIGUES - NANTES, FREGUESIA DE VILAR DE NANTES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 18.05.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o nº2165/16, em 25-11-2016, referente ao processo nº 779/16, o Srº Fernando António Rodrigues, solicita nos termos do disposto no artigo 102º-A do actual Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9, a legalização de uma moradia unifamiliar, situada em Nantes, concelho de Chaves.-----

1.2-Sob o requerimento nº 314/17, em 22-02-2017, o interessado apresenta os seguintes elementos:-----

a) Declaração de responsabilidade a que se refere o Anexo III do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

b) Termo de responsabilidade da coordenadora dos projectos, acompanhado do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do RJUE.-

c) Projeto de Arranjos Exteriores.-----

d) Novos desenhos representativos das obras de construção a legalizar (plantas, alçados e cortes), de acordo com as regras mencionadas no artigo 15º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, acompanhados de novo termo de responsabilidade do projecto de arquitectura, acompanhado do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do RJUE;-----

e) Ficha de Segurança Contra Incêndios;-----

f) Declaração de isenção de apresentação do projecto de gás, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 1º do Decreto-Lei nº 521/99, de 10/12;-----

g) Declaração de isenção de apresentação da avaliação acústica/ensaio acústico, para efeitos de verificação do cumprimento do projecto acústico, conforme previsto no nº 5 do artigo 12º e 13º do Decreto-Lei nº 9/2007, de 17/1;-----

h) Declaração de dispensa de apresentação do plano de acessibilidades, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 163/06, de 8/8, referente à não apresentação do projecto

de acessibilidades, pois a sua aplicabilidade requerem a aplicação de meios económicos-financeiros desproporcionados ou não disponíveis.---

i) Certificado Energético.-----
j) Relatórios da Estabilidade do imóvel e das redes prediais de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais Domésticas.---

1.3-No âmbito do atendimento ao público, no dia 18 de maio do corrente ano foram apresentados os seguintes elementos:-----

i) Projeto predial de Drenagem de Águas Pluviais;-----
k) Novos termos de responsabilidade das redes prediais de Abastecimento de água e de Drenagem de Águas Residuais;-----

l) Termo de responsabilidade da Estabilidade do imóvel;-----

m) Nova declaração de dispensa de apresentação do plano de acessibilidades, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 163/06, de 8/8, referente à não apresentação do projecto de acessibilidades, pois a sua aplicabilidade requerem a aplicação de meios económicos-financeiros desproporcionados ou não disponíveis----

n) Declaração de dispensa de apresentação do projecto de Telecomunicações, dado que á data da construção do imóvel não era exigível o referido projecto.-----

ii) Declaração de dispensa de apresentação do projecto predial da rede de Gás:-----

iii) Declaração de dispensa de apresentação do projecto acústico.-

2-ANTECEDENTES-----

Consultado o Arquivo Municipal, constata-se que existem os seguintes antecedentes:-----

-Licença n.º 777, de 22-12-72, para demolição de uma casa composta de rés-do-chão, situada em Nantes e requerida pelo Sr.º Fernando António Rodrigues.-----

-Processo de licenciamento da habitação unifamiliar, objecto de legalização caducado.-----

3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/9, adiante designado RJUE.-----

3.2-Nas Disposições do Plano Diretor Municipal-----

O prédio urbano, inscrito na matriz predial da freguesia de Vilar de Nantes sob o artigo 404.º e descrito na CRPC com o n.º 1999/20110727, tem a área de 680 m2.-----

De acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédio urbano, supra referido esta inserido no espaço da classe 1 (Espaços Urbanos e Urbanizáveis), na Categoria 1.3 (Outros Aglomerados).-----

Consultada a planta de condicionantes n.º 34 A do PDM, conclui-se que sobre o terreno, objecto de intervenção, não impende qualquer servidão e/ou restrição de utilidade pública.-----

3.3-Nos Regulamentos Municipais -----

O pedido tem enquadramento legal no artigo 73.º C - Procedimento de legalização de operações urbanísticas, do Regulamento n.º 732/2015, o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

4-INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

O processo está instruído com os seguintes elementos:-----

-Ficha com os elementos estatísticos;-----

-Fotografias do imóvel;-----

-Termos de Responsabilidade subscrito pela autora do projecto de arquitectura, de acessibilidades, arranjos exteriores e projecto

acústico, da Arqt^a Angélica da Conceição Ramalho de Carvalho quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor, acompanhados do elemento a que se refere o n.º 3 do artigo 10.º do RJUE e do seguro de responsabilidade civil;-----

-Certidão da Conservatória do Registo predial do prédio urbano, inscrito na matriz predial da freguesia de Vilar de Nantes sob o artigo.º 404 e descrito na CRPC com o n.º 1999;-----

-Certidão de teor do prédio urbano supra referido.-----

-Recibo comprovativo em como o imóvel se encontra alimentado de energia eléctrica.-----

-Recibo comprovativo em como o imóvel se encontra servido de Telecomunicações.-----

-Declaração subscrita pela autora do levantamento topográfico, para efeito do disposto no n.º 12 do artigo 13.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, declarando que o levantamento topográfico relativo à presente operação urbanística, se encontra de acordo com os elementos cadastrais presentes no local.-----

-Memória Descritiva e Justificativa;-----

-Extrato da Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal à escala 1/10 000;-----

-Planta de Localização à escala, 1/ 2 000 com a localização do terreno, objecto de intervenção;-----

-Levantamento Topográfico;-----

-Planta de Implantação;-----

-Plantas de Apresentação;-----

-Alçados e Corte A-B;-----

-CD;-----

-Elementos apresentados sob o requerimento n.º 314/17 e no âmbito do Atendimento ao Público em 18-05-2017.-----

5- CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

Da análise do projecto de arquitectura apresentado constata-se que:--

5.1-O projecto de arquitectura apresentado propõe a legalização de obras de construção, executadas na década de 1970, inscrita na matriz predial urbana em 1975, sem controlo prévio por parte da Administração, pelo requerente;-----

5.2-É proposta uma área bruta de construção de 208,75 m², para a habitação unifamiliar a legalizar, desenvolvendo-se em dois pisos, Rés-do-Chão e Andar.-----

5.3-Respeita o índice de construção estabelecido no regulamento do Plano Diretor Municipal, para o local, o qual será calculado através da seguinte expressão: (área do terreno inserido em espaço Urbano x índice de construção da categoria 1.3) = **341,00⁴¹** m² > **208,75** m² (área bruta de construção da Habitação).-----

5.4-O projecto de arquitectura apresentado cumpre as restantes regras de edificabilidade estabelecidas nos artigos 18.º e 19.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, bem como o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 12.º daquele regulamento, ou seja dois lugares de estacionamento no interior da parcela de terreno, objecto do presente pedido.-----

5.5-De acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 73.º -C do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, foi realizada uma vistoria ao imóvel em 04-05-2017, da qual resultou o Auto de Vistoria N.º 112, o qual se reproduz na presente informação técnica para todos os efeitos legais.-----

⁴¹ (682 x 0,5)-----

5.6-Da vistoria realizada concluiu-se não haver necessidade de se realizarem obras de correcção e/ou adaptação na Habitação Unifamiliar, tendo já sido apresentados os projectos de especialidades, devendo a legalização ser titulada por alvará de autorização de utilização.----

5.7-O pedido encontra-se instruído de acordo com o disposto no nº 15 e nº 16 da Portaria nº 113/2015, de 22/4:-----

5.8-É apresentado termo de responsabilidade pela Estabilidade da obra, no qual a sua autora, se responsabiliza pelos aspectos estruturais do imóvel.-----

5.9-Foram apresentados novos termos de responsabilidade das redes prediais de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, realizadas onde menciona que as mesmas se encontram em boas condições e bom funcionamento, cumprindo o Regulamento Geral de Abastecimento de Água e o Regulamento Geral das Canalizações de Esgotos, aprovados pelas Portarias nº 10 367 de 14/04/43 e Portaria nº 11 338, de 03-05-46, respetivamente.-----

5.10-No processo consta comprovativo em como o imóvel se encontra alimentado da rede de energia eléctrica e da rede de Telecomunicações.

5.11-A autora do projecto de legalização solicita a dispensa de apresentação do plano de Acessibilidades, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 163/06, de 8/8, pois a sua aplicabilidade requerem a aplicação de meios económicos-financeiros desproporcionados ou não disponíveis.-----

Solicita ainda a isenção para a apresentação do projecto de Telecomunicações, da rede predial de Gás e projecto Acústico, dado que à data da construção do imóvel não eram exigíveis os referidos projectos.-----

6-RESPONSABILIDADE-----

6.1-O pedido encontra-se instruído com os termos de responsabilidade subscritos pela Arqtª Angélica da Conceição Ramalho de Carvalho, na qualidade de autora do projecto de arquitectura (legalização) e de Drenagem de Águas Pluviais, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor, à data da sua construção, acompanhado do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

6.2-O projecto da rede predial de águas pluviais e os relatórios técnicos das especialidades (estabilidade, rede predial de Abastecimento de Água, rede predial de Drenagem de Águas Residuais e Arranjos exteriores) e a coordenação de todos os projectos são da autoria da Arqtª Angélica da Conceição Ramalho de Carvalho, encontrando-se os mesmos acompanhados do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do RJUE, bem como dos respectivos termos de responsabilidade, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor.-----

6.3-A autora do projecto de legalização apresenta ainda, declarações de dispensa de apresentação do plano de Acessibilidades, do projecto de Telecomunicações, da rede predial de Gás e projecto Acústico, dado que à data da construção do imóvel não eram exigíveis os referidos projectos.-----

7-TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO -----

7.1-A taxa de infra-estruturas urbanísticas, calculada nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 24º do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, publicado em Diário da República, 2ª Série - Nº 63 em 31-03-2010, ascende ao montante de € 645,48 (seiscentos e quarenta e cinco euros, quarenta e oito cêntimos).-----

7.2-As taxas administrativas previstas na Tabela anexa ao Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de € 155,15 (cento e cinquenta e cinco e quinze cêntimos), conforme descrito no Quadro III que se anexa à presente informação técnica.-----

8-CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1-Considerando que, o projecto de arquitectura e de especialidades, referente à legalização foi apresentado sob os requerimentos nº 2165/16 e nº 314/17 e no âmbito do Atendimento ao Público em 18-05-2017, encontrando-se elaborado de acordo com as normas mencionadas no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, retratando a materialização das obras de construção na Habitação Unifamiliar, executadas sem controle prévio, por parte da administração;-----

8.2-Considerando que, é respeitado o índice de construção estabelecido para o local, que é de 0,5 m2/m2, aplicado à parcela de terreno e calculado no item 5.3 da presente informação técnica;-----

8.3-Considerando que, o pedido se encontra instruído com os elementos mencionados no nº 15 e nº 16, do Anexo I da Portaria nº 113/2015, de 22/4;-----

8.4-Considerando que o projecto de arquitectura apresentado cumpre as restantes regras de edificabilidade estabelecidas nos artigos 18º e 19º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, bem como o disposto nas alíneas a) e b) do nº 3 do artigo 12º daquele regulamento, ou seja dois lugares de estacionamento no interior da parcela de terreno, objecto do presente pedido.-----

9-PROPOSTA DE DECISÃO -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

9.1- Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo:-----

a) Que seja praticada decisão consubstanciada no deferimento do pedido de legalização, das obras de construção da Habitação Unifamiliar, cujos projectos de arquitectura e especialidades foram apresentados sob o requerimento nº 2165/16, nº 314/17 e no âmbito do atendimento ao público, nos termos do disposto no artigo 102º A do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9. e no artigo 73º - C do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

b) Que delibere reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel.-----

9.2-Caso a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização supra referido, o qual será titulado por alvará de autorização de utilização, propõe-se que o requerente seja informado, de acordo com o previsto no nº 14 do artigo 73º - C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, que dispõe do prazo de 30 dias úteis, para vir a esta Autarquia solicitar a emissão do respectivo alvará, de acordo com o disposto no nº 5 do artigo 73º-C do RMUE.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 22.05.2017:-----

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara

Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.05.23. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Ausentou-se da sala, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, não tendo participado na análise, discussão e votação do assunto abaixo mencionado. -----

3.14. INSTALAÇÃO DE CABOS DE FIBRA ÓTICA, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA - PROCESSO N.º 343/16 - MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A. - AV. D. JOÃO I, OUTEIRO JUSÃO, FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 18.05.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o n.º 833/16, em 02-05-2016, a interessada solicitou a licença de ocupação de espaço público para a realização dos seguintes trabalhos:-----

i) Instalação de cabos de fibra ótica para substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea) e execução de juntas.

1.2-No seguimento do Saneamento e Apreciação Liminar, dado por despacho do Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Sr.º Arqt.º Castanheira Penas, de 22-06-2016, a interessada sob o requerimento registado com o n.º 1695/16, apresenta os seguintes elementos:-----

-Declaração de Aceitação da Coordenação de Segurança em Projecto.----
-Livro de obra, para efeito de abertura e autenticação pelos serviços administrativos.-----

-Condições Particulares, emitida pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, referente a um seguro de responsabilidade civil, cuja apólice de seguro possui o n.º 0003124751

-Comprovativo de pagamento do seguro de acidentes de trabalho, emitido pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, em nome segurado, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda, cuja apólice possui o n.º 0003142187.-----

1.3-Sob o requerimento registado com o n.º 1695/16, o representante da interessada, Sr.º Eng.º Fernando Manuel Parente de Sousa, menciona ainda que os 3 CDs solicitados serão entregues, logo que elaboradas as

plantas, georreferenciadas, em causa e efectuada a conversão para as coordenadas para o Sistema de referência PT-TM06/ETRS89, em acordo com o disposto no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 3⁴² do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações e a abertura de valas, são trabalhos que estão sujeitos a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 4º⁴³, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 13º⁴⁴ do Decreto-

⁴² **Artigo 3º - Licença Municipal-----**

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com excepção do disposto no artigo 13º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35º e 36º, do RJUE, com as devidas adaptações.-----

⁴³ **Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

vi) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

⁴⁴ **Artigo 13º Direito de acesso a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas-----**

1-As entidades referidas no artigo 2º estão obrigadas a assegurar às empresas de comunicações electrónicas o acesso às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que detenham ou cuja gestão lhes incumbe.-----

2-O acesso referido no nº anterior deve ser assegurado em condições de igualdade, transparência e não discriminação, mediante condições remuneratórias orientadas para os custos, nos termos do artigo 19º.--

3-Os procedimentos para a obtenção do direito de acesso devem ser céleres, transparentes e adequadamente publicitados, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 20 dias após a efectiva receção do pedido de acesso, nos termos do nº 2 do artigo 20º.-----

4-Pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que pertencem ao domínio público ou privativo das autarquias locais é devida a taxa a que se refere o artigo 106º da Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei nº 5/2004, de 10/2, não sendo, neste caso, cobrada qualquer outra taxa, encargo, preço ou remuneração.-----

Lei n° 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n° 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8°45 e 9° do mesmo diploma legal.-----

3-INSTRUÇÃO DO PROCESSO-----

- 3.1-Requerimento;-----
- 3.2-Memória Descritiva;-----
- 3.3-Declaração de responsabilidade da TNORD-Tech, S.A, a que se refere o Anexo III do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, assinada por Nuno André Barbosa de Andrade, acompanhada com fotocópia do seu Cartão de Cidadão;-----
- 3.4-Índice;-----
- 3.5-Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto ITUR/Infraestruturas aptas ao Alojamento de Redes de Comunicações Electrónicas, Eng° eletrotécnico Carlos Manuel Cardoso Vilar, acompanhados da fotocópia do Cartão de Cidadão, da declaração da Ordem dos Engenheiros;-----
- 3.6-Termo de responsabilidade de execução do Eng° Téc. Telmo António da Rocha Ribeiro, acompanhado da fotocópia do Cartão de Cidadão, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
- 3.7-Calendarização de trabalhos;-----
- 3.8-Planta da Zona de Intervenção;-----
- 3.9-Pontos de Intervenção;-----
- 3.10-Plano de segurança e Saúde;-----
- 3.11-Condições particulares da apólice de seguro n° 0003124751, de responsabilidade civil, emitida pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
- 3.12-Alvará de construção n° 3631, emitido em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
- 3.13-Elementos apresentados sob o requerimento n° 1695/16.-----

PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

- Parecer favorável da Sr° Engª Fernanda Maria D. B. Serra, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 14-07-2016;-----
- Parecer favorável, do Sr° Eng° Nuno Bento, datado de 18-08-2016, a exercer funções actualmente na Divisão de Projectos e Mobilidade.----

4-PARECER-----

4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações, em arruamentos na União das freguesias da Madalena e Samaiões. -----

5-Aos casos referidos no n° anterior não é aplicável o disposto no artigo 19° do Decreto-Lei n° 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n° 258/2009, de 25/9.-----

45 Artigo 8° - Obrigações das empresas de comunicação electrónica perante os municípios-----

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

- k) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----
- l) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

4.2-Pese embora o prazo previsto para a realização dos trabalhos seja de 15 dias, propõe-se a emissão da licença de ocupação de espaço de domínio público para 30 dias.-----

4.3-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

-Prazo para conclusão das obras - **30 dias**;-----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

4.4-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas e ao Srº Engº Nuno Bento a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

5-PROPOSTAS-----

5.1-Face ao acima exposto, propõe-se de acordo com o disposto no artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para a substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea) e execução de juntas, nas condições mencionadas no item 4.3 da presente informação técnica.-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Dados Gerais:-----

-Extensão da rede de Telecomunicações, plasmada no projecto com a referência - ZONA de 76CH01GP510001, constante no processo registado com o nº 343/16.-----

-Período da licença - 30 dias-----

-Tipo de obra - Substituição da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone (rede aérea).-----

Cálculo:-----

-Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público (Art.17º...).....52,50 €⁴⁶-----

-Emissão de licença (Artigo 18º)10,60 €

-Por cada período de 30 dias (alínea a) do artigo 21º).....3,15 €

-Por m2 da via pública (alínea b) do artigo 21º).....21,20⁴⁷ €

TOTAL A PAGAR.....**34,95 €**-----

5.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, no prazo de **30 dias**, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, desde que apresente comprovativos em como os seguros se encontram válidos.-----

5.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

5.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 343/16, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar, ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projectos e Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

⁴⁶ Paga através da guia - Documento DRI 00/1395, a folha nº 43-----

⁴⁷ 4 Juntas.-----

5.3.2-Envio, por email, do requerimento nº 833/16, constante no processo a folha nº 44, acompanhado das Plantas de Localização, constantes no processo a folhas nº 1 à nº 2 e nº 24 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

5.4-**Após a emissão⁴⁸ do título**, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, Divisão de Obras Públicas, Divisão de Recursos Operacionais e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projectos e de Mobilidade, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento

5.5-Concluídos os trabalhos de telecomunicações, a interessada deverá solicitar a receção provisória dos mesmos, nos termos do disposto no artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, devendo apresentar os traçados finais das referidas infraestruturas em formato digital, de acordo com o estabelecido no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, actualmente em vigor.-----

5.6-Os referidos traçados finais serão posteriormente remetidos ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica (SSIG), para efeitos de cadastro desta infraestrutura e para posterior cálculo da respectiva renda anual a ser paga pela entidade concessionária, de acordo com o disposto no nº8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

5.7-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 16.05.2017:-----

Visto. Atento o teor da presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de ocupação do espaço do domínio público em causa, nos termos enunciados nos itens 5.1 a 5.5 deste documento.----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.05.23. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Regista-se a entrada na sala, do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, retomando a sua participação na presente reunião. -----

⁴⁸ **Artigo 80º - Início dos trabalhos-----**

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

3.15. OBRA DE URBANIZAÇÃO TITULADAS PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/2008, PEDIDO DE RECEÇÃO DEFINITIVA - PROCESSO N.º 3/07 - LEGRINVEST - SOC. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA. - LUGAR DE CASCALHEIRA, FREGUESIA DE VILAR DE NANTES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 08.03.2015. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o n.º 769/15, a sociedade por quotas, Legrinvest - Sociedade de Investimentos Imobiliários solicitou a receção definitiva das obras de urbanização tituladas pelo alvará de loteamento n.º 2/2008.-----

2-ANTECEDENTES-----

2.1-Em reunião de câmara de 21-12-2009, sob proposta da informação técnica de 16-12-2009, o Executivo deliberou recebeu provisoriamente, as obras de urbanização, tituladas pelo alvará de loteamento n.º 2/2008, inerentes às obras de Telecomunicações, orçadas no montante de 14 350 € e aos Arruamentos, às redes de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais, Deposição de Resíduos Sólidos, Sinalização Horizontal e Vertical e Diversos, estas últimas orçadas no montante de 209 174,14 €.-----

O Executivo deliberou ainda libertar 90 % do valor da caução, correspondente à rede de Distribuição de Gás, orçada no montante de 46 619 €, face ao Relatório de Ensaio de Resistência Mecânica e ao termo de responsabilidade n.º 300/2009, da entidade executora da referida rede. -----

2.2-As obras de electricidade, orçadas no montante de 85 512,68 €, foram recebidas em reunião do Executivo de 03-05-2010, sob proposta da informação técnica de 27-04-2010.-----

2.3-A caução residual constante no presente processo administrativo, registado com o n.º 3/07, é a garantia bancária N.º 344 597, emitida pelo BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A, válida para o valor de € 35 365,58 (trinta e cinco mil trezentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos).-----

3-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO-----

No seguimento do pedido da interessada, foram encetados os seguintes procedimentos:-----

3.1-Realização, em 16 de junho de 2015, de uma vistoria técnica às obras de urbanização, inerentes ao loteamento titulado pelo alvará n.º 2/2008.-----

3.2-Dar a conhecer à promotora e ao director técnico das obras de urbanização, a fim de a primeira integrar a comissão de vistorias.---

3.3-No processo constam os seguintes pareceres internos e de entidades exteriores ao Município de Chaves:-----

3.3.1-Parecer desfavorável do Sector de Parques, Jardins e Quinta do Rebentão, da autoria da Sr.ª Eng.ª Salomé Carneiro - INFORMAÇÃO N.º 75/2015, de 17-07-2015, relativo à Valorização Paisagística do loteamento, com a seguinte fundamentação:-----

"Tendo em conta que as estruturas de Valorização Paisagística, construídas e plantadas, nomeadamente elementos arbóreos e respectivas caldeiras se encontram abandonadas e sujeitas a atos de vandalismo, o qual se vem expressando pela falta de limpeza e desaparecimento e/ou secagem de algumas árvores, revelando falta de cuidado na rega desses elementos e possibilidade de ocorrência de furto, as estruturas

existentes não deverão ser consideradas em condições de serem recebidas definitivamente".-----

3.3.2-Parecer do Sector de Eficiência Energética - INFORMAÇÃO Nº 066/2015, de 17-06-2015, subscrita pelo Srº Engº José Figueiredo, relativo às obras de Telecomunicações executadas naquela operação urbanística, com o seguinte teor:-----

"Considerando que as infraestruturas de telecomunicações construídas, encontram-se abandonadas, estando sujeitas a atos de vandalismos, os quais já ocorreram, visando a remoção de tampas das câmaras de visitas, portas das caixas C1 e respectivos ligadores de terra de protecção;--

Considerando que estas, encontram-se em estado degradado de conservação, apresentando indícios de abandono generalizado, razão pelo que as infraestruturas de telecomunicações, não deverão ser consideradas em condições de serem recebidas definitivamente".-----

3.3.3-Parecer favorável, emitido pela EDP-Distribuição, com vista à receção definitiva das obras de Eletricidade tituladas pelo alvará nº 2/2008 através do ofício com a referência - Carta 389/15/AOVRL, de 18-08-2015, com o seguinte teor:-----

"Relativamente ao processo acima mencionado, informamos V.Exª que, no dia 18-04-2010, a EDP-Distribuição procedeu à receção provisória das obras de infraestruturas eléctricas do loteamento em epígrafe e, tal como consta no respectivo Auto de Entrega/Receção enviado, essa receção passou a automaticamente a definitiva decorridos cinco anos após a receção provisória, ou seja em 18-04-2015".-----

3.3.4-Parecer favorável, emitido pela Duriensegás - Sociedade Distribuidora de gás natural do Douro, S.A, relativo ao estado de execução da rede de Distribuição de Gás na presente operação de loteamento, mediante o ofício com a referência - DOUG-GA/OME-010/2016, de 08-02-2016, nos seguintes termos:-----

" (...) relativo ao assunto em epígrafe e para os devidos efeitos informamos que a rede de distribuição de gás foi construída em conformidade com a portaria 386/1994, e as especificações da Galp Energia, no entanto foi alvo de atos de vandalismo pelo que vai ser necessário reparar as infraestruturas danificadas.-----

Estamos a proceder ao tamponamento dos ramais danificados de maneira a que não seja comprometida a segurança e seja garantida a salvaguarda das restantes infraestruturas (...)-----

3.3.5-Na sequência dos actos preparatórios antes relatados e atenta a especificidade deste processo foi entendido, no seguimento da realização de uma reunião realizada com o Srº Chefe de Divisão, Engº João Geraldês, encetar uma série de diligências complementares visando a obtenção de uma proposta de decisão devidamente ajustada à situação em causa.-----

Neste sentido e após a realização das diligências antes referidas, foi acordado com o referido dirigente, em reunião só recentemente realizada, dada a indisponibilidade deste último a propositura das tomadas de decisão superior enunciadas nos itens 5.1 a 5.5, da presente informação técnica.-----

4-PARECER-----

Por leitura do Auto de Recepção Definitiva, somos a informar que:----

4.1-Os trabalhos inerentes ao remate das caixas de gás e das câmaras de visita, foram executados em cimento, quando deveriam ter sido executados em betão betuminoso. A correcção dos referidos trabalhos deverá ser realizada pela promotora e será precedida da extracção do cimento na envoltória daqueles acessórios.-----

4.2-Os passeios, as faixas de rodagem e de estacionamento, pese embora se encontrem em bom estado de execução, as mesmas não foram objecto

de conservação e limpeza após a sua receção provisória em reunião de câmara de 21-12-2009, pelos Serviços Camarários.-----

4.3-As restantes obras de urbanização, Telecomunicações, Valorização Paisagística, Rede de Abastecimento de Água, Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais, foram objecto de atos de vandalismo e de furto, nomeadamente com o desaparecimento de árvores, grelhas de sumidouros, tampas de câmaras de visita, portas das caixas C1 e respectivos ligadores de terra de protecção.-----

4.4-A reparação das obras de urbanização descritas nos itens 3.2 e 3.3 da presente informação técnica, por resultarem da falta de conservação e manutenção da responsabilidade dos serviços municipais e de atos de vandalismo, não poderão ser imputadas à promotora.-----

4.5-A reparação das Infraestruturas Eléctricas e da rede de Distribuição de Gás, ficará a cargo da EDP-Distribuição e da Duriensegás, S.A, respectivamente, conforme referido nas comunicações daquelas concessionárias.-----

5-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Tendo em consideração o referido no anterior capítulo, propõe-se ao Executivo que adote as seguintes resoluções:-----

5.1-Que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9, a Câmara Municipal delibere no sentido de deferir o pedido de recepção definitiva de todas as obras de urbanização tituladas pelo alvará de loteamento nº 2/2008, com exceção dos Arruamentos, orçados no montante de 97 321,74 €.-----

5.2-Que delibere libertar 100% do valor da caução, correspondente à rede de Distribuição de Gás, orçada no montante de 46 619 €.-----

5.3-Notificar a promotora para no prazo de 30 dias, proceder às correcções mencionadas no item 4.1 da presente informação técnica, de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 105º do RJUE, sob pena de a Câmara Municipal se substituir à interessada nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 84º do mesmo diploma legal.-----

5.4-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica e de acordo com o disposto no artigo 54º do diploma legal retrocitado, deve-se comunicar ao Banco Espírito Santo, S.A, que a garantia bancária Nº 344 597, emitida em 30-09-2008, poderá ser reduzida para o montante de **€ 9 732,16⁴⁹ (nove mil setecentos e trinta e dois euros e dezasseis cêntimos)**.-----

5.5-Dar a conhecer à Divisão de Recursos Operacionais, a presente informação técnica, acompanhada da fotocópia do Auto de Vistoria e do registo fotográfico, para a programação da realização das correcções mencionadas nos itens 4.2 e 4.3, salientando-se o facto de alguns dos trabalhos a realizar, nomeadamente a colocação de grelhas nos sumidouros e de tampas nas câmaras de visita deverem ser feitos o mais rápido possível, para garantia da segurança viária e pedonal na referida operação de loteamento.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 16.05.2017:-----

Visto. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação nos termos e para os efeitos expressos nas alíneas 5.1 a 5.5 deste documento.-----

⁴⁹ 0,10 x (97 321,64 €).-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.05.23. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DE CAUÇÃO (GARANTIA BANCÁRIA), NO ÂMBITO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DA EMPREITADA "AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO", INFORMAÇÃO N.º 13/GNE/2017 DE 17 DE MAIO DE 2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1. INTRODUÇÃO-----

O executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no dia 10 de abril de 2017, deliberou, por unanimidade, aprovar o relatório final de análise das propostas, da empreitada "Ampliação da Rede de Saneamento e Etar de Calvão", mediante informação/proposta n.º 130/2017, da Divisão de Obras Públicas, datada de 03 de abril de 2017;- Dando cumprimento ao disposto no artigo 77º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, no dia 27 de abril de 2017, foram efetuadas as devidas notificações de decisão de adjudicação, para, a adjudicatária, da empreitada, mencionada em epígrafe, Construções Quatro de Maio, Lda., e, restantes concorrentes, tendo sido concedido à empresa adjudicatária o prazo de 10 dias para apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução a favor do Município de Chaves, no valor de € 19 907,63 (dezanove mil, novecentos e sete euros e sessenta e três cêntimos), correspondente a 5% do valor do contrato.-----

No dia 15 de maio de 2017, dentro do prazo legalmente estabelecido, a empresa adjudicatária, Construções Quatro de Maio, Lda., veio, através da plataforma eletrónica vortal.biz, apresentar os documentos de habilitação, solicitados, e, apresentar requerimento, nos termos do artigo 86.º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, a solicitar a prorrogação do prazo para entrega da garantia bancária até ao dia 22 de maio de 2017, alegando esta ainda não ter sido entregue pela entidade bancária e não estar ao seu alcance a resolução da entrega do referido documento.-----

No entanto, dos documentos de habilitação apresentados, pela empresa adjudicatária, Construções Quatro de Maio, Lda., muito concretamente a certidão da Autoridade Tributária e Aduaneira, pode verificar-se que a empresa, à data de 10 de maio de 2017, não tinha a sua situação tributária regularizada, pelo que foi devidamente informada, através de contacto telefónico, no dia 16 de maio de 2017, para apresentar certidão da Autoridade Tributária e Aduaneira regularizada, sob pena

de a adjudicação caducar nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 86.º do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro.-----

No dia de hoje, 17 de maio de 2017, a empresa adjudicatária, veio através da plataforma eletrónica vortal.biz, apresentar nova certidão da Autoridade Tributária e Aduaneira, com situação tributária regularizada, pelo que a situação foi devidamente corrigida.-----

2. PROPOSTA/DECISÃO:-----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, e salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Arq.º António Cabeleira, que adote despacho consubstanciado no seguinte:-----

a) Que seja concedido, impreterivelmente até ao dia 22 de maio de 2017, o prazo para entrega da garantia bancária, a favor do Município de Chaves, no valor de € 19 907,63 (dezanove mil, novecentos e sete euros e sessenta e três cêntimos), correspondente a 5% do valor do contrato, pela empresa adjudicatária, Construções Quatro de Maio, Lda., nos termos do n.º 3, do artigo 86.º do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro; -----

b) Que seja aceite a certidão da Autoridade Tributária e Aduaneira regularizada, entregue pela empresa adjudicatária, Construções Quatro de Maio, Lda, no dia 17 de maio de 2017;-----

c) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, que seja notificada a empresa adjudicatária "Construções Quatro de Maio, Lda.", do teor integral da informação/proposta em apreciação, adotando-se os demais formalismos previstos no CCP;-----

d) Que seja divulgada, a presente informação/proposta, aos restantes concorrentes, da referida empreitada, na plataforma eletrónica vortal.biz; -----

e) Que seja submetida a presente informação/proposta à próxima reunião camarária, para ratificação, por parte do órgão executivo municipal, nos termos do n.º 3, do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações.-----

À consideração superior.-----
Chaves, 17 de maio de 2017.-----A

Assistente Técnica, (Carla Carvalho)-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.17. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.05.17. -----

Defiro. Proceda-se em conformidade. À Reunião de Câmara para ratificação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido, pelo Senhor Presidente da Câmara, do dia 17 de maio de 2017. -----

1.2. EMPREITADA "LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2)".- APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. INFORMAÇÃO N.º 14/GNE/2017 DE 18 DE MAIO DE 2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1. INTRODUÇÃO -----

O executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no dia 28 de abril de 2017, deliberou, por unanimidade, aprovar o relatório

final de análise das propostas, da empreitada "Lote 3: Requalificação da Avenida Irmãos Rui e Garcia Lopes (PAMUS 1.2)", mediante informação/proposta n.º 159/2017, produzida pela Divisão de Obras Públicas, datada de 21 de abril de 2017;-----

Dando cumprimento ao disposto no artigo 77º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, no dia 08 de maio de 2017, foram efetuadas as devidas notificações de decisão de adjudicação, para, a firma adjudicatária, da empreitada mencionada em epígrafe, "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A.", e, restantes concorrentes, tendo sido concedido à empresa adjudicatária o prazo de 10 dias para apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução a favor do Município de Chaves, no valor de € 15 997,00 (quinze mil, novecentos e noventa e sete euros), correspondente a 5% do valor do contrato;-----

No dia 15 de maio de 2017, dentro do prazo legalmente estabelecido, a firma adjudicatária, "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A.", veio, através da plataforma eletrónica vortal.biz, apresentar a totalidade dos documentos de habilitação, solicitados, e Garantia Bancária N00403675, emitida pelo Novo Banco, S.A., em 12 de maio de 2017, no valor de € 15 997,00 (quinze mil, novecentos e noventa e sete euros), correspondente a 5% do valor do contrato;-----

No dia 17 de maio de 2017, foram, em simultâneo, todos os concorrentes, notificados dessa apresentação, e, efetuada, no mesmo dia, a sua disponibilização na plataforma eletrónica vortal.biz, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 85º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro.-----

2. PROPOSTA/DECISÃO:-----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo municipal que adote deliberação consubstanciada no seguinte:-----

a) Aprovação da presente proposta e respetiva minuta do contrato, documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais;-----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, pelo executivo camarário, dever-se-á proceder à notificação da firma adjudicatária "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A." do teor integral da minuta do contrato em apreciação, adotando-se os demais formalismos previstos no CCP.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 18 de maio de 2017.-----

A Assistente Técnica, (Carla Carvalho)-----

Em anexo: - Minuta do Contrato-----

MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2)".-----

No dia ... de de 2017, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 319 940,00 (trezentos e dezanove mil, novecentos e quarenta euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro:-----

Como Primeiro Contratante, **MUNICÍPIO DE CHAVES**, titular do Cartão de Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 501205551, com sede em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Arq.^{to} António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural de Valpaços, com

domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves.-----

E-----
 Como Segundo Contratante, **ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, S.A.**, com sede em S. Fraústo, Estrada de Braga, Km 164,5, em 5400-283 Chaves, Pessoa Coletiva n.º 500719616, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Chaves, titular do Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas n.º 6176-PUB, com o capital social de 4.750.000,00 euros, legalmente representada por -----, natural de -----, residente -----, titular do Cartão de Cidadão n.º -----, válido até -----, na qualidade de -----, conforme poderes constantes na Certidão Permanente, documento que fica arquivado, em anexo, ao presente contrato.-----

Cláusula 1ª (Objeto e preço contratual)-----
 1. O presente contrato tem por objeto a execução da empreitada "**Lote 3: Requalificação da Avenida Irmãos Rui e Garcia Lopes (PAMUS 1.2)**", pelo preço de **€ 319 940,00 (trezentos e dezanove mil, novecentos e quarenta euros)**, que não inclui o IVA à taxa legal em vigor.-----

2. A presente empreitada foi adjudicada pelo primeiro contratante ao segundo contratante, por deliberação camarária do passado dia 28/04/2017, tendo sido aprovada a respetiva minuta do contrato, por deliberação camarária do passado dia .../.../2017 precedida de anúncio, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Projeto de Execução, Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do passado dia 03/02/2017, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato.-----

Cláusula 2ª (Prazo de Execução)-----
 1. A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **150 (cento e cinquenta)** dias, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo.-----
 2. Para efeitos da outorga da consignação prevista no número anterior, deverá o segundo contratante proceder à entrega do Plano de Segurança e Saúde, com a antecedência máxima de 15 dias relativamente à data da consignação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1, do Artigo 362º, do CCP.-----
 3. O início da produção de efeitos do contrato, de acordo com o n.º 1 antecedente, encontra-se prevista para o dia ... de 2017.-----

Cláusula 3ª (Prazo de Garantia da Obra)-----
 1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:-----
 a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;-----
 b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais e instalações técnicas;-----
 c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.-----
 2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável

a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizável.-----
 3. Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.-----

Cláusula 4ª (Pagamentos)-----

1 - Os pagamentos a efetuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 26ª do Caderno de Encargos da empreitada objeto do presente contrato, bem como na Cláusula 32ª do mesmo Caderno.-----

2 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura.-----

Cláusula 5ª (Revisão de Preços)-----

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.-----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F10 - Estradas**, publicada no despacho n.º 1592/2004 (2ª série), de 8 de janeiro.-----

3 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.-----

Cláusula 6ª (Cabimento e Compromisso)-----

1 - A empreitada consta no Plano Plurianual de Investimentos/Orçamento do primeiro contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica: 07030301; Cabimento n.º 423/2017 de 01/02/2017.-----

2 - Com a assinatura do presente contrato foi assumido o Compromisso n.º 1311/2017 de 24/04/2017, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 9º e n.º 3, do artigo 5º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 7º, n.º 3, alínea c), do D.L. n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

Cláusula 7ª (Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Contratante)-----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo contratante presta a favor do primeiro contratante, Garantia Bancária N00403675, emitida pelo Novo Banco, S.A., em 12 de maio de 2017, no valor de **€ 15 997,00** (quinze mil, novecentos e noventa e sete euros), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objeto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 89º, do CCP.-----

Cláusula 8ª (Foro Competente)-----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

Cláusula 9ª (Prevalência)-----

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Plano de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e Projeto de Execução, e na proposta que foi apresentada pelo segundo contratante.-----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos, seguidamente a proposta que foi apresentada pelo segundo contratante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto n.º 6, do artigo 96º, do CCP.-----

Cláusula 10ª (Legislação aplicável)-----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e na restante legislação aplicável.---

Cláusula 11ª (Disposições finais)-----

1 - Os pagamentos efetuados ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas;-----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia 03/02/2017;-----

3 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi adjudicado por deliberação do executivo camarário do passado dia 28/04/2017;-----

4 - A minuta do presente contrato foi aprovada por deliberação do executivo camarário do passado dia .../.../2017;-----

5 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato;-----

6 - Foram apresentados pelo segundo contratante: Registos Criminais, Alvarás de Empreiteiros de Obras Públicas, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, Declaração Modelo II, anexo ao CCP, Certidão Permanente, Declaração para outorga do contrato e Garantia Bancária.-

O Primeiro Contratante:-----

O Segundo Contratante:-----

Contrato n.º .../17.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.05.22. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.3. EMPREITADA "PARU 3 - CENTRO DE CONVÍVIO NO LARGO DO TERREIRO DE CAVALARIA (INTERVENÇÃO 2.3), PARU 5 - REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO TERREIRO DE CAVALARIA (INTERVENÇÃO 2.5), REMODELAÇÃO FUNCIONAL E PAISAGÍSTICA DO LARGO DO TERREIRO DE CAVALARIA E CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVÍVIO DO LARGO DO TERREIRO DE CAVALARIA". - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. INFORMAÇÃO N.º 15/GNE/2017 DE 18 DE MAIO DE 2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1. INTRODUÇÃO -----

O executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no dia 28 de abril de 2017, deliberou, por maioria, aprovar o relatório final de análise das propostas, da empreitada "PARU 3 - Centro de Convívio no Largo do Terreiro de Cavalaria (Intervenção 2.3), PARU 5 - Requalificação do Largo do Terreiro de Cavalaria (Intervenção 2.5), Remodelação Funcional e Paisagística do Largo do Terreiro de Cavalaria e Construção do Centro de Convívio do Largo do Terreiro de Cavalaria",

mediante informação/proposta n.º 162/2017, produzida pela Divisão de Obras Públicas, datada de 24 de abril de 2017;-----
Dando cumprimento ao disposto no artigo 77º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, no dia 08 de maio de 2017, foram efetuadas as devidas notificações de decisão de adjudicação, para, a firma adjudicatária, da empreitada mencionada em epígrafe, "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A.", e, restantes concorrentes, tendo sido concedido à empresa adjudicatária o prazo de 10 dias para apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução a favor do Município de Chaves, no valor de € 39 749,50 (trinta e nove mil, setecentos e quarenta e nove euros e cinquenta cêntimos), correspondente a 5% do valor do contrato;-----
No dia 15 de maio de 2017, dentro do prazo legalmente estabelecido, a firma adjudicatária, "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A.", veio, através da plataforma eletrónica vortal.biz, apresentar a totalidade dos documentos de habilitação, solicitados, e Garantia Bancária N00403674, emitida pelo Novo Banco, S.A., em 12 de maio de 2017, no valor de € 39 749,50 (trinta e nove mil, setecentos e quarenta e nove euros e cinquenta cêntimos), correspondente a 5% do valor do contrato;-----
No dia 17 de maio de 2017, foram, em simultâneo, todos os concorrentes, notificados dessa apresentação, e, efetuada, no mesmo dia, a sua disponibilização na plataforma eletrónica vortal.biz, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 85º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro.-----

2. PROPOSTA/DECISÃO:-----
Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo municipal que adote deliberação consubstanciada no seguinte:-----
a) Aprovação da presente proposta e respetiva minuta do contrato, documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais;-----
b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, pelo executivo camarário, dever-se-á proceder à notificação da firma adjudicatária "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A." do teor integral da minuta do contrato em apreciação, adotando-se os demais formalismos previstos no CCP em vista à celebração do mesmo e posterior remessa ao Tribunal de Contas para efeitos de fiscalização prévia.-----
À consideração superior.-----
Chaves, 18 de maio de 2017.-----
A Assistente Técnica, (Carla Carvalho)-----
Em anexo: - Minuta do Contrato-----

MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "PARU 3 - CENTRO DE CONVÍVIO NO LARGO DO TERREIRO DE CAVALARIA (INTERVENÇÃO 2.3), PARU 5 - REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO TERREIRO DE CAVALARIA (INTERVENÇÃO 2.5), REMODELAÇÃO FUNCIONAL E PAISAGÍSTICA DO LARGO DO TERREIRO DE CAVALARIA E CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVÍVIO DO LARGO DO TERREIRO DE CAVALARIA".
No dia ... de de 2017, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 794 990,00 (setecentos e noventa e quatro mil, novecentos e noventa euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro:----
Como Primeiro Contratante, **MUNICÍPIO DE CHAVES**, titular do Cartão de Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 501205551, com sede em Chaves,

neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Arq.^{to} António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural de Valpaços, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves.-----

E-----
 Como Segundo Contratante, **ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, S.A.**, com sede em S. Fraústo, Estrada de Braga, Km 164,5, em 5400-283 Chaves, Pessoa Coletiva n.º 500719616, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Chaves, titular do Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas n.º 6176-PUB, com o capital social de 4.750.000,00 euros, legalmente representada por -----, natural de -----, residente -----, titular do Cartão de Cidadão n.º -----, válido até -----, na qualidade de -----, conforme poderes constantes na Certidão Permanente, documento que fica arquivado, em anexo, ao presente contrato.-----

Cláusula 1ª (Objeto e preço contratual)-----

1. O presente contrato tem por objeto a execução da empreitada "**PARU 3 - Centro de Convívio no Largo do Terreiro de Cavalaria (intervenção 2.3), PARU 5 - Requalificação do Largo do Terreiro de Cavalaria (intervenção 2.5), Remodelação Funcional e Paisagística do Largo do Terreiro de Cavalaria e Construção do Centro de Convívio do Largo do Terreiro de Cavalaria**, pelo preço de € 794 990,00 (setecentos e noventa e quatro mil, novecentos e noventa euros), que não inclui o IVA à taxa legal em vigor.-----

2. A presente empreitada foi adjudicada pelo primeiro contratante ao segundo contratante, por deliberação camarária do passado dia 28/04/2017, tendo sido aprovada a respetiva minuta do contrato, por deliberação camarária do passado dia .../.../2017 precedida de anúncio, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Caderno de Encargos de Arqueologia, Projeto de Execução, Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do passado dia 17/02/2017, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato.-----

Cláusula 2ª (Prazo de Execução)-----

1. A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **150 (cento e cinquenta)** dias, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo.-----

2. Para efeitos da outorga da consignação prevista no número anterior, deverá o segundo contratante proceder à entrega do Plano de Segurança e Saúde, com a antecedência máxima de 15 dias relativamente à data da consignação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1, do Artigo 362º, do CCP.-----

3. O início da produção de efeitos do contrato, de acordo com o n.º 1 antecedente, encontra-se prevista para o dia de 2017.-----

Cláusula 3ª (Prazo de Garantia da Obra)-----

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:-----

a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;-----

b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais e instalações técnicas;-----

c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.-----

2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizável.-----

3. Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.-----

Cláusula 4ª (Pagamentos)-----

1 - Os pagamentos a efetuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 26ª do Caderno de Encargos da empreitada objeto do presente contrato, bem como na Cláusula 32ª do mesmo Caderno.-----

2 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura.-----

Cláusula 5ª (Revisão de Preços)-----

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.-----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F06 - Reabilitação média de edifícios**, publicada no despacho n.º 1592/2004 (2ª série), de 23 de janeiro.-----

3 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.-----

Cláusula 6ª (Cabimento e Compromisso)-----

1 - A empreitada consta no Plano Plurianual de Investimentos/Orçamento do primeiro contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com as seguintes classificações: Económica: 07010307 e 07030301; Cabimento n.º 568/2017 de 14/02/2017 e Cabimento n.º 575/2017 de 14/02/2017.-----

2 - Com a assinatura do presente contrato foi assumido o Compromisso n.º 1330/2017 de 24/04/2017, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 9º e n.º 3, do artigo 5º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 7º, n.º 3, alínea c), do D.L. n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

Cláusula 7ª (Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Contratante)-----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo contratante presta a favor do primeiro contratante, Garantia Bancária N00403674, emitida pelo Novo Banco, S.A., em 12 de maio de 2017, no valor de **€ 39 749,50** (trinta e nove mil, setecentos e quarenta e nove euros e cinquenta cêntimos), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objeto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 89º, do CCP.-----

Cláusula 8ª (Foro Competente)-----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

Cláusula 9ª (Prevalência)-----

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Caderno de Encargos de Arqueologia, Plano de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e Projeto de Execução, e na proposta que foi apresentada pelo segundo contratante.-----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos, seguidamente a proposta que foi apresentada pelo segundo contratante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto n.º 6, do artigo 96º, do CCP.-----

Cláusula 10ª (Legislação aplicável)-----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e na restante legislação aplicável.--

Cláusula 11ª (Disposições finais)-----

1 - Os pagamentos efetuados ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas;-----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia 17/02/2017;-----

3 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi adjudicado por deliberação do executivo camarário do passado dia 28/04/2017;-----

4 - A minuta do presente contrato foi aprovada por deliberação do executivo camarário do passado dia .../.../2017;-----

5 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato;-----

6 - Foram apresentados pelo segundo contratante: Registos Criminais, Alvarás de Empreiteiro de Obras Públicas, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, Declaração Modelo II, anexo ao CCP, Certidão Permanente, Declaração de compromisso, Declaração preços parciais, Declaração para outorga do contrato e Garantia Bancária.-----

O Primeiro Contratante:-----

O Segundo Contratante:-----

Contrato n.º .../17.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.05.22. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

De seguida, usou da palavra o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, para apresentar, verbalmente, a seguinte declaração: -----

"Irá votar contra a aprovação da proposta, em apreciação considerando que é muito defensor da criação e/ou manutenção de espaços verdes, nos

centros das cidades, sendo contraproducente a construção de edifícios, em jardins públicos.” -----

1.4. COMUNICAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, AO ABRIGO DA LEI N.º 42/2016 DE 28 DE DEZEMBRO QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2017. INFORMAÇÃO N.º 16/GNE/2017, DATADA DE 19 DE MAIO DE 2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1. INTRODUÇÃO -----

A Lei do Orçamento de Estado para 2017 (LOE2017), aprovada pela Lei n.º 42/2016 de 28 dezembro, veio, através do seu art.º 49º, regular o regime aplicável às aquisições de serviços.-----

Nos termos do disposto no n.º 4, do art.º 49º, “a celebração ou renovação de contrato de aquisição de serviços é obrigatoriamente comunicada, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato, ao membro do Governo responsável pela área das finanças, em termos a fixar por portaria deste”;-----

No entanto o n.º 12, do art.º 49.º, estipula que, nas autarquias locais, a comunicação prevista no referido n.º 4 é feita ao órgão executivo;-----

Assim, da conjugação dos n.ºs 4 e 12 do art.º 49º, conclui-se que a celebração ou renovação de contratos de Aquisição de Serviços estão sujeitas ao dever de comunicação à Câmara Municipal, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato;-----

Nesta conformidade, foi elaborada a listagem, pelo Gabinete de Notariado e Expropriações, que contém informação relativa à celebração do contrato escrito, com a empresa Hidurbe Serviços, S.A., pese embora o facto da abertura do procedimento objeto da aquisição de serviços, em causa, ter sido autorizada, pelo órgão executivo municipal, em 16 de outubro de 2015, e por esse motivo não estar sujeita ao dever de comunicação, anteriormente, mencionado, mas por uma questão de transparência e segurança jurídicas, entende-se que a mesma deverá ser levada a conhecimento do órgão executivo municipal.-----

2. PROPOSTA/DECISÃO:-----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia de atuação:-----

Levar ao conhecimento do órgão executivo municipal, na próxima reunião ordinária, a listagem, elaborada pelo Gabinete de Notariado e Expropriações, relativa à celebração do contrato de Aquisição de Serviços, sujeito à forma escrita, conforme documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, o que se anexa à presente informação.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 19 de maio de 2017.-----

A Assistente Técnica, (Carla Carvalho)-----

Em anexo: A referida listagem da celebração de Contrato de Aquisição de Serviços.-----

CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (Lei 42/2016 de 28/12, n.ºs 4 e 12, do art.º 49.º) -----

| Concurso Público | Designação do Procedimento | Data | | | Adjudicatário | Valor do Contrato S/Iva |
|------------------|----------------------------|------------------------------|-----------------|----------|---------------|-------------------------|
| | | Abertura do Procedimen to | Adjudicaçã o | Contrato | | |

| | | | | | | | |
|-----------|--|------------|------------|------------|-------|--|-----------------|
| 1/SC/2017 | Prestação de Serviços para a Elaboração dos Cadastros das Redes de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Pluviais e Residuais do concelho de Chaves. | 16.10.2015 | 10.04.2017 | 03.05.2017 | Nome: | Hidurbe Serviços, S.A. | € 330.000,00 |
| | | | | | Sede: | Rua Padre António, n.º 232, Piso 5, Sala 5.3, em 4470-136 Maia | |

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.05.22. -----

À Reunião de Câmara para conhecimento. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.5. EMPREITADA "AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO". - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. INFORMAÇÃO N.º 17/GNE/2017, DATADA DE 23 DE MAIO DE 2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1. INTRODUÇÃO -----

O executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no dia 10 de abril de 2017, deliberou, por unanimidade, aprovar o relatório final de análise das propostas, da empreitada "Ampliação da Rede de Saneamento e ETAR de Calvão", mediante informação/proposta n.º 130/2017, produzida pela Divisão de Obras Públicas, datada de 03 de abril de 2017;-----

Dando cumprimento ao disposto no artigo 77º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, no dia 27 de abril de 2017, foram efetuadas as devidas notificações de decisão de adjudicação, para, a adjudicatária, da empreitada, mencionada em epígrafe, Construções Quatro de Maio, Lda., e, restantes concorrentes, tendo sido concedido à empresa adjudicatária o prazo de 10 dias para apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução a favor do Município de Chaves, no valor de € 19 907,63 (dezanove mil, novecentos e sete euros e sessenta e três cêntimos), correspondente a 5% do valor do contrato. apresentar requerimento, nos termos do artigo 86.º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro;-----

No dia 15 de maio de 2017, a empresa adjudicatária, Construções Quatro de Maio, Lda., veio, através da plataforma eletrónica vortal.biz, apresentar os documentos de habilitação, solicitados, e, apresentar requerimento, nos termos do artigo 86.º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, a solicitar a prorrogação do prazo para entrega de garantia bancária até ao dia 22 de maio de 2017, alegando esta ainda não ter sido entregue pela entidade bancária e não estar ao seu alcance a resolução da entrega do referido documento.-----

No dia 18 de maio de 2017, a empresa adjudicatária, Construções Quatro de Maio, Lda., e, restantes concorrentes, foram devidamente notificados, através da plataforma eletrónica vortal.biz, da informação/proposta n.º 13/2017, produzida pelo Gabinete de Notariado e Expropriações, datada de 17 de maio de 2017, relativa à concessão

da prorrogação do prazo para entrega da caução (garantia bancária), impreterivelmente, até ao dia 22 de maio de 2017.-----

No dia 22 de maio de 2017, dentro do prazo concedido, a empresa adjudicatária, Construções Quatro de Maio, Lda., veio, prestar caução, por depósito em dinheiro, efetuado na Tesouraria Municipal, tendo sido emitido o documento de receita n.º DRG 00/88, datado de 2017/05/22, no valor de € 19 907,63 (dezanove mil, novecentos e sete euros e sessenta e três cêntimos), correspondente a 5% do valor do contrato, destinada a garantir a celebração do aludido contrato, bem como o exato e pontual cumprimento do mesmo, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 90.º, do Dec. Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e ulteriores alterações.-----

No dia de hoje, 23 de maio de 2017, foram, em simultâneo, todos os concorrentes, notificados da apresentação da totalidade dos documentos de habilitação e prestação de caução (depósito em dinheiro), e, efetuada, no mesmo dia, a sua disponibilização na plataforma eletrónica vortal.biz, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 85º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro.-----

2. PROPOSTA/DECISÃO:-----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo municipal que adote deliberação consubstanciada no seguinte:-----

a) Aprovação da presente proposta e respetiva minuta do contrato, documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais;-----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, pelo executivo camarário, dever-se-á proceder à notificação da empresa adjudicatária "Construções Quatro de Maio, Lda" do teor integral da minuta do contrato em apreciação, adotando-se os demais formalismos previstos no CCP em vista à celebração do mesmo e posterior remessa ao Tribunal de Contas para efeitos de fiscalização prévia.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 23 de maio de 2017.-----

A Assistente Técnica, (Carla Carvalho)-----

Em anexo: - Minuta do Contrato-----

MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO".-----

No dia de de 2017, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 398 152,50 (trezentos e noventa e oito mil, cento e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro:-----

Como Primeiro Contratante, **MUNICÍPIO DE CHAVES**, titular do Cartão de Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 501205551, com sede em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Arq.º António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural de Valpaços, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves.-----

E-----

Como Segundo Contratante, **CONSTRUÇÕES QUATRO DE MAIO, LDA.**, com sede na Estrada Nacional 103/5, n.º 90 A, em 5400-805 Vila Verde da Raia, Pessoa Coletiva n.º 505010437, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Chaves, titular do Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas n.º 69702-PUB, com o capital social de

250 000,00 euros, neste ato legalmente representada por -----
 -, natural de -----, residente -----, titular do Cartão de
 Cidadão n.º -----, válido até -----, na qualidade de -----,
 conforme poderes constantes -----, documento que fica
 arquivado, em anexo, ao presente contrato.-----

Cláusula 1ª (Objeto e preço contratual)-----

1. O presente contrato tem por objeto a execução da empreitada
"Ampliação da Rede de Saneamento e ETAR de Calvão", pelo preço de €
**398 152,50 (trezentos e noventa e oito mil, cento e cinquenta e dois
 euros e cinquenta cêntimos)**, que não inclui o IVA à taxa legal em
 vigor.-----

2. A presente empreitada foi adjudicada pelo primeiro contratante ao
 segundo contratante, por deliberação camarária do dia 10/04/2017,
 tendo sido aprovada a respetiva minuta do contrato, por deliberação
 camarária do dia .../.../2017, precedida de anúncio, em conformidade com
 o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Plano de Segurança e
 Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e
 Demolição desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação
 camarária do dia 20/01/2017 e Projeto de Execução devidamente aprovado
 por deliberação camarária do dia 09/06/2016, nos termos da proposta
 apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços
 unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente
 reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato.-----

Cláusula 2ª (Prazo de Execução)-----

1. A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **180 (cento
 e oitenta)** dias, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos,
 que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da
 data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo
 contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída
 dentro do citado prazo.-----

2. Para efeitos da outorga da consignação prevista no número anterior,
 deverá o segundo contratante proceder à entrega do Plano de Segurança
 e Saúde, com a antecedência máxima de 15 dias relativamente à data da
 consignação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1, do Artigo
 362º, do CCP.-----

3. O início da produção de efeitos do contrato, de acordo com o n.º 1
 antecedente, encontra-se prevista para o dia de 2017.-----

Cláusula 3ª (Prazo de Garantia da Obra)-----

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de
 defeitos:-----

a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos
 estruturais;-----

b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos
 não estruturais e instalações técnicas;-----

c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à
 obra, mas dela autonomizáveis.-----

2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de
 garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável
 a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da
 obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizável.-----

3. Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos
 de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e
 depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que
 se destina.-----

Cláusula 4ª (Pagamentos)-----

1 - Os pagamentos a efetuar pelo primeiro contratante têm uma
 periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições

mensais a realizar de acordo com a Cláusula 26ª do Caderno de Encargos da empreitada objeto do presente contrato, bem como na Cláusula 32ª do mesmo Caderno.-----

2 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura.-----

Cláusula 5ª (Revisão de Preços)-----

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.-----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F21 - Redes de Abastecimento de Água e de Águas Residuais**, publicada no despacho n.º 22 637/2004 (2ª série), de 5 de novembro.-----

3 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.-----

Cláusula 6ª (Cabimento e Compromisso)-----

1 - A empreitada consta no Plano Plurianual de Investimentos/Orçamento do primeiro contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica: 07010403; Cabimento n.º 280/2017 de 17/01/2017.-----

2 - Com a assinatura do presente contrato foi assumido o Compromisso n.º 1170/2017 de 04/04/2017, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 9º e n.º 3, do artigo 5º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 7º, n.º 3, alínea c), do D.L. n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

Cláusula 7ª (Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Contratante)-----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo contratante presta a favor do primeiro contratante, Depósito em Dinheiro, efetuado na Tesouraria Municipal, tendo sido emitido o documento de receita n.º DRG 00/88, datado de 2017/05/22, no valor de **€ 19 907,63** (dezanove mil, novecentos e sete euros e sessenta e três cêntimos), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objeto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 89º, do CCP.-----

Cláusula 8ª (Foro Competente)-----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

Cláusula 9ª (Prevalência)-----

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Plano de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e Projeto de Execução, e na proposta que foi apresentada pelo segundo contratante.-----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos, seguidamente a proposta que foi apresentada pelo segundo contratante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto n.º 6, do artigo 96º, do CCP.-----

Cláusula 10ª (Legislação aplicável)-----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e na restante legislação aplicável.--

Cláusula 11ª (Disposições finais)-----

1 - Os pagamentos efetuados ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas;-----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do dia 20/01/2017;-----

3 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi adjudicado por deliberação do executivo camarário do dia 10/04/2017;-----

4 - A minuta do presente contrato foi aprovada por deliberação do executivo camarário do dia .../.../2017;-----

5 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato;-----

6 - Foram apresentados pelo segundo contratante: Registos Criminais, Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, Declaração Modelo II, anexo ao CCP, Certidão Permanente.-----

O Primeiro Contratante:-----

O Segundo Contratante:-----

Contrato n.º .../17.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.23. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.05.23. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.6. BENEFICIAÇÃO DA AV.ª D. AFONSO DUQUE DE BRAGANÇA - AUTO DE MEDIÇÃO N.1/DOP/2017. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n.º 1/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 121.000,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais.----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.05.22 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €121.000,00 (Cento vinte e um mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-

1.7. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA Nº 1 DE CHAVES - JARDIM DE INFÂNCIA DO CINO-CHAVES" - APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES. -----

Foi presente a informação nº 182/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

I - Enquadramento-----

O Executivo Camarário em sua reunião ordinária de 10 de abril de 2017, deliberou por unanimidade, autorizar a abertura do procedimento identificado em epígrafe com vista à adjudicação da empreitada em causa.-----

Na fase correspondente à apresentação por parte dos interessados no concurso de listas de erros e omissões, as empresas EXPOENTINEDITO, LDA., ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PUBLICAS S.A. E TEIXEIRA PINTO & SOARES, SA., vieram apresentar listas de erros e omissões.-----

Após análise das listas de erros e omissões apresentadas, a equipa projetista pronunciou-se conforme o documento que se anexa, e que aqui se dá por integralmente reproduzido.-----

Nos termos do exposto no nº 5 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões apresentadas, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte procedimento:-----

a) A aceitação dos erros e omissões, anexando-se a este documento a análise do júri do Concurso. De salientar que não há lugar à alteração do preço base do concurso;-----

b) Que, dado que a próxima reunião ordinária de Câmara apenas se realiza no próximo dia 26 de maio, e de modo a não ultrapassar o período previsto na primeira parte do nº 5 do artigo 61º do CCP, já que o contrário obrigaria à prorrogação do prazo de apresentação das propostas, o que, por sua vez, acarretaria constrangimentos para o município já que se trata de um estabelecimento escolar e este ter de cumprir um calendário, dispondo de um prazo limitado (período de férias escolares) para a sua realização e dado que a obra se encontra inscrita no "Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega", dispondo de um prazo limitado para a sua realização física e financeira, o Sr. Presidente da Câmara, aprove a análise das listas de erros e omissões apresentados;-----

c) Considerando que a decisão sobre a apreciação dos erros e omissões do caderno de encargos, para efeito do disposto no artigo 61º, do CCP, deve ser publicitada, na plataforma vortal, no dia de hoje, não sendo, assim, possível a convocação da reunião extraordinária do Executivo Municipal, nos termos legais;-----

d) Submeter o seu ato a ratificação do órgão Executivo Municipal, na sua reunião a realizar no dia 26 de maio de 2017, nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 35º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, dado tratar-se de uma situação excecional e urgente e não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara;-----

e) Nos termos do nº7 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, que sejam notificados os interessados, através da plataforma eletrónica do Município de Chaves (www.vortalbiz.pt), do teor da presente decisão;-----

f) Dado que as alterações introduzidas não modificam aspetos fundamentais das peças do procedimento, de acordo com o nº 3 do artigo 64º do Código dos Contratos Públicos, não se regista a necessidade de se proceder à prorrogação do prazo inicialmente fixado para a apresentação das propostas, sendo para o efeito, aplicado o mecanismo previsto no nº 3 do artigo 61º.-----

Nesta conformidade, o prazo limite para a entrega das propostas é o seguinte: Dia 22 de maio de 2017.-----

Divisão de Obras Publicas, 15 de maio de 2017-----

A Chefe de Divisão-----
(Eng.^a Amélia Cristina Rodrigues)-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.15.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.05.15. -----

Aprovo. À próxima reunião de Câmara para ratificação.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido, pelo Senhor Presidente da Câmara, do dia 15 de maio de 2017. -----

1.8. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA N.º 1 DE SANTO AMARO - APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES. -----

Foi presente a informação nº 187/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

I - Enquadramento-----

O Executivo Camarário em sua reunião ordinária de 31 de março de 2017, deliberou por unanimidade, autorizar a abertura do procedimento identificado em epígrafe com vista à adjudicação da empreitada em causa.-----

Na fase correspondente à apresentação por parte dos interessados no concurso de listas de erros e omissões, a empresa Anteros - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A veio a apresentar uma lista de erros e omissões.-----

Após referida lista, foram obtidas as conclusões exaradas em documento anexo e que aqui se dá por integralmente reproduzido.-----

Nos termos do exposto no nº 5 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros ou omissões apresentados, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou nos casos previstos no n.º 4 do mesmo artigo, até ao termo do período de suspensão daquele prazo.-----

II - Da Proposta em Sentido estrito-----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte:-----

A aceitação dos erros e omissões, anexando-se a este documento a análise do Júri do Concurso. De salientar que não há lugar à alteração do preço base do concurso;-----

Que, dado que a próxima reunião ordinária de Câmara apenas se realiza no próximo dia 26 de maio, e de modo a não ultrapassar o período previsto na primeira parte do nº 5 do artigo 61º do CCP, já que o contrário obrigaria à prorrogação do prazo de apresentação das propostas, o que, por sua vez, acarretaria constrangimentos para o município já que se trata de um estabelecimento escolar e este ter de cumprir um calendário, dispondo de um prazo limitado (período de férias escolares) para a sua realização e dado que a obra se encontra inscrita no "Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega", dispondo de um prazo limitado para a sua realização física e financeira, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, na ausência do Sr. Presidente, aprove a análise das listas de erros e omissões apresentados-----

Considerando que a decisão sobre a apreciação dos erros e omissões do caderno de encargos, para efeito do disposto no artigo 61º, do CCP, deve ser publicitada, na plataforma vortal, no dia de hoje, não sendo,

assim, possível a convocação da reunião extraordinária do Executivo Municipal, nos termos legais;-----

Submeter o seu ato a ratificação do órgão Executivo Municipal, na sua reunião ordinária de 26 de maio de 2017, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado tratar-se de uma situação excecional e urgente e não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.-----

Nos termos do n.º 7 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, que sejam notificados os interessados, através da plataforma eletrónica do Município de Chaves (www.vortalgov.pt), do teor da presente decisão.-----

Dado que as alterações introduzidas não modificam aspetos fundamentais das peças do procedimento, de acordo com o n.º 3 do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos, não se regista a necessidade de se proceder à prorrogação do prazo inicialmente fixado para a apresentação das propostas, sendo para o efeito, aplicado o mecanismo previsto no n.º 3 do artigo 61.º.-----

Nesta conformidade, o prazo limite para a entrega das propostas é o seguinte: Dia 30 de maio de 2017, até às 17 horas.-----

À consideração Superior.-----

Divisão de Obras Públicas, 19 de maio de 2017.-----

A Chefe de Divisão-----
(Eng.ª Amélia Rodrigues)-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. CARLOS PENAS DE 2017.05.22.-----

Aprovo. À próxima reunião de câmara para ratificação.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido, pelo Senhor Presidente da Câmara, do dia 22 de maio de 2017.-----

**1.9. EMPREITADA "PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES - ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2)".-----
- APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. INFORMAÇÃO N.º 18/GNE/2017, DATADA DE 23 DE MAIO DE 2017.**-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1. INTRODUÇÃO-----

O executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no dia 28 de abril de 2017, deliberou, por unanimidade, aprovar o relatório final de análise das propostas, da empreitada "PAMUS 2 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes - Zona Urbana Nascente - Requalificação e Remodelação das Ruas Antunes Guerreiro e Inácio Pizarro (Intervenção 1.2)", mediante informação/proposta n.º 160/2017, produzida pela Divisão de Obras Públicas, datada de 21 de abril de 2017;-----

Dando cumprimento ao disposto no artigo 77.º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, no dia 09 de maio de 2017, foram efetuadas as devidas notificações de decisão de adjudicação, para, a firma adjudicatária, da empreitada mencionada em epígrafe, "Socorpena, Construção e Obras Públicas, Lda.", e, restantes concorrentes, tendo sido concedido à firma adjudicatária o prazo de 10 dias para apresentação dos documentos

de habilitação e prestação de caução a favor do Município de Chaves, no valor de € 27 643,32 (vinte e sete mil, seiscentos e quarenta e três euros e trinta e dois cêntimos), correspondente a 5% do valor do contrato;-----

No dia 22 de maio de 2017, dentro do prazo legalmente estabelecido, a firma adjudicatária, "Socorpena, Construção e Obras Públicas, Lda.", veio, através da plataforma eletrónica vortal.biz, apresentar a totalidade dos documentos de habilitação, solicitados, e Garantia Bancária (Operação n.º 0693.003045.193), emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., em 19 de maio de 2017, até ao valor de € 55 286,64 (cinquenta e cinco mil, duzentos e oitenta e seis euros e sessenta e quatro cêntimos), destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações emergentes do aludido contrato;-----

No dia de hoje, 23 de maio de 2017, foram, em simultâneo, todos os concorrentes, notificados dessa apresentação, e, efetuada, no mesmo dia, a sua disponibilização na plataforma eletrónica vortal.biz, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 85º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro.-----

2. PROPOSTA/DECISÃO:-----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo municipal que adote deliberação consubstanciada no seguinte:-----

a) Aprovação da presente proposta e respetiva minuta do contrato, documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais;-----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, pelo executivo camarário, dever-se-á proceder à notificação da firma adjudicatária "Socorpena, Construção e Obras Públicas, Lda." do teor integral da minuta do contrato em apreciação, adotando-se os demais formalismos previstos no CCP em vista à celebração do mesmo e posterior remessa ao Tribunal de Contas para efeitos de fiscalização prévia.---

c) Caso não haja reclamação à minuta do contrato em apreciação, por parte da firma adjudicatária "Socorpena, Construção e Obras Públicas, Lda., que esta se considere, como definitiva para efeitos da subsequente outorga do contrato escrito de empreitada de obras públicas.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 23 de maio de 2017.-----

A Assistente Técnica, (Carla Carvalho)-----

Em anexo: - Minuta do Contrato.-----

MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2)".-----

No dia ... de de 2017, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 552 866,36 (quinhentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis euros e trinta e seis cêntimos)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro:-----

Como Primeiro Contratante, **MUNICÍPIO DE CHAVES**, titular do Cartão de Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 501205551, com sede em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Arq.^{to} António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural de Valpaços, com

domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves.-----

E-----
 Como Segundo Contratante, **SOCORPENA - CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, LDA.**, com sede na Rua D. Nuno Álvares Pereira, freguesia de Salvador, em 4870-160 Ribeira de Pena, Pessoa Coletiva n.º 503496251, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Ribeira de Pena, com o capital social de 1 000 000,00 euros, titular do Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas n.º 24506-PUB, neste ato legalmente representada por, natural de, residente em, titular do Cartão de Cidadão n.º, válido até, na qualidade de da mencionada sociedade, conforme Certidão Permanente, documento que fica arquivado junto ao processo.-----

Cláusula 1ª (Objeto e preço contratual)-----

1. O presente contrato tem por objeto a execução da empreitada **"PAMUS 2 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes: Zona Urbana Nascente - Requalificação e Remodelação das Ruas Antunes Guerreiro e Inácio Pizarro (Intervenção 1.2)"**, pelo preço de **€ 552 866,36 (quinhentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis euros e trinta e seis cêntimos)**, que não inclui o IVA à taxa legal em vigor.
 2. A presente empreitada foi adjudicada pelo primeiro contratante ao segundo contratante, por deliberação camarária do passado dia 28/04/2017, tendo sido aprovada a respetiva minuta do contrato, por deliberação camarária do passado dia .../.../2017 precedida de anúncio, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Projeto de Execução, Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do passado dia 17/02/2017, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato.-----

Cláusula 2ª (Prazo de Execução)-----

1. A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **150 (cento e cinquenta) dias**, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo.-----
 2. Para efeitos da outorga da consignação prevista no número anterior, deverá o segundo contratante proceder à entrega do Plano de Segurança e Saúde, com a antecedência máxima de 15 dias relativamente à data da consignação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1, do Artigo 362º, do CCP.-----
 3. O início da produção de efeitos do contrato, de acordo com o n.º 1 antecedente, encontra-se prevista para o dia ... de 2017.-----

Cláusula 3ª (Prazo de Garantia da Obra)-----

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:-----
 a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;-----
 b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais e instalações técnicas;-----
 c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.-----
 2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável

a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizável.-----
 3. Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.-----

Cláusula 4ª (Pagamentos)-----

1 - Os pagamentos a efetuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 26ª do Caderno de Encargos da empreitada objeto do presente contrato, bem como na Cláusula 32ª do mesmo Caderno.-----

2 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura.-----

Cláusula 5ª (Revisão de Preços)-----

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.-----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F10 - Estradas**, publicada no despacho n.º 1592/2004 (2ª série), de 23 de janeiro.-----

3 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.-----

Cláusula 6ª (Cabimento e Compromisso)-----

1 - A empreitada consta no Plano Plurianual de Investimentos/Orçamento do primeiro contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica: 07030301; Cabimento n.º 682/2017 de 01/03/2017.-----

2 - Com a assinatura do presente contrato foi assumido o Compromisso n.º 1316/2017 de 24/04/2017, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 9º e n.º 3, do artigo 5º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 7º, n.º 3, alínea c), do D.L. n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

Cláusula 7ª (Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Contratante)-----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo contratante presta a favor do primeiro contratante, Garantia Bancária (Operação n.º 0693.003045.193), emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., em 19 de maio de 2017, até ao valor de **€ 55 286,64** (cinquenta e cinco mil, duzentos e oitenta e seis euros e sessenta e quatro centimos), correspondendo a 10% do valor dos trabalhos objeto do presente contrato, sendo 5% destinados a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas com a celebração deste contrato, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 89º, do CCP, e 5% para garantia do contrato, em reforço da garantia prestada, em conformidade com o disposto no artigo 353º, do retromencionado diploma legal.-----

Cláusula 8ª (Foro Competente)-----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

Cláusula 9ª (Prevalência)-----

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Plano de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção e Gestão de

Resíduos de Construção e Demolição e Projeto de Execução, e na proposta que foi apresentada pelo segundo contratante.-----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos, seguidamente a proposta que foi apresentada pelo segundo contratante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto n.º 6, do artigo 96º, do CCP.-----

Cláusula 10ª (Legislação aplicável)-----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e na restante legislação aplicável.--

Cláusula 11ª (Disposições finais)-----

1 - Os pagamentos efetuados ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas;-----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia 17/02/2017;-----

3 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi adjudicado por deliberação do executivo camarário do passado dia 28/04/2017;-----

4 - A minuta do presente contrato foi aprovada por deliberação do executivo camarário do passado dia .../.../2017;-----

5 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato;-----

6 - Foram apresentados pelo segundo contratante: Registos Criminais, Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, Declaração Modelo II, anexo ao CCP, Certidão Permanente, Declaração para outorga do contrato e Garantia Bancária.-

O Primeiro Contratante:-----

O Segundo Contratante:-----

Contrato n.º .../17. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.15.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.05.15. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. MARIA DAS NEVES VAZ. INF. 112/DAR/2017. -----

Foi presente a informação nº112/DAR/2017, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.--

1. INTRODUÇÃO:-----

Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 03 de maio de 2017, um pedido em nome de Maria das Neves Vaz, contribuinte n.º145898741, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação na Estrada Ribeira das Avelãs nº62, Madalena;-----

A 03 de maio de 2017, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----
Apresentou o requerente comprovativo de entrega da Declaração de IRS, informando da situação financeira;-----

2. DO DIREITO:-----

Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----

O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----

A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----

Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido a 142.68€;-----

Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----

Considerando que o valor da dívida é inferior a 250€ e o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal até esse valor ser de 25€, pelo que o faseamento do pagamento da dívida, solicitado em 6 prestações, dá cumprimento ao exigido.-----

3. PROPOSTAS:-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 142,68€ por parte da peticionária, em 6 prestações mensais;-----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c) Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal à Divisão de Águas e Resíduos.-----

Chaves, 18 de maio de 2017.-----

O Chefe de Divisão-----

(Engº José António T.F. Carneiro)-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2017/05/19 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL, DR PAULO ALVES, DE 2017/05/22. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IX

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - "DANOS NA VIATURA FIAT 500 - MATRICULA 47-SE-53" - REQUERENTE: MARTA ALEXANDRA DE SOUSA TEIXEIRA - INFORMAÇÃO 70/Ufro/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1 - INTRODUÇÃO-----

A requerente, com residência na Rua Joaquim Mazarém, n.º16 (Santa Cruz), 5400-695 Santa Cruz Trindade, através de requerimento, com registo de entrada na secção de expediente geral deste município sob o n.º 34960, datado de 05 de maio de 2017, solicita indemnização por danos sofridos na viatura supracitada, causados por grelha de águas pluviais na Rua das Longras "perto do Banco Montepio", situação ocorrida no dia 01 de maio do corrente ano, às 01:15h.-----

2 - PARECER-----

A requerente declara que no dia 01 de maio de 2017 pelas 01:15h, circulava com o veículo supramencionado na Rua das Longras, sentido (sul-norte), e antes do Banco Montepio ouviu um intenso ruído no automóvel, imobilizou a viatura e verificou que tinha rebentado o pneu traseiro do lado direito e danificado duas jantes do mesmo lado da viatura, devido a grelhas de águas pluviais soltas. -----

A requerente comunicou a ocorrência à Polícia de Segurança Pública com NPP:200009/2017, com registo 587/2017 de 01/05/2017. -----

Apresenta orçamento para reparação no valor de **492,02€ (Quatrocentos e noventa e dois euros e dois cêntimos)**. -----

Apresentou, fotografias do local em causa e dos estragos causados no veículo danificado e grelhas deslocadas. -----

Face ao exposto, informa-se o seguinte: -----

1 - Esta Unidade, desconhecia a existência de grelhas deslocadas ou fora do lugar no referido local; -----

2 - A referida via tem duas faixas de rodagem (sentido sul-norte e norte-sul), estando a faixa de rodagem (sentido sul-norte), demarcada com sinalização horizontal "linha continua amarela". -----
As referidas grelhas de águas pluviais já se encontram fora da faixa de rodagem sendo contíguas com a faixa de rodagem e passeio de peões aí existente;-----

3 - De acordo com o Código da Estrada o condutor deve regular a velocidade do seu veículo em função das características e estado da via, do veículo, da carga transportada, das condições meteorológicas ou ambientais, da intensidade do trânsito e em função de quaisquer outras circunstâncias que lhe permitam, em condições de segurança, parar o seu veículo no espaço livre e visível à sua frente. -----
É de salientar que a via em causa, permite que o condutor circulando a uma velocidade moderada e adequada às circunstâncias do tempo/visibilidade/piso, respeitando as regras impostas pelo Código da Estrada, pode evitar atempadamente obstáculos que aí se revelem, bem como cruzar-se com outro veículo; -----

4 - Para o Município ser responsabilizado, não basta a confirmação de existência de deficiências na via, uma vez que não constitui, por si só, base factual suficiente para a condenação do Município, faltando além do mais, provar o nexo de causalidade adequada, pois, no descrito, depreende-se que parte do veículo (lado direito), ia a circular fora da sua faixa de rodagem, deslocando-se por cima das referidas grelhas / passeio, podendo ter sido o próprio a deslocar as grelhas. -----
Como já foi referido, o arruamento, nesta zona, pavimentado com cubos de granito, está delimitado com sinalização horizontal "linha continua amarela localizada a nascente"; -----

5 - A referência de participação à PSP, valor sobre custo de reparação e fotografias dos danos provocados, não pode constituir elemento probatório suficiente para imputar responsabilidade civil extracontratual ao Município, quer por acção, quer por omissão de conduta de vida. -----

Assim, não decorre qualquer responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assumpção do pagamento de qualquer indemnização pelos danos provocados no veículo. -----

3 - CONCLUSÃO FINAL-----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento do presente assunto para uma próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista à tomada de decisão consubstanciada na intenção de indeferir o pedido da interessada, pelas razões anteriormente expostas;-----

b) No cumprimento do disposto no art. 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora petionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá a interessada ser notificada, nos termos do previsto no art. 114º do CPA, da decisão definitiva que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação. -----

À consideração superior, -----

08/05/2017 -----

O Chefe de Divisão -----

(Inácio Morais, Eng.º) -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.05.22. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

X

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

1. AJUSTE DIRETO Nº27/SC/2016 - AQUISIÇÃO DE BILHETES DE ASSINATURA (PASSES ESCOLARES) PARA O ANO LETIVO 2016/2017. NÃO LIBERAÇÃO PARCIAL DA CAUÇÃO. INFORMAÇÃO Nº7/SC/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que a Câmara Municipal de Chaves, em reunião ordinária no dia 9 de junho de 2016, deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura do procedimento identificado em epígrafe com vista à adjudicação da prestação de serviço em causa; -----

- Considerando que a Câmara Municipal de Chaves, em reunião ordinária no dia 19 de agosto de 2016, deliberou, por unanimidade, adjudicar, à empresa " Auto Viação do Tâmega, Lda.", a prestação de serviço identificada em epígrafe, no valor de 318.650,00 (trezentos e dezoito mil, seiscentos e cinquenta euros); -----

- Considerando que, o ato adjudicatório, no dia 2016.09.23, veio a ser formalizado através da assinatura do competente contrato administrativo; -----

- Considerando que, no cumprimento do exposto na cláusula 6ª do referido contrato, o adjudicatário, para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, prestou a favor do Município de Chaves um depósito de garantia efetuado na Tesouraria Municipal através da guia nº151/2016, no valor de 15.932,50 (quinze mil, novecentos e trinta e dois euros e cinquenta cêntimos), correspondendo a 5% do montante total da prestação de serviço objeto do presente contrato; -----

- Considerando que, nos termos do disposto no nº1 do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos, o regime de liberação das cauções prestadas pelo cocontratante deve ser estabelecido no contrato, não podendo as partes acordar um regime diverso durante a fase de execução contratual; -----

- Considerando que, nos termos do disposto no nº3 do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos, nos contratos em que não haja obrigações de correção de defeitos pelo cocontratante, designadamente obrigações de garantia, o contraente público deve promover a liberação **integral** da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais no prazo de 30 dias após o cumprimento de todas as obrigações do cocontratante; -----

- Considerando que, nos termos do disposto na cláusula 6ª do contrato celebrado entre o Município de Chaves e a empresa Auto Viação do Tâmega, não está previsto nenhum regime diverso de liberação de caução

e de acordo com o ponto anterior o contraente público deve promover a liberação **integral** após o cumprimento de todas as obrigações do cocontratante; -----

2. Da proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que não seja autorizada a liberação parcial da caução solicitada pela empresa "Auto Viação do Tâmega, Lda.", conforme ofícios em anexo;

b) Que seja notificado o interessado, nos termos do disposto no nº1 do artigo 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão administrativa que vier a ser praticada pela Câmara Municipal de Chaves. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 09 de maio de 2017 -----

A Técnica Superior, em regime de mobilidade -----

(Susana Borges) -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.09. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.05.19. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XI

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - VIATURA 23-NS-44, PROPRIEDADE DE PACARSOFT PRODUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO DE SOFTWARE LDA. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

No seguimento informação nº 69/2017, da Unidade Flexível de 2º Grau de Recursos Operacionais, datada de 05 de Maio de 2017, na qual é responsabilizado o Município pelos danos causados na viatura 23-NS-44, propriedade de Pacarsoft Produção e Comercialização de Software Lda., provocados pela projeção de pedras, quando se procedia ao serviço de limpeza/corte de ervas com a motorroçadora, na Rua Alferes João Batista. -----

Feitas as diligências necessárias pela Divisão responsável, foram considerados prejuízos no valor de 107,73€ (Cento e sete euros e setenta e três cêntimos).-----

Como o sinistro não se enquadra nas coberturas contratuais da Apólice de Responsabilidade Civil, dado o valor da franquia aplicada, 10% do valor dos prejuízos indemnizáveis, no mínimo 250€ (duzentos e cinquenta euros). -----

Assim, o Município deverá liquidar diretamente ao lesado o valor de 107,73€ (Cento e sete euros e setenta e três cêntimos).-----
 Mais se informa, que a referida despesa dá cumprimento à LCPA, através do cabimento nº 1203/2017 e do compromisso nº 1514/2017.-----
 Chaves, 10 de Maio de 2017-----

A assistente técnica-----
 (Em anexo respetivo processo)-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2017.05.10. -----

Visto. Concordo com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.16 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.05.16. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS PARA EFEITOS DE ADJUDICAÇÃO-CONCURSO PÚBLICO PARA "ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS, COM CARATER NÃO SEDENTÁRIO, COM ÁREA DE ESPLANADA, NO JARDIM CÂNDIDO SOTTO MAYOR, UNIÃO DE FREGUESIAS DA MADALENA E DE SAMAIÕES, CHAVES". -----

Foi presente o relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO-----

O presente Relatório foi desenvolvido no âmbito do procedimento adjudicatório pré-contratual tendo como objeto a adjudicação do direito de ocupação do espaço público com a instalação e exploração de um estabelecimento de bebidas, com carater não sedentário, com área de esplanada, no Jardim Cândido Sotto Mayor, União de Freguesias da Madalena e de Samaiões, Chaves, cujo aviso publicitador, o edital n.º 45/2017, veio a ser devidamente divulgado em jornal de expansão regional, muito concretamente, "A Voz de Chaves".-----

Tal procedimento adjudicatório deu execução à proposta contida na informação n.º 67/DSCH/2017, de 6 de abril de 2017, devidamente aprovada em reunião ordinária do Executivo Camarário, de 10 de abril de 2017. -----

Saliente-se que, durante o período destinado a apresentação das propostas - fase de esclarecimentos - não foram apresentados pelos potenciais interessados pedidos de esclarecimento sobre a interpretação das peças do procedimento. -----

O presente júri responsável pela elaboração do presente relatório é constituído pelos seguintes elementos: -----

- **Presidente:** Dr. Marcelo Caetano Martins Delgado. -----

- **Membros:** 1.º vogal efetivo: Arq.º António José Pereira Malheiro Rodrigues; -----

2.º vogal efetivo: Dr. Marcos José da Silva Barroco. -----

A composição do referido Júri consta expressamente da retrocitada informação n.º 67/DSCH/2017, sendo o mesmo responsável pela liderança

e coordenação do procedimento público para a adjudicação do direito de ocupação do espaço público com a instalação e exploração de um estabelecimento de bebidas, com caráter não sedentário, com área de esplanada no Jardim Cândido Sotto Mayor, União de Freguesias da Madalena e de Samaiões, Chaves. -----

2. ATO PÚBLICO O ato público de abertura das propostas decorreu no passado dia 8 de maio de 2017, no Salão Nobre, sito no Edifício Paços do Concelho, Chaves, tendo sido admitidos 1 (um) concorrente que apresentou 1 (uma) proposta, a qual se identifica no Quadro I.-----

Quadro I-----
Concorrente admitido-----

| | Identificação do concorrente |
|-------------------|--|
| Concorrente Único | Luís Manuel de Jesus Pinto, Sociedade Unipessoal, Lda. |

O Júri responsável pela liderança do procedimento exarou ata do referido ato público, datada do pretérito dia 8 de maio de 2017, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa ao presente relatório como documento n.º 1. -----

3. CRITÉRIO DE APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS -----

3.1 - Nos termos do ponto 21, do programa de concurso, a adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os seguintes fatores, indicados por ordem decrescente de importância: -----

- a) Valia técnica e qualidade: 60%; -----
- b) Valor total dos custos orçamentados para a execução e implementação da estrutura associada ao quiosque (15%); -----
- c) Experiência no ramo de atividade (15%); -----
- d) Prazo de execução e implementação da estrutura (10%). -----

3.1.1 O fator "valia técnica e qualidade da solução proposta" subdivide-se nos seguintes subfactores, indicados por ordem decrescente de importância: -----

- a) Qualidade do projeto do quiosque (opções ao nível do desenho e materiais utilizados): 50%; -----
- b) Qualidade técnica da proposta e demonstração de garantia de boa execução, explicitando detalhadamente na memória descritiva e justificativa e no cronograma de trabalhos, entregues com a proposta, o planeamento, organização, meios e métodos previstos para a execução de todos os trabalhos pelo concorrente: 40%; -----
- c) Sustentabilidade e desempenho energético e ambiental do quiosque e dos seus componentes: 10%. -----

3.1.2. Todos os subfactores são ponderados numa escala de 0 a 100. --

3.1.3. Os arredondamentos serão feitos até à segunda casa decimal. --

3.1.4. A proposta preferida será a que obtiver maior pontuação. ----

4 - APRECIÇÃO DO MÉRITO DAS PROPOSTAS FACE AOS CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO PRÉ-DEFINIDOS E RESPECTIVOS FATORES E SUB-FATORES DE APRECIÇÃO -----

Foram considerados cinco níveis de apreciação relativamente aos critérios em apreciação: -----

| | | |
|--|-----------|------------|
| Cumprimento exaustivo das condicionantes impostas no caderno de encargos, apresentando ainda as propostas uma qualidade excecional | Excelente | 100 pontos |
| Cumprimento das condicionantes impostas no caderno de encargos, demonstrando ainda as propostas muito boa qualidade | Muito Bom | 80 pontos |

| | | |
|---|--------------|-----------|
| Cumprimento das condicionantes mais relevantes impostas no caderno de encargos, demonstrando ainda as propostas boa qualidade | Bom | 60 pontos |
| Cumprimento mínimo das impostas no caderno de encargos, demonstrando ainda as propostas uma qualidade adequada | Suficiente | 40 pontos |
| Incumprimento das impostas no caderno de encargos, ou as propostas não apresentam um grau de qualidade mínimo | Insuficiente | 0 pontos |

A apreciação da proposta apresentada pelo concorrente "Luís Manuel de Jesus Pinto, Sociedade Unipessoal, Lda." é a seguinte: -----

4.1 - Valia técnica e qualidade - 60%, subdividido nos seguintes subfactores: -----

4.1.1 Qualidade do projeto do estabelecimento (opções ao nível do desenho e materiais utilizados) - 50%: face à boa qualidade do projeto apresentado foram atribuídos 60 pontos; -----

4.1.2 Qualidade técnica da proposta e demonstração de garantia de boa execução, explicitando detalhadamente na memória descritiva e justificativa e no cronograma de trabalhos, entregues com a proposta, o planeamento, organização, meios e métodos previstos para a execução de todos os trabalhos pelo concorrente - 40%: face ao cumprimento das condições impostas pelas cláusulas especiais do caderno de encargos e à boa qualidade da proposta apresentada foram atribuídos 60 pontos; -

4.1.3 Sustentabilidade e desempenho energético e ambiental do estabelecimento e dos seus componentes - 10%: face à inexistência a referencias ao tema na proposta foram atribuídos 0 pontos; -----

4.1.4 Considerados os subfactores analisados e a ponderação que lhe foi atribuída (60 pontos x 50% + 60 pontos x 40% + 0 pontos x 10%), obteve-se o valor de 54 pontos para a componente "Valia técnica e qualidade". -----

4.2 Valor total dos custos orçamentados para a execução e implementação da estrutura associada ao estabelecimento de bebidas com carater não sedentário - 15%: face aos valores adequados presentes no mapa de medições apresentado foram atribuídos 40 pontos; -----

4.3 Experiência no ramo de atividade - 15%: face à experiência que pôde ser oficiosamente verificada, apesar de não ter sido demonstrada pelo concorrente, foram atribuídos 60 pontos; -----

4.4 Prazo de execução e implementação da estrutura - 10%: face à ao prazo de execução proposto pelo concorrente foram atribuídos 80 pontos. -----

De acordo com o quadro resumo abaixo, a pontuação obtida pelo concorrente "Luís Manuel de Jesus Pinto, Sociedade Unipessoal, Lda." foi de 55,40 pontos. -----

| | Pontua ção | Ponder ação | Pontua ção | Pontua ção | Pontua ção | Ponder ação | Pontua ção | Pontua ção |
|--|---------------|----------------|---------------|---------------|---------------|----------------|---------------|---------------|
| Valia técnica e qualidade | | | | | 54,00 | 60% | 32,40 | |
| Qualidade do projeto do estabelecimento (opções ao nível do desenho e materiais utilizados) | 60 | 50% | 30,00 | | | | | |
| Qualidade técnica da proposta e demonstração de garantia de boa execução, explicitando detalhadamente na memória | 60 | 40% | 24,00 | | | | | |

| | | | |
|---|-----------|--------------|--|
| descritiva e justificativa e no cronograma de trabalhos, entregues com a proposta, o planeamento, organização, meios e métodos previstos para a execução de todos os trabalhos pelo concorrente | | | |
| Sustentabilidade e desempenho energético e ambiental do estabelecimento e dos seus componentes | 0 10% | 0,00 | |
| Valor total dos custos orçamentados para a execução e implementação da estrutura associada ao estabelecimento de bebidas com carater não sedentário | 40,00 15% | 6,00 | |
| Experiência no ramo de atividade | 60,00 15% | 9,00 | |
| Prazo de execução e implementação da estrutura | 80,00 10% | 8,00 | |
| Total | | 55,40 | |

5. PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO -----

Tendo em consideração o critério de apreciação das propostas, definido no ponto 21 do Programa de Concurso, o Júri responsável pela liderança do procedimento deliberou, por unanimidade, considerar que a proposta do concorrente "Luís Manuel de Jesus Pinto, Sociedade Unipessoal, Lda." reúne as condições para poder ser adjudicada. -----

Neste contexto, dever-se-á agendar este assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Camarário com vista a tomada de decisão administrativa definitiva e executória, consubstanciada na atribuição do direito de instalação e exploração de um estabelecimento de bebidas, com carater não sedentário, com área de esplanada, no Jardim Cândido Sotto Mayor, União de Freguesias da Madalena e de Samaiões. -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.05.23. -----

À reunião de câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo, sobre a matéria, tecido os seguintes comentários: ---

1 - O local de acolhimento do quiosque situa-se numa zona de influência do parque infantil, instalado no Jardim Público, local onde as crianças desenvolvem as suas atividades lúdicas e/ou de lazer. -----

2 - A autarquia deverá ter em atenção a limpeza do espaço, designadamente, no que concerne aos resíduos produzidos, particularmente, o vidro, pelo estabelecimento de restauração e bebidas, sendo, atempadamente, acautelada a limpeza, de tal espaço, na salvaguarda da segurança das próprias crianças.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o relatório supra. Proceda-se em conformidade com o teor do mesmo. Notifique-se. -----

2.3. APROVAÇÃO DE ATA DE HASTA PÚBLICA DESTINADA À ALIENAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE DE QUATRO PRÉDIOS

URBANOS (ANTIGAS ESCOLAS PRIMÁRIAS). - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO. PROPOSTA N.º 58/GAP/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Antecedentes -----

1. Em reunião do executivo camarário de 03 de março de 2017, foi deliberado, por maioria, abrir um procedimento, na modalidade de hasta pública, tendente à alienação/adjudicação do direito de propriedade de prédios urbanos que deixaram de estar afetos a Escolas de 1º Ciclo, com a identificação e valores para alienação, infra indicados: -----

| Escola | Freguesia | Artigo Matricial | Descrição Conservatória | Valor base |
|---------------|----------------------------|-------------------------|--------------------------------|-------------------|
| Lagarelhos | S. Pedro de Agostém | U-896º | 2972/20100906 | €27 790,00 |
| Alanhosa | Nogueira da Montanha | U-1043º | 1780/20100906 | €17 530,00 |
| Seixo | Loivos e Póvoa de Agrações | U-994º | 948/20100929 | €18 900,00 |
| Matosinhos | Santa Leocádia | U-559º | 1047/20100906 | €18 240,00 |

2. No prazo estipulado para a apresentação de propostas - 05 de abril de 2017 -, deu entrada nos serviços administrativos municipais uma única proposta com o registo de entrada 2017, DCG, E,G, 2786 05-04-2017, Dominique Françoise Simone Maria Gangi Poynard, para a aquisição/adjudicação dos imóveis supra identificados.-----

3. A Comissão designada para o efeito, elaborou documento - Ata de Hasta Publica -, dando conta da ocorrência, a qual se anexa a esta proposta para os devidos efeitos.-----

II - Justificação-----

1. De acordo com a Ata da Hasta Pública, subscrita pelos membros da respetiva Comissão, compareceu no ato público a autora da proposta apresentada, Dominique Françoise Simone Maria Gangi Poynard, cidadã de nacionalidade francesa e residente em França, a qual apresentou proposta para aquisição da Antiga Escola Primária de Alanhosa, colocada em hasta pública, pelo valor base da alienação, ou seja, €17 530,00 (dezassete mil, quinhentos e trinta euros). -----

2. Os membros da Comissão consideraram que a proposta reunia os requisitos para a sua admissão e, deliberaram, proceder à adjudicação provisória do prédio composto de Antiga Escola Primária, situado em Alanhosa, freguesia de Nogueira da Montanha, concelho de Chaves, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº1780 e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 1043º, pelo valor de €17 530,00, à dita Dominique Françoise Simone Maria Gangi Poynard.---

3. Conforme consta da Ata da mencionada Comissão foi deliberado que, previamente à celebração da escritura de aquisição, a interessada deverá fazer prova dos documentos de habilitação - certidões comprovativas da situação contributiva regularizada perante a administração fiscal e a segurança social -. -----

III - Proposta em Sentido Estrito -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, e à luz do disposto na alínea g) do nº1 do Artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que adote deliberação no sentido de:-----

a) Adjudicar, definitivamente, a Dominique Françoise Simone Maria Gangi Poynard, o prédio urbano composto por Antiga Escola Primária de Alanhosa, situado em Alanhosa, freguesia de Nogueira da Montanha, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº

1780/20100906, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 1043º, pelo valor de €17 530,00 (dezassete mil quinhentos e trinta euros);-----

b) O respectivo contrato - escritura - deverá ser formalizado pelo Notário Privativo e Oficial Público da Autarquia, em conformidade com o disposto no Artigo 875º do Código Civil, na redação conferida pelo Decreto-Lei nº116/2008, de 4 de julho e alínea b), do nº2, do Artigo 35º do Anexo I da Lei supra citada, logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias para o efeito, ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a outorgar o respetivo contrato;-----

c) Por último, caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do executivo camarário, dever-se-á dar conhecimento do teor integral da mesma e da decisão administrativa praticada sobre a matéria, à interessada Dominique Françoise Simone Maria Gangi Poynard, mediante a expedição da competente notificação ao abrigo do Artigo114º do novo Código do Procedimento Administrativo. Chaves, 23 de maio de 2017.-----

O Presidente da Câmara Municipal,-----
António Cândido Monteiro Cabeleira-----

Em anexo: Ata da Hasta Pública destinada à alienação e/adjudicação do direito de propriedade de quatro prédios urbanos que deixaram de estar afetos a Escolas de 1º ciclo.-----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, tendo começado por questionar, o Presidente da Câmara, sobre a realização de uma avaliação quanto ao estado de conservação dos imóveis (Escolas) objeto de alienação. -----
Independentemente do cumprimento de tal diligência, não concorda com a venda deste património, desde que os edifícios não estejam muito degradados. -----

Por outro lado, dever-se-ia esgotar todas as possibilidades, tendo em vista a sua reutilização para outros fins de interesse público, nomeadamente fins sociais e/ou institucionais. -----
Com este tipo de procedimento, a Autarquia está a contribuir para o despovoamento do interior, não acreditando que este fenómeno seja reversível, particularmente, no que concerne à manutenção do seu parque escolar. -----
Neste contexto, irá votar contra a aprovação da presente proposta. --

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
1 - As preocupações evidenciadas, pelos Vereadores do Partido Socialista, não deixam de ser pertinentes. -----
2 - Todavia, a Autarquia fez todas as diligências possíveis, tendo em vista a reutilização adequada, de tal património municipal, para outros fins de interesse público, não tendo sido, também, desconsiderado, na preparação da presente proposta, o estado de conservação dos imóveis, em causa (Escolas). -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

1. MUSEALIZAÇÃO DAS TERMAS ROMANAS DE CHAVES" - CANDIDATURA N.º NORTE-04-2114-FEDER-36 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº36/DSC/2017 DA DR. ANDREIA GERALDES DE 18.05.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Ao abrigo do AVISO Nº NORTE-14-2016-03 - "Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural" (3.º fase de apresentação de candidaturas), o Município de Chaves submeteu na plataforma "Balcão 2020", no dia 30 de setembro de 2016, uma candidatura designada "Musealização das Termas Romanas de Chaves".

1.2. No dia 21/04/2017, a Autoridade de Gestão do Norte 2020 (AG) notificou o Município da decisão de aprovação condicionada da candidatura, sujeita à apresentação de alguns elementos adicionais, tendo para o efeito, em resposta ao solicitado, no âmbito do direito de pronúncia sobre a referida notificação, em sede da Audiência dos Interessados, sido devidamente remetidos os documentos requeridos.

1.3. Após receção e análise dos elementos por parte da AG, a mesma verificou que os mesmos deram resposta aos documentos considerando em falta, identificados no Parecer Global Preliminar, considerando assim estarem levantadas todas as condicionantes inicialmente impostas, tendo a candidatura em questão merecido decisão favorável de aprovação final. -----

1.4. Neste seguimento, no dia 15/05/2017, a AG veio formalmente comunicar, através de mensagem de correio eletrónico, da decisão de aprovação final da candidatura tendo, para o efeito, remetido conjuntamente a minuta do Termo de Aceitação do cofinanciamento para a operação em causa, a qual deverá ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

2. DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO CANDIDATADA -----

2.1. A operação "Musealização das Termas Romanas de Chaves" visa a consecução de duas componentes distintas (infraestrutural e imaterial). A primeira contempla o projeto de arquitetura e especialidades de engenharia, o projeto de conservação e restauro (uma especialidade do projeto de execução) e o projeto de museologia. A componente imaterial, traduzida no Plano de Promoção e Dinamização do Museu das Termas Romanas, integra um conjunto articulado de ações que pretendem na sua globalidade desenvolver a imagem e promoção da marca "Termas Romanas de Chaves". -----

2.2. Associado ao objetivo nuclear, traduzido no restauro, conservação, valorização do património arqueológico das Termas Romanas de Chaves, a referida candidatura apresentou como objetivos subsidiários os seguintes: -----

- Fortalecer e diferenciar o capital humano, institucional, cultural e económico da cidade, com aposta na salvaguarda, preservação e valorização do seu património arquitetónico e arqueológico, reforçando o seu carácter singular num contexto turístico e científico a nível internacional; -----

- Qualificar e intensificar a integração da cidade de Chaves na região envolvente, com a divulgação e promoção do seu património monumental, como fator diferenciador de atratividade e competitividade, motor de desenvolvimento socioeconómico no contexto de Eurocidade; -----

- Inovar nas soluções para a qualificação urbana, procurando proporcionar uma oferta estruturada assente na valorização dos recursos endógenos e complementada com a modernização de equipamentos, mais oferta a nível formativo (investigação e interpretação relacionadas com a temática da arqueologia), cultural (circuitos museológicos) e turístico; -----

- Promover a inserção da cidade de Chaves em redes internacionais e afirmar a sua imagem internacional assente na sua vocação turística;

- Promover a manutenção e produção da memória coletiva, o impacto do património na construção da identidade e a importância do poder local e da sociedade civil na preservação das memórias locais;

- Contribuir para o posicionamento do Município de Chaves como um destino termal com incontornáveis vínculos históricos e patrimoniais.

2.3 A concretização desta operação compreenderá um investimento total de 1.103.027,77 € e um investimento elegível de 1.043.889,22 €, com uma taxa de cofinanciamento de 85%, correspondendo a uma contribuição do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) de 887.305,84 €.

3. ANÁLISE E APROVAÇÃO DA CANDIDATURA -----

3.1. Conforme já anteriormente referido, a candidatura à operação "Musealização das Termas Romanas de Chaves", foi submetida no Balcão 2020 no dia 30 de setembro de 2016, tendo o município de Chaves sido notificado no dia 15 de maio de 2017, pelos serviços técnicos da Autoridade de Gestão do Norte 2020, da respetiva decisão de intenção de aprovação final da candidatura em questão, tendo sido conjuntamente remetido o parecer global de análise da candidatura, no qual consta uma pontuação de 4,83 pontos de classificação em relação ao mérito da operação. -----

3.2. Após análise do conteúdo constante do parecer global final e na respetiva minuta do termo de aceitação, verificou-se que a candidatura foi aprovada com base nos valores de financiamento mencionados no ponto 2.3 da presente informação, pelo que cumpre neste momento ao Município de Chaves decidir sobre a aceitação do respetivo apoio/cofinanciamento. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

4.1. Face ao exposto, perspetivando-se que, com a implementação/execução da candidatura em apreço, as Termas Romanas de Chaves venham a assumir, no contexto do património cultural nacional e internacional, um lugar de relevante destaque, através da promoção do seu restauro, da sua conservação, e ainda da salvaguarda e a musealização deste singular testemunho milénar, propõe-se que superiormente sejam aceites as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), nos moldes apresentados pela Autoridade de Gestão. -----

4.2. Dado que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo máximo de 30 dias contados a partir da notificação, deverá a presente proposta ser submetida a reunião do Executivo Municipal, com vista à deliberação de concordância com o teor do referido documento, bem como legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do mesmo para posterior envio para Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte. -----

À consideração superior, -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.05.22 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.05.22. -----

À reunião de câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo, sobre a matéria, tecido os seguintes comentários: ---

1 - Os investimentos que a gestão PSD fez, no âmbito do balneário termal romano, na tentativa de construção do Parque de Estacionamento, vieram a gerar despesas sucessivas por erros sucessivos cometidos. --

2 - A escalada desses erros sucessivos, traduziu-se em encargos desproporcionais da despesa pública realizada, com prejuízos evidentes para o orçamento municipal. -----

3 - Esta não é uma despesa legítima primária, mas sim, uma despesa para corrigir a mão dos erros de conceção do projeto. -----

4 - É de admitir que estas despesas não fiquem por aqui, nomeadamente ao nível do exterior do edifício, sendo o mesmo, na sua dimensão concetual, um verdadeiro posto de combustível. -----

5 - Por outro lado, existe, ainda, grandes reservas relativas à resolução dos pontos de humidade que se verificam, no interior do edifício. -----

6 - O processo de musealização, assente num diversificado repositório temático, acaba por diluir a dimensão romana do equipamento cultural - museu -. -----

7 - O financiamento externo obtido é importante, mas a forma como vai ser gasto deixa-lhe sérias dúvidas. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Este tipo de argumentação é, absolutamente, descontextualizada. -

2 - De facto, o que está, aqui, em apreço, é a aceitação ou não do financiamento externo, brilhantemente, obtido, pela Autarquia, e não avaliar o mérito da conceção do projeto. -----

3 - A apreciação, por parte do Vereador interveniente, quanto a valia do projeto não é coincidente com a apreciação feita, sobre o seu mérito, pela comissão de gestão. -----

4 - Dever-se-á salientar que, embora tenham sido formalizadas inúmeras candidaturas, na área da cultura, com incidência na zona norte do País, a comissão responsável, pela sua seleção, reconheceu interesse público nacional à candidatura, ora, em apreciação. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido os seguintes comentários: -----

Já há muito que essas comissões técnicas não são constituídas por cidadãos de Chaves, comissões essas que, por absoluto desconhecimento, vêm descaracterizando a cidade de Chaves, alterando, de forma nefasta, o nosso Concelho. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Concluída a análise, discussão e votação de todos os assuntos, e antes de proceder ao encerramento da presente reunião, o Senhor Presidente da Câmara, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, deu a palavra aos presentes que mostraram interesse em intervir, na presente reunião, nos termos do disposto do n.º 2, do art. 49º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

- Usou da palavra, o Senhor Manuel Leão, tendo colocado, ao Senhor Presidente da Câmara, as seguintes questões relacionadas com a atividade municipal, a saber: -----

1 - Esclarecimentos sobre a titularidade Pública/Privada do acesso ao Beco dos Correios; -----

2 - Esclarecimentos, sobre a quem compete a gestão das vias - Av. Bracara Augusta e Brenha da Fontoura - onde, na primeira, ocorreu, recentemente, um acidente de viação mortal. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Relativamente a titularidade do Beco dos Correios, a informação solicitada, quanto à sua natureza público/privada, será prestada, oportunamente, pelos serviços técnicos responsáveis, sobre a matéria - DGOT-; -----

2 - Relativamente à gestão das vias rodoviárias identificadas, pelo interessado, as mesmas integram a jurisdição municipal. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram onze horas, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

ⁱ Aplicável apenas quando os apoios concedidos sejam superiores a € 50 000,00, nos termos do artigo 20º, do Decreto-Lei n.º 273/2009. -----